

SANDRA MARIA BARBOSA LIMA

IMAGEM, MEMÓRIA E IDENTIDADE:

O ACERVO IMAGÉTICO DA ESCOLA VIVA OLHO DO TEMPO, VALE DO GRAMAME - PARAÍBA

João Pessoa/PB
2014

SANDRA MARIA BARBOSA LIMA

IMAGEM, MEMÓRIA E IDENTIDADE:

O ACERVO IMAGÉTICO DA ESCOLA VIVA OLHO DO TEMPO, VALE DO GRAMAME - PARAÍBA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências da obtenção do grau de mestre.

Área de Concentração: Informação, Conhecimento e Sociedade

Linha de pesquisa: Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação

ORIENTADOR: Prof. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto

João Pessoa/PB
2014

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)

L732i Lima, Sandra Maria Barbosa.
 Imagem, Memória e Identidade: o acervo imagético da Escola
 Viva Olho do Tempo, Vale do Gramame - Paraíba / Sandra Maria
 Barbosa Lima._ João Pessoa, 2014.

 846 f. : il.

 Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) –
 Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais
 Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação,
 João Pessoa, 2014.

 Orientador: Prof. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto.

 1 Imagem. 2. Informação. 3. Identidade. 4. Acervo Imagético. 5
 Escola Viva Olho do Tempo.

I Título.

CDU: 77.061(043)

SANDRA MARIA BARBOSA LIMA

IMAGEM, MEMÓRIA E IDENTIDADE:

O ACERVO IMAGÉTICO DA ESCOLA VIVA OLHO DO TEMPO, VALE DO GRAMAME - PARAÍBA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências da obtenção do grau de mestre.

Área de Concentração: Informação, Conhecimento e Sociedade.

Linha de pesquisa: Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto
Orientador (PPGCI/UFPB)

Prof. Dr. Fábio Mascarenhas e Silva
Membro Externo (PPGCI/UFPE)

Profa. Dra. Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque
Membro Interno (PPGCI/UFPB)

Prof. Dr. Marcos Galindo Lima
Membro Substituto Externo (PPGCI/UFPE)

Profa. Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira
Membro Substituto Interno (PPGCI/UFPB)

AGRADECIMENTOS

A todos os meus familiares, a minha mãe, as minhas irmãs: Regina, Conceição, Luiza, e principalmente, a minha irmã Vitória pelo incentivo e a sua contribuição na facilitação dos livros e leitura dos capítulos da dissertação;

A todos da CHP-Escola Viva Olho do Tempo (EVOT), em especial a Mestra D'oci pela forma que me recebeu e passou vários ensinamentos durante as horas que passamos juntas, seja na sala de visita da escola, seja na sala de sua casa e, principalmente, pela atenção dedicada a nossa pesquisa;

A educadora social griô aprendiz, Penhinha, como ela gosta de ser chamada, pela sua disposição em nos mostrar o caminho para essa instituição/comunidade a partir das nossas rodas de conversas na UFPB e na EVOT;

Aos educadores sociais: Francilânia (ou Lane, como gosta de ser chamada) e Ivanildo pelos seus depoimentos sobre suas práticas ao analisar as imagens;

As gestoras administrativas Raquel e Rossana, por seus depoimentos sobre o contexto histórico da “escola”, antes de se tornar Escola;

À oficina de informática Jaqueline Eloy por ter cedido cópias das imagens do acervo da escola e pelo seu depoimento;

A Maria Bernadete (ou Bel) pela nossa conversa informal sobre a história da escola;

Ao meu sobrinho Antônio Wagner pelas transcrições das entrevistas;

À minha sobrinha Lesleyanne, pela montagem de alguns gráficos;

A todos os professores do Programa de Pós Graduação da Ciência da Informação pela grande contribuição dos seus conhecimentos na construção dessa pesquisa;

Ao professor e orientador Carlos Xavier de Azevedo Netto pelas suas leituras e orientações na pesquisa;

Aos professores Fábio Mascarenhas e Miriam Aquino pela participação na banca de qualificação e pelas sugestões dadas para o andamento da pesquisa;

Aos colegas de mestrado, principalmente ao grupo de memória, em especial as memoráveis Leyde Klébia e Mayra, pelo companheirismo, pela amizade e pela troca de informações;

Aos funcionários do PPGCI, Franklin e Elton pela simpatia e ajuda nos momentos solicitados.

IMAGEM, MEMÓRIA E IDENTIDADE: O ACERVO IMAGÉTICO DA ESCOLA VIVA OLHO DO TEMPO, VALE DO GRAMAME-PB

RESUMO

Esta pesquisa foi realizada com o objetivo de refletir sobre a imagem fotográfica produzida pela e na Escola Viva Olho do Tempo (EVOT) enquanto elemento de memória, patrimônio e identidade cultural das comunidades do Vale do Gramame, Paraíba. A EVOT é uma instituição não governamental e é o local onde ocorrem atividades de restauração de uma vivência quase esquecida. O método e as técnicas se baseiam na pesquisa etnográfica e na coleta de dados que estão a serviço de uma concepção de ordem na vida social – dos personagens produtores e atores em destaque nas imagens – em que os fatos têm preeminência sobre as interpretações e cada evento tem sua função dentro de um sistema coerente. Neste estudo adotamos, também, os procedimentos de leituras das imagens sob os seguintes aspectos: O que está representado? Onde aconteceu? Como é percebida? Por quê? E quando? Estas perguntas foram respondidas por meio do uso de entrevistas, documentos iconográficos e observação. Concluimos que o acervo imagético da EVOT como fonte de memória é portador de identidade cultural, valorizando os saberes dos mestres griôs, dos educadores sociais e de todos envolvidos na ação de valorização do ser humano.

Palavras-chave: Imagem informacional. Memória cultural e identitária. Escola Viva Olho do Tempo. Mestres Griôs. Vale do Gramame-PB.

IMAGE, MEMORY AND IDENTITY: THE IMAGETIC ARCHIVE OF THE *ESCOLA VIVA OLHO DO TEMPO*, VALE DO GRAMAME – PB.

ABSTRACT

This research was carried out with the aim to reflect on the photographic image produced by and in the *Escola Viva Olho do Tempo* (EVOT) as element of the memory, patrimony and cultural identity of the Vale do Gramame, Paraíba communities. The EVOT is a non-governmental institution and it is the place where restoration activities of an almost forgotten experience occur. The method and the techniques are based on the ethnographic research and on data collection that are serving an order conception in the social life – related to the producers' characters and actors emphasized in the images -, where the facts have preeminence on the interpretations and where each event has its function within a coherent system. In this study, we also adopted the reading procedures of images under the following aspects: What is represented? How did it happen? How is it perceived? Why? And when? These questions were answered through the use of interviews, iconographic documents and observation. We concluded that the EVOT imagetic archive as memory source is carrier of cultural identity, appraising the “griô” masters' knowledge as well as the social educators' and of all individuals who are involved in the action of valuing the human being.

Keywords: Informational image. Cultural and identity memory. Escola Viva Olho do Tempo. “Griôs” Masters. *Vale do Gramame-PB*.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTO 1: Ponte sobre o Rio Gramame (2012)	71
FOTO 2: Estação digital (2011)	72
FOTO 3: Roda de conversa com a comunidade (s.d.)	73
FOTO 4: Parte da fachada frontal da EVOT (2012)	75
FOTO 5: Rio Gramame – Paraíba (2012)	81
FOTO 6: Estrada para a EVOT e as comunidades de Gramame (2012)	82
FOTO 7: Roda Griô com o mestre Zé Pequeno (2011)	95
FOTO 8: Roda de conversa com os mestres do Vale do Gramame (2010)	96
FOTO 9: Trilha ambiental (2011)	97
FOTO 10: Trilha ambiental perímetro fora da escola (2011)	98
FOTO 11: Reflorestamento (2011)	98
FOTO 12: Reflorestamento (2011)	98
FOTO 13: Reflorestamento em sala de aula (2011)	99
FOTO 14: Visita ao rio Gramame (2011)	99
FOTO 15: Ponte sobre o rio Gramame (2011)	99
FOTO 16: Vivência Griô na sala do Museu Olho do Tempo (2011)	100
FOTO 17: Os cirandeiros do Vale (2011)	101
FOTO 18: Bloco Carnavalesco Luzes do Vale (2011)	102
FOTO 19: Bloco Carnavalesco Luzes do Vale (2011)	102
FOTO 20: São João Rural do Vale do Gramame (2011)	103
FOTO 21: Quadrilha junina (2011)	103
FOTO 22: Brincadeiras de crianças (2011)	104
FOTO 23: Brincadeiras de crianças (2011)	104
FOTO 24: Desenho da cebola de xenxém (2011)	105
FOTO 25: Desenho da cebola de xenxém (2011)	106
FOTO 26: 15 anos (2011)	108
FOTO 27: 15 anos no Instituto Embeleze (2011)	109
FOTO 28: 15 anos: hora do almoço (2011)	109
FOTO 29: 15 anos: momento de descontração (2011)	110
FOTO 30: Caminhada de São José (2011)	110

FOTO 31: Oficina: roda de leitura (2011)	111
FOTO 32: Oficina de circo (2011)	112
FOTO 33: Olhinho: higiene (2011)	112
FOTO 34: Construção de máscaras (2011)	112
FOTO 35: Olhinho: expressão corporal (2011)	113

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS, FIGURAS.

QUADROS

QUADRO 1: Listagem do acervo impresso	61
QUADRO 2: Roteiro direcionado a fundadora e presidente da ONG EVOT	62-63
QUADRO 3: Roteiro direcionado aos educadores sociais e funcionários administrativos	63-64
QUADRO 4: Modelo da ficha inventário	67-68
QUADRO 5: Relação, quantificação e datação das fotografias do Arquivo Ecoeducação	79-80

GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Autores e categorias de análise da imagem	46
--	----

FIGURAS

FIGURA 1: Logomarca da Escola	70
FIGURA 2: Proposta de organograma da Escola Viva Olho do Tempo (2013)	76
FIGURA 3: Comunidade Engenho Velho	83
FIGURA 4: Comunidade Gramame	84
FIGURA 5: Comunidade Mituaçu	86

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 OBJETIVOS	18
1.1.1 Geral:	18
1.1.2 Específicos:	18
 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	 19
2.1 INFORMAÇÃO, IMAGEM, MEMÓRIA COLETIVA E IDENTIDADE	19
2.1.1 Informação e Imagem	21
2.1.2 Memória, Fotografia e a Ciência da Informação	27
2.1.3 Patrimônio e Identidade	41
2.2 A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO ACERVO IMAGÉTICO DA ESCOLA VIVA OLHO DO TEMPO, VALE DO GRAMAME-PB	45
2.2.1 Reflexões sobre representação: a imagem como representação visual e mental	46
2.2.2 Fotografia como imagem e a representação da informação imagética	53
 3 ABORDAGEM METODOLÓGICA	 56
3.1 MÉTODO ETNOGRÁFICO	56
3.2 <i>CORPUS</i> DO TRABALHO, TÉCNICAS E ANÁLISE	59
 4 ACERVO E MEMÓRIA DA ESCOLA VIVA OLHO DO TEMPO (EVOT) DO VALE DO GRAMAME/PB	 70
4.1 A ESCOLA VIVA OLHO DO TEMPO NAS VOZES DOS AUTORES E ATORES	70
4.2 O ACERVO DA EVOT	78
4.3 AS COMUNIDADES DO VALE DO GRAMAME-PB	81
 5 A INFORMAÇÃO FOTOGRÁFICA COMO PROCESSO CULTURAL O CONTEÚDO INFORMACIONAL	 88

5.1 VIVÊNCIA GRIÔ: territorialidade, patrimônio cultural, ancestralidade e identidade	91
5.2 SABERES E FAZERES: tradição e valorização da cultura imaterial/material	100
5.3 RESSIGNIFICAÇÕES DE TRADIÇÕES: ritual e valorização da família	107
5.4 OFICINAS E NÚCLEO OLHINHO: vivências e vivenciando	111
 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 114
 REFERÊNCIAS	 118
 APÊNDICE	
CATÁLOGO do Programa de Ecoeducação (2011)	125

1 INTRODUÇÃO

A intenção deste estudo é refletir sobre o contexto informacional, de produção, armazenamento e uso da informação em que vivem os representantes das comunidades do Vale do Gramame/Paraíba, presentes na Escola Viva Olho do Tempo (EVOT), a partir de imagens que foram registradas pelos próprios personagens, na convivência entre si e com os outros, fora e dentro da comunidade. Vale ressaltar que a Escola Viva Olho do Tempo atende, primordialmente, às comunidades do Vale do Gramame, rurais e urbanas, de baixa renda, em sua maioria provenientes de comunidades negras. O conhecimento dessas comunidades tem sido relegado a segundo plano. Somente a partir da década de 1980, antropólogos, historiadores e sociólogos voltaram-se para questões micro, embora continuassem esquecidas a comunidade quilombola e comunidade negra agrária (constituída de homens e mulheres livres que não passaram pela vivência do quilombo) e seus personagens/atores como sujeitos representativos/históricos¹.

A Ciência da Informação (CI) pode e deve utilizar suas ferramentas teóricas e metodológicas para contribuir na recuperação da informação para a dinamização do conhecimento que as comunidades negras-indígenas tradicionais e quilombola na região do Vale do Gramame-PB produziram sobre sua realidade e seus fazeres. Afinal, a CI tem como objetivo compreender o fluxo informacional, presente nas diferentes instâncias sociais, e neste caso não poderia deixar de atender às demandas de informações sobre a melhoria de conhecimento sobre as comunidades negras, quilombolas ou não.

Assim, procura-se perceber ou dar sentido à imagem como fonte informacional diferenciada para propiciar a emergência de uma construção e consolidação de identidades culturais, através dos instrumentos de memória produzidos pela EVOT como reflexo das comunidades negras tradicionais circunvizinhas. Na perspectiva de rememorar, questiona-se: como os registros imagéticos da Escola Viva Olho do Tempo são identificados como referência das comunidades do Vale do Gramame-PB sobre seu autoconstruir enquanto comunidade? De que forma ou como seus produtores veem a documentação imagética como elemento de seu patrimônio cultural? Como relacionar estas questões com a imagem material? Como trazer respostas a essas perguntas a partir da iconografia como um produto ou documento informacional?

¹ Confira os trabalhos ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. São Paulo: UNESP, 2009; e LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade Interditada, Liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)**. Brasília: FCP, 2013.

De acordo com os autores Freire e Freire (2009), refletir sobre os fundamentos e concepções da Ciência da Informação não é tarefa fácil, pois o seu objeto de estudo, a informação, é um fenômeno que não se prende facilmente a conceitos e teorias gerais, estando relacionada a todas as áreas do conhecimento e se moldando aos interesses de cada uma delas. Já que, enquanto um artefato (PACHECO, 1995), ela é um produto humano culturalmente delimitado e aplicado às mais diversas dimensões culturais.

A motivação deste estudo **IMAGEM, MEMÓRIA E IDENTIDADE: O ACERVO IMAGÉTICO DA ESCOLA VIVA OLHO DO TEMPO, VALE DO GRAMAME-PB** tem a ver com experiências realizadas nos Cursos de Artes e Biblioteconomia. A primeira experiência², ainda cursava disciplinas em Artes quando participei como voluntária do projeto que registrava por escrito e em fotografias as atividades do ensino de Artes (Visuais) na Escola Sesquicentenário, Ensino Fundamental I. Depois, em um trabalho da disciplina História da Paraíba, cursada extracurricularmente em História, relacionando o conteúdo textual a partir do registro fotográfico nas cidades de Alagoa Grande e Areia³.

O interesse pela aproximação da Arte com a História se fortificou e possibilitou-me cursar outras disciplinas de História como Paleografia e História do Brasil I, durante minha graduação em Biblioteconomia. A primeira disciplina deu-me a possibilidade de conhecer a escrita antiga em documentos originais (inventários, processos, livros de notas de batismo) e também de tornar-me uma pesquisadora, principalmente de conteúdos sobre a Paraíba, no século XIX. Nesses documentos constam registros da presença da população negra na Paraíba.

Em seguida, a disciplina História do Brasil permitiu-me construir um trabalho, no qual havia o diálogo da imagem (documento iconográfico) com texto de obras clássicas. O trabalho realizado foi denominado “*Você tem milhões de motivos para tê-lo*”, que consistia em um anúncio de vendas de escravos, no qual foram traçadas algumas das características físicas de escravos descritos no livro *Viagem pelo Nordeste* de Henry Koster com gravuras selecionadas dos artistas Jean Baptiste Debret e Johan Moritz Rugendas.

Outro aspecto relevante que se delineou para este estudo foi quando houve a transcrição do inventário de D. Porfíria Cabral de Mello. Chamou-me a atenção a descrição dos bens deixados por essa senhora: “[...] um escravinho preto de nome Graciano de 12 anos de idade,

² No Curso de Especialização das Artes Visuais na UFPB, no qual há registradas textual e fotograficamente todas as atividades do Ensino de Artes Visuais que geraram a minha Monografia.

³ Segunda experiência na disciplina História da Paraíba, vislumbrou-se outra possibilidade de apresentar os conteúdos sobre a Paraíba Colonial e Imperial que encantou a turma (esta proveniente do Curso de Biblioteconomia), conteúdos desconhecidos para quase toda a turma.

pouco mais ou menos, filho da escrava Miquilina, que vistos pelos avaliadores avaliarão na quantia de 800\$000 rs [...]” (MELLO, 1869, fl.10v).

Todos esses trabalhos, ou melhor, experiências, culminaram com a pesquisa que originou o trabalho de conclusão de curso de Biblioteconomia, *Fontes de informação na construção da memória da professora Antônia do Socorro Silva Machado: uma pessoa, uma escola dentro da comunidade*. Neste estudo, destaquei a história de uma pessoa a partir de fontes pessoais, utilizando entrevistas com familiares, colegas e amigos, e um conjunto de objetos pessoais (bolsa, carteira de identidade) e imagens. A professora Antônia do Socorro viveu em um bairro, hoje considerado remanescente quilombola – a comunidade negra de Paratibe.

Todas essas vivências ensejaram a possibilidade de enveredar sobre outras comunidades negras, neste caso, as que participam da EVOT. Estudos sobre a realidade do Estado da Paraíba destacam que ele é negro, pois segundo o censo realizado no ano 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos 3.766,528 paraibanos, cerca de 2.199.586, ou seja, 58,398% declararam ter como cor de pele preta ou parda. Esses dados são bastante significativos se lembrarmos da tradição paraibana de exaltar a origem portuguesa e indígena – tabajara e potiguara -, da população que constitui o Estado.

Foi pensando nessa realidade, acima descrita, que optamos por estudar as comunidades negras, partindo da imagem – fotografia. Assim, identificamos, selecionamos e organizamos as fontes de informação imagéticas da comunidade/escola. Vale frisar que em razão da Lei 10.639/03⁴ a produção científica sobre esses sujeitos sociais, o negro, torna-se premente, visto

⁴ A **LEI Nº. 10.639/0309 de janeiro de 2003** foi promulgada e alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), passando-se a exigir que as escolas brasileiras de ensino:

- Art. 1º A Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

- Art. 26 – A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo de História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§3º VETADO

- Art. 79-A VETADO

- Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

- Art.2º esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

que até recentemente predominava uma história que valorizava exacerbadamente a história dos povos europeus e, atualmente, há um intenso movimento na elaboração de conhecimento histórico que valorize a participação de pessoas negras, indígenas e de outras origens na sociedade brasileira.

Estudos sobre a Escola Viva Olho do Tempo e as comunidades do Vale do Gramame-PB existem, mas não direcionados exclusivamente para esta temática, ou seja, com a preocupação com a recuperação e representação da informação, e de uma abordagem de elementos intrínsecos na arte visual, a fotografia, que contribua na elaboração de recursos informacionais. Este estudo dedica-se a entender a imagem iconográfica como “imagens em duas dimensões, opacas, tais como originais ou reproduções [...] de fotografias [...]” (PEROTA, 1993, p.109) e a imagem (ideia), neste caso como as comunidades pensam/são pensadas imagetivamente e como veículo de representação de conhecimento/informação.

Neste estudo buscamos a fotografia como fonte informacional e de conhecimento, contextualizando-a no seu espaço e tempo, entendendo a escola como produtora de informação imagética, que é produzida desde 2004 sem interrupções até os dias atuais. É justamente trilhar este caminho para se conhecer essa fonte documental, a imagem, como suporte e como ideia – esta através das vozes dos entrevistados.

O Acervo da EVOT revela as práticas e as vivências registradas por personagens negros (ou não), mas que guardam dentro de si traços da cultura africana que vive nas comunidades do Vale do Gramame e vivenciada na Ação Griô⁵ da referida escola. Esta ação é constituída como uma forma de compartilhamento de saberes entre as gerações, buscando crescimento pessoal e da comunidade. Ela é a referência de conhecimento e busca do fazer dessa prática, acima de tudo, uma ação positiva de valorização da tradição:

⁵ “O termo Griô é universalizante, porque ele é um abasileiramento do termo Griot, que por sua vez define um arcabouço imenso do universo da tradição oral africana. É uma corruptela da palavra “Creole”, ou seja, Crioulo, a língua geral dos negros na diáspora africana. Foi uma recriação do termo gritadores, reinventado pelos portugueses quando viam os griôs gritando em praça pública. Foi utilizado pelos estudantes afrodescendentes que estudavam na língua francesa para sintetizar milhares de definições que abarca. O termo griô tem origem nos músicos, genealogistas, poetas e comunicadores sociais, mediadores da transmissão oral, bibliotecas vivas de todas as histórias, os saberes e fazeres da tradição, sábios da tradição oral que representam nações, famílias e grupos de um universo cultural fundado na oralidade, onde o livro não tem papel social prioritário, e guardam a história e as ciências das comunidades, das regiões e do país. Em África, existem termos em cada grupo étnico: Dioma, Dieli, Funa, Rafuma, Baba, Mabadi... Os primeiros povos do Brasil também reconhecem no termo Griô a definição de um lugar social e político na comunidade para transmissão oral dos seus saberes e fazeres, a exemplo dos Kaingang do Sul, dos Tupinambá das Aldeias Tukun e Serra Negra (BA) e os Pankararu de Pernambuco, os Macuxi em Roraima, e tantos outros que participam da Rede Ação Griô Nacional contam sobre os Morubixabas, Kanhgág Kanhra e o Griô contempla todos”. Acesso: <http://www.leigrionacional.org.br/>

[...] Tradição da oralidade enquanto patrimônio imaterial e cultural a ser preservado, considerada como um desafio no âmbito das políticas culturais devido à inexistência de uma tradição na valorização desta manifestação cultural. A transmissão oral permeia as mais diversas culturas e independente da origem ou da etnia muitos povos tem a oralidade como única fonte da perpetuação de sua história (AÇÃO GRIÔ, 2013).

Nessa prática da oralidade que permeia a Ação Griô na EVOT está presente o despertar da criança, do jovem e do adulto para a questão da preservação do patrimônio cultural. Segundo Penhinha Sousa (2013), as “[...] práticas educativas são desenvolvidas dentro e fora da escola que prepara o vivenciar e o cuidar com a flora e a fauna, com o meio ambiente; o cuidar com os mais velhos e seus saberes, proporcionando esse dialogo de educador e aluno, aluno e educador, aluno e comunidade, aluno e os mestres”. Possibilitando, assim, o diálogo entre as várias gerações e a preservação do patrimônio cultural.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Geral

- Refletir sobre a imagem fotográfica produzida pela e na Escola Viva Olho do Tempo enquanto elemento de memória, patrimônio e identidade cultural das comunidades do Vale do Gramame, Paraíba.

1.1.2 Específicos

- Identificar e localizar documentos iconográficos representativos da Escola Viva Olho do Tempo, localizada no Vale do Gramame-Paraíba e as condições sociais e culturais que promoveram a produção desses documentos;
- Contextualizar as imagens (material e imaterial) direcionando-as para aspectos relevantes como fontes de informações memorialísticas e identitárias da escola e das comunidades;
- Identificar através da documentação imagética, produzida pela comunidade escolar, os eventos de relevância para seus membros;
- Contextualizar a Escola Viva Olho do Tempo no seu espaço e tempo de criação;
- Produzir catálogo do acervo imagético da Escola usando linguagem documentária.

Esta dissertação é constituída por esta introdução e os objetivos, a fundamentação teórica, a abordagem metodológica e mais duas seções e as considerações finais. Na fundamentação teórica apresentamos a imagem fotográfica como fonte de informação valiosíssima e capaz de reconstruir memória e de fortalecer identidades. Refletimos a imagem como representação visual e mental e a fotografia como imagem e, portanto, como elemento de representação da informação imagética. Evidenciamos autores como Novellino (1998), por exemplo, que trata, em seus estudos, de aspectos relevantes sobre as formas de linguagem para a representação da informação; Santaella e Nöth (2010) que exploram a problemática dos signos visuais (imagem) e suas diferentes formas de representação (mental e visual); Kobashi (2007) apresenta uma discussão sobre a fundamentação semântica e pragmática para a formulação de representação da informação; as autoras Maimone, Silveira e Tálamo (2011) trazem, em seu artigo, uma discussão acerca da relação entre as estratégias de representação temática e descritiva, fundamentando-se na Semiótica de Peirce (2010), que expõe e discute sobre as bases de sua doutrina dos signos ou Semiótica.

Na seção intitulada **ACERVO E MEMÓRIA DA ESCOLA VIVA OLHO DO TEMPO (EVOT) DO VALE DO GRAMAME/PB** descreve-se o cenário espacial e conta a história da EVOT através das vozes de seus criadores e mantenedores. Este percurso é importante porque revela aspectos importantes desse “lugar de memória”. Apresenta o acervo da escola e suas especificidades ao revelar a memória e identidades de três comunidades do Vale do Gramame, que são Engenho Velho, Gramame e Mituaçu.

Na seção **A INFORMAÇÃO FOTOGRÁFICA COMO PROCESSO CULTURAL: O CONTEÚDO INFORMACIONAL**, foram construídos inventários, a partir da produção das fichas, que resultaram na elaboração do catálogo do Programa Ecoeducação, Cultura e Memória. Nessa seção analisa-se a ação da EVOT junto às comunidades do Vale do Gramame, sobretudo nas ações do programa Griô, no projeto Caminhada de São José e outras atividades.

Nas **CONSIDERAÇÕES FINAIS** evidencia-se o acervo imagético da EVOT como fonte de memória, portador de identidade cultural, e valorização dos saberes dos mestres griôs, dos educadores sociais e de todos aqueles envolvidos na ação de valorização do ser humano.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 INFORMAÇÃO, IMAGEM, MEMÓRIA COLETIVA E IDENTIDADE

Capurro (2003) nos esclarece que o objetivo do trabalho com a informação é promover o desenvolvimento do indivíduo de seu grupo e da sociedade. Nesse entendimento o desenvolvimento é um acréscimo de bem estar, um novo estágio de qualidade de convivência, que só pode ser alcançado através da informação. A ação social maior é fazer a luz brilhar para cada ser humano através da informação como mediadora do conhecimento.

Pacheco (1995) nos revela que a informação enquanto artefato é uma construção de um tempo e de um espaço e possui suas formas específicas, o contexto em que foi gerado, sendo passível a sua recontextualização.

A partir da informação se constitui a memória. Esta aqui pensada como “[...] aquele conjunto de eventos, fatos com os personagens que, através da sua existência no passado, possuem experiências consistentes para o estabelecimento de uma relação da atualidade e o seu passado, quer imediato quer remoto” (AZEVEDO NETTO; OLIVEIRA, 2007, p.32).

Assim, considera-se as comunidades do Vale do Gramame a partir das fotografias encontradas, examinadas, analisadas e descrevendo os traços de comportamentos dos seus personagens e suas vivências e práticas geradas nessas imagens que foram coletadas e selecionadas, e, principalmente, sua relação com os outros, para desvendar as dimensões desse objeto.

Esta é a ideia deste estudo: trazer elementos significativos e de importância crescente da imagem e memória a partir da fotografia, esta como representação e instrumento de conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da substituição por uma “imagem” capaz de reconstruí-lo em memória e de figurá-lo tal como ele é (CHARTIER, 2002).

Revela Halbwachs (2006) que a memória coletiva tem a função de reforçar a coesão social pela adesão afetiva ao proporcionar ao indivíduo o sentimento de pertencimento a um determinado grupo que compartilha memórias (comunidade afetiva), através dos quadros de memória (mecanismo estruturante através do qual os valores são compartilhados por famílias, religião e classe social) que se modificam na dinâmica das interações sociais dos indivíduos, em decorrência da transformação da densidade das relações sociais e o nascimento de uma hierarquia de papéis dos indivíduos no grupo, resultante do fato de que cada indivíduo

participa de diversos grupos. Além desses fatores, a imagem (vista ou evocada) de um objeto pode evocar a memória coletiva (social) vivida e compartilhada socialmente de personagens que vivem nas comunidades tradicionais e negras: uma contribuição para a compreensão dessas comunidades tradicionalistas e quilombolas, que possa diminuir assim, a sua “invisibilidade”.

Neste estudo, a imagem é compreendida sob a ótica da cultura material:

A cultura material “se exprime nas análises dos materiais que a ela concorrem nas dissociações dos esquemas explicativos das realidades vividas”, e se expressa nos e pelos objetos produzidos e significativos para o homem. As técnicas, os hábitos de alimentação, vestuário, “as coisas físicas”, os costumes, a vida cotidiana são aspectos materiais da vida social, aspectos estes que caracterizam a cultura material (AZEVEDO NETTO, SILVA, ROCHA, 2010, p. 10).

Essa cultura advém, no que diz Morais (2001), sobre a memória e a identidade no contexto urbano da mundialização partindo de estudos teóricos, numa compreensão de memória não como algo vivenciado no passado, mas com uma construção do presente. Elas (memória, identidade e contexto) são construções sociais e das convenções (com simbologias e significações) sociais, são também produções ligadas aos discursos, que assumem materializações através do ato da fala (história oral) e dos escritos (registros), passando pelo viés do patrimônio, quer seja material ou imaterial, e a imagem (ideia) dessas comunidades como elas são representadas ou veículo da representação de conhecimento/informação.

A informação e o conhecimento são fundamentais na seleção e leitura da imagem. A identificação das fontes é importante para a construção de um acervo, possibilitando assim, uma classificação com apreciação com qualidade estética e histórica dos documentos iconográficos. Esses materiais visuais muitas vezes são utilizados de maneira proveitosa e podem lembrar àqueles de nós que estamos primeiramente ligados à crítica e aos assuntos culturais atuais que todo o material do passado é potencialmente admissível como evidência para o pesquisador (GASKELL, 1992), ou seja, como fonte de informação para quem pesquisa. Vale frisar que o presente estudo relaciona fotografia como fonte informacional a partir do acervo imagético constituído pela instituição não governamental, a EVOT.

De acordo com Zeman (1970), a informação não é um termo exclusivamente matemático, mas também filosófico, pois não está ligado apenas à quantidade, mas também à qualidade, que, aliás, tem conexão com ela. Portanto, não é apenas uma medida da organização, é também em si, ligada ao princípio da ordem, isto é, ao organizado (acervo imagético) – considerado como resultado – e ao organizante (considerado como modelo

representativo) – considerado como processo. A informação é a qualidade da realidade material de ser organizada. Sem organização, sem conservação e crescimento da organização, a matéria não poderia de forma alguma existir, assim como não existe sem o espaço, o tempo e o movimento.

Nesse contexto, consideramos a realidade da informação dentro da imagem. “A imagem como representação cultural, seja ela na sua carga simbólica, epistêmica ou estética, é de qualquer forma uma construção de conhecimento da realidade” (TACCA, 2005, p. 12). Essa representação produtiva pode ser concebida como marca da comunidade-instituição que vive e convive em grupos sociais e em áreas determinadas, que possibilitará contextualizá-la ou recontextualizá-la para seu conhecimento e de outros.

Para Zeman (1970), a informação, (assim como a imagem) está ligada à organização, assim como está ligada também à conservação e transmissão dessa organização. Ela é feita de forma econômica. Um evento ou um objeto de grande amplitude no espaço ou no tempo é registrado com redução considerável em forma condensada, geral ou mesmo simbólica. O processo organizacional da imagem técnica, segundo Tacca (2005), no mundo moderno e contemporâneo implica necessariamente aproximarmo-nos dela por intermédio de mecanismos de compreensão da sua produção de sentido. Essa inserção da imagem no mundo da cultura, a imagem como foco de estudo, traz-nos tendências das ciências da significação chamadas de Semiologia e de Semiótica. Neste momento, entra em discussão Arlindo Machado (1990) ao dizer que o uso das imagens científicas e sua iconografia são parte do cotidiano e do imaginário do homem contemporâneo e, ao contrário de J. Baudrilard (*apud* TACCA, 2005, p.12) que prevê uma catástrofe nas relações sociais e a própria morte do real com as novas tecnologias.

2.1.1 Informação e Imagem

No questionamento de Aumont (2012, p.78) sobre a imagem, *Por que se olha uma imagem?*, o autor aponta dois aspectos relevantes: “o *primeiro*, que toda e qualquer imagem, ela não é produzida gratuitamente, pois todas as produções das mesmas foram fabricadas para determinados usos, individuais ou coletivos”. Outro aspecto revelado pelo autor é descobrir para que servem as imagens:

É claro que em todas as sociedades, a maioria das imagens foi produzida para certos fins (de propaganda, de informação, religiosos, ideológicos em geral) [...]. Mas em um primeiro momento, [...] uma das razões essenciais da produção das imagens: a

que provém da vinculação da imagem em geral com o domínio do simbólico, o que faz com que ela esteja em situação de mediação entre o espectador e a realidade (AUMONT, 2012, p.78).

Portanto, a imagem não é desprendida de significados. Ela carrega consigo seus signos e apresenta sinais e emblemas. Assim, neste estudo, faz-se necessário o uso de conceitos sobre a informação e sua relação com a memória e a sociedade (comunidade, instituição, grupo).

Para nós, os conceitos de informação, imagem, memória e sociedade são termos-chave para o nosso estudo. Por isso, concordamos com Gonzáles de Gómes (1993) quando diz que os estudos e as tecnologias organizam-se em torno de conceitos-chave, tais como recuperação da informação, disseminação da informação e, um dos mais abrangentes, o de transferência de informação. Denominamos transferência de informação um conjunto de ações sociais com que os grupos e as instituições organizam e implementam a comunicação da informação, através de procedimentos seletivos que regulam sua geração, distribuição e uso.

Uma das origens da palavra informação vem do latim *informare*, que entre as significações consta: “de onde vem a outra”. *Informação* significa dar forma, ou aparência, pôr em forma, formar, criar, mas também representar, apresentar, criar uma ideia ou noção. Zeman (1970, p.157) nos revela que é possível compreender a informação em geral como algo que é colocado em forma, em ordem. Assim, a informação significa a colocação de alguns elementos ou partes – sejam materiais ou não materiais – em alguma forma, em algum sistema classificado; significa a classificação de alguma coisa. Sob essa forma geral, a informação é também classificação de símbolos e de suas ligações em uma relação, seja a organização dos órgãos e funções dos seres vivos ou a organização de um sistema social qualquer ou de qualquer outra comunidade em geral.

A informação é colocada em evidência nesta parte seguindo os seus princípios, e trazendo-a a partir da sua origem filosófica, histórica e informacional, dentro de um espaço (áreas de conhecimento) e tempo, e sua relação com outros termos, além da memória e sociedade, como fotografia e cultura.

Contudo, lançamos alguns questionamentos: como representar adequadamente os conceitos sobre informação sem comprometer o seu significado, sua representação e sua interpretação dentro de um contexto partindo das abordagens de vários autores? De acordo com Lima e Murguia (2008), a informação é polissêmica. E por ser polissêmica, ela não é objeto de uma única área de estudo. Informação enquanto conceito carrega uma diversidade de significados, do uso cotidiano ao técnico. Genericamente, o conceito de informação está intimamente ligado às noções de conhecimento, memória, cultura, entre outros.

Não é uma construção recente, como pode nos orientar a história das ciências, das letras e das artes. No entanto, é somente a partir do século XX que o mundo é visto como espaço informacional e memorial, em que os aspectos materiais e imateriais dos objetos criados pelas sociedades entram em disputa (DODEBEI, 2010). Assim, a informação aqui considerada é aquela que diz respeito a uma produção de significados socialmente aceitos. É aquele fenômeno em que há não só a produção de um bem simbólico, mas também sua disseminação e consumo, que implica na sua própria reprodução, já que a dimensão espacial é extremamente dinâmica (AZEVEDO NETTO, 2007).

A informação, de acordo com Pacheco (1995), é um bem cultural, ou seja, um artefato. Sendo artefato ela pode ser utilizada num contexto distinto daquele do qual e no qual foi produzida, sendo, portanto, passível de recontextualização (PACHECO, 1995) e, como resultado desta, uma vez que a informação é um artefato moderno, mas não é qualquer coisa. Nosso estudo se baseia no conceito de informação enquanto artefato.

Loureiro, Loureiro e Silva (2008) amparados em Pearce (1992) direcionam seus estudos sobre informação para a definição de ‘cultura material’ proposta por James Deetz. Segundo Deetz (*apud* LOUREIRO; LOUREIRO; SILVA, 2008), cultura material é “aquele segmento do mundo físico do homem que é intencionalmente moldado por ele de acordo com um plano culturalmente ditado”. Susan Pearce ressalta que toda expressão cultural cai, de uma forma ou de outra, no domínio material. Objetos de museu seriam, assim, para a tríade de autores, “pedaços do mundo físico”, noção que ultrapassa os “pedaços discretos capazes de ser movidos de um lugar para outro” – tradicionalmente preservados nos museus – e compreende a cultura material como um todo, incluindo catedrais, monumentos e paisagens. O que faz de uma seção da cultura material um objeto de museu é o valor cultural que lhe é agregado: é o ato da seleção que transforma uma parte do mundo em objeto ou peça de museu (PEARCE, 1992 *apud* LOUREIRO; LOUREIRO; SILVA, 2008).

Por isso, trazemos o binômio *Fotografia/Informação* que se destaca no artigo de Lima e Murguia (2008), que nos coloca dentro desse contexto, com a leitura da imagem técnica sujeita à reprodutibilidade e sua inserção na dinâmica dos fluxos da informação. Considerando que a fotografia se (in)forma sobre um tripé constituído pela linguagem, pelo registro e pela informação. Cabe, no momento, discorrer, sucintamente, sobre essas três formas de representação que dialogam constituindo uma unidade, embora diferenciadas entre si pelas suas respectivas particularidades. Fundir a fotografia à informação é fazê-la de modo que também possamos vinculá-las ao registro e à linguagem. Significando que situar a fotografia no plano da linguagem e do registro é conferir-lhe dimensão orgânica, formal e

social que evidencia o seu lugar na era da informação, sob a forma de cultura material e simbólica (LIMA; MURGUIA, 2008).

Revelam Lima e Murguia (2008) que a fotografia (imagem) é seguida da condição indiciária do signo fotográfico, portador de um registro, o que, necessariamente, remete a uma informação nele contida. Por isso, situam a *fotografia* no plano da *linguagem* e do *registro* e ao fazerem isso lhe conferem dimensão orgânica, formal e social que evidenciam o seu lugar no mundo contemporâneo, quer sob a forma de cultura material, quer sob a forma de cultura simbólica. É através dessa combinação entre *linguagem* e *registro* que a imagem fotográfica figura como objeto do conhecimento dotado de *singularidade*, mas também de *universalidade* em relação às demais representações imagéticas que fazem parte do universo iconográfico e textual.

Os autores acima referidos colocam a questão do signo como um mecanismo de representação de alguma coisa. O que concorre para distinguir entre aquilo que representa, ou seja, que está no lugar de, ou em relação a, e o objeto representado. Ao primeiro é atribuída a condição de *representâmen*, papel reservado ao signo, incorporando algumas contribuições da semiologia de Saussure e da semiótica de Peirce; já o segundo é qualificado de objeto da representação (LIMA; MURGUIA, 2008).

Atribuir à fotografia uma linguagem, uma gramática ou uma ética é estabelecer o seu vínculo com a existência de um *código de leitura*, de uma *sintaxe*, de uma *semântica*, ou, ainda, percebê-la como um modo particular de *comunicação* capaz de veicular *informação*, *saber* e *sentido*. A dicotomia entre fotografia e linguagem vem sendo discutida no âmbito da Ciência da Informação. Galvão (1998) trata de conceitos elaborados pela área e, ao referir-se ao termo linguagem, questiona o tipo de abordagem que lhe é dada e problematizada.

Lima e Murguia (2008) revelam a materialização da informação:

A fotografia é um índice, não é porque o ícone – portanto a sua materialização – a revelaria como índice [...], mas porque dispomos de um conhecimento quanto ao funcionamento do dispositivo fotográfico, o que propus chamar de *arché*: a imagem torna-se um índice a partir do momento em que ‘se sabe que esta é o efeito de radiações provenientes do objeto’ [...], graças, portanto, a um ‘conhecimento independente’ das modalidades de gênese da imagem. A partir do momento em que se considera que o índice (a imagem fotográfica, no caso) se define constitutivamente como a impressão física de um objeto real que estava ali num determinado momento do tempo, torna-se evidente que essa marca indiciária é única em seu princípio: remete apenas a um referente, o ‘seu’, o mesmo que a causou (LIMA; MURGUIA, 2008, p.7. Grifo nosso).

O traço fotográfico só pode ser, em seu fundo, *singular*, tão singular quanto seu próprio referente. Como representação por contato, não significa a princípio um conceito; antes de

qualquer coisa, designa um objeto ou um ser particular no que ele tem de absolutamente individual (DUBOIS, 2000 *apud* LIMA; MURGUIA, 2008).

Portanto, a informação já se faz presente no momento em que se dá início o processo de constituição genética da imagem fotográfica, auxiliada pela câmera escura ou por qualquer outro dispositivo fotográfico, identificado a partir de reação físico-química, em que a presença da luz reage sobre suportes emulsionados de modo a imprimir o seu traço, a sua inscrição. Não se pode separar a informação do contexto. O contexto de nossas vivências. Logo, a informação, sob um viés científico, passa a ser o objeto da ciência da informação. Ao mesmo tempo se torna um elemento constitutivo do processo fotográfico, resultando na *informação visual* (DODEBEI, 2002), registrada em um tipo particular de suporte, que se converte em cultura material e simbólica, vinculada à história e ao mundo, se pensarmos na imagem fotográfica como uma construção social de sujeitos históricos em condições espaciais e temporais determinadas.

O sociólogo Maurice Halbwachs e o psicólogo Frederic Charles Bartlett estabeleceram as bases teóricas e nos permitem rejeitar com maestria a separação rígida entre memória e sociedade e definir a memória como sendo uma construção social. A contribuição desses autores para o conhecimento que vinha se acumulando em outras áreas foi mostrar que a memória fazia parte de um processo social, em que os indivíduos não são vistos como seres humanos isolados, mas interagindo uns com os outros, ao longo de suas vidas e a partir de estruturas sociais determinadas:

O termo memória pode atender a vários significados, dependendo do campo em que esteja sendo aplicado, e seus conceitos variam tanto quanto são seus proponentes. Para o senso comum, o termo invoca de pronto a ideia de *pretérito*, sentido que se faz mais forte no trato de disciplinas como a história, a arqueologia, e a arquitetura, onde a noção sedimentou-se desde longo tempo, firmando a conotação. Para a Ciência da Informação (CI), “*locus*” a partir de onde perspectivamos nossa observação, o tempo passado revela apenas parte de uma semântica incógnita, e essa aplicada a circunstâncias muito específicas (LIMA; MIRANDA; ROCHA, 2011, p. 3333).

No campo da Ciência da Informação, Pinheiro (2005) identifica o tema memória na base do próprio surgimento desta área:

A Ciência da Informação tem dupla raiz: de um lado a Bibliografia/Documentação e, de outro, a recuperação da informação. Na primeira o foco é o registro do conhecimento científico, a memória intelectual da civilização e, no segundo, as aplicações tecnológicas em sistemas de informação, proporcionadas pelo computador. (PINHEIRO, 2005, p. 16)

A memória, segundo Lima, Miranda e Rocha (2011), aproxima-se mais do conotativo de estoque de informação, invocando a condição de registro memorial da herança cultural humana. A memória produzida ontem tem para a CI o mesmo valor como objeto de estudo que registros centenários, eleitos como representativos de interesse histórico ou patrimonial. Não cabe à Ciência de Informação a reconstituição do passado histórico memorial, antes busca entender a natureza dos registros e os fenômenos que envolvem a criação, o tratamento e o uso social da informação.

A informação como matéria cultural ou artefato é reforçada pelo que Santo (2010, p.13), diz que toda coleção é um artefato, pois resulta de ação humana intencional, em que elementos materiais são removidos de seus contextos originais e reunidos em um conjunto artificial. E acrescenta, citando Pomian (1984), que define coleção como “qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito de atividades econômicas, sujeitas a uma proteção especial, num local fechado preparado para esse fim e expostos ao olhar do público”. Para os autores, as coleções estariam entre os meios utilizados pelo homem para ligar o visível e o invisível.

Assim, há uma relação existente entre informação e signo. A informação é entendida como signo, pois qualquer processo de comunicação de um conteúdo é mediado por signos. Nessa perspectiva, quase que substituem o termo “informação” pelo de “signo”, mas este último composto de atributos que demonstram vantagem explicativa em relação ao conceito de informação (ALMEIDA; GUIMARÃES, 2007, p.2-4). Com isso, segundo Lara (1993, p. 225), “[...] o signo documentário é um signo de controle do significado que só pode funcionar como elemento de representação da informação (e possibilitar a ‘semiose documentária’) desde que o contexto no qual se insere seja considerado”. Em outras palavras, o tipo de signo aplicado às características das linguagens documentárias não seria nada mais que o mesmo conceito de “significado” em Saussure citado por Almeida e Guimarães, isto é, um signo de natureza simbólico convencional, pois conserva uma regra geral para representação e interpretação. Os conceitos semióticos atribuem uma especificidade na análise das relações espaciais e temporais do fenômeno de interpretação (ALMEIDA; GUIMARÃES, 2007, p.2).

Termos como *cultura material*, *artefato* e *objeto* têm sido utilizados como sinônimos (PEARCE, 1989, p.2). Cabe assim, ou melhor, cumprir aos museus, seja qual for a sua temática específica, construir estratégias narrativas nas quais vestígios e fragmentos devem ser conectados formando sequências significativas, elaborando sentidos e, concomitantemente, obedecendo a normatizações e modelizações impostas pelos cânones museográficos. A isso se soma o desafio de construir narrativas por intermédio dos

fenômenos materiais do cosmos, da vida e da cultura, sem perder o rumo traçado pelo “princípio da historicidade” – “valor estruturante de nossa cultura ocidental moderna” (DUARTE, 2002 *apud* LOUREIRO; LOUREIRO; SILVA, 2008, p.3). Todo esse processo vincula-se ainda a uma inevitável participação dos museus ou locais de memória.

A dimensão da cultura informacional parte de conceitos de cultura e informação. Morin (2003 *apud* SILVA, 2006, p. 32) destaca que a “cultura concentra em si um duplo capital: um capital cognitivo e técnico (práticas, saberes, saber-lazer, regras) e um capital mitológico e ritual (crenças, normas, proibições, valores)” e define informação “como conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificados, subentendendo-se, nesta enunciação, uma plena similitude com a noção de conhecimento explícito”. A relação cultura e informação assume o caráter de materialização física e da abstração mental (AZEVEDO NETTO; SILVA; SOUZA, 2010).

A informação como artefato “[...] são fontes da memória por remeterem as marcas e vestígios de natureza histórica e social” (OLIVEIRA; AZEVEDO NETTO, 2007, p. 31), tornam-se expressões da memória coletiva, portanto de documentação e de identificação (significado) de um povo (AZEVEDO NETTO, SILVA, SOUZA, 2010, p.11).

O que nos leva a outro conceito, o de representação documentária, como expõe Peirce (2010), que pode ser abordado a partir do conceito de representação semiótica. ‘Representar’, para Peirce, significa “estar em lugar de, isto é, estar numa relação com o outro que, para certos propósitos, é considerado por alguma mente como se fosse o outro [...]”. Desse modo, vê-se o uso de categorias que tratam da representação documentária a partir de dois focos: da linguística tradicional e “de uma linguística semiótica que possa incluir a abordagem comunicacional” (LARA, 1993, p.3).

De acordo com Geertz (1979, p.19), “... compreender um acontecimento particular, um ritual, um costume, uma ideia, ou o que quer que seja, está insinuado como informação de fundo antes da coisa em si mesma ser examinada diretamente”, esse fato – que ele chama de dados – é realmente a própria construção dele, das construções de outras pessoas, do que elas e seus compatriotas se propõem – está obscurecido, pois a maior parte do que precisamos é determinado por nossa compreensão do que é percebido.

2.2.2 Memória, Fotografia e a Ciência da Informação

Para conservar a lembrança e, de maneira mais ampla, para pensar, é necessário memorizar um mundo previamente ordenado! (CANDAU, 2011, p. 83)

Então, como pensar esse mundo dinâmico da memória para a Ciência da Informação? Primeiramente, traçamos e propomos alguns aspectos relevantes sobre as concepções da memória para a Ciência da Informação (CI) a partir de pontos lançados por vários estudiosos em várias áreas do conhecimento. E, visualizando aspectos que entrelacem a memória e a informação, possibilitando uma interação desses conceitos para clarear os caminhos percorridos, dentro da base teórica e prática que nos orientaram e nos possibilitaram visualizar e selecionar, perante os nossos estudos.

Concordamos com Candau (2011) quando ele afirma que a produção de informações tem por corolário aquela da produção de traços, consequência da onda memorial que toca a maior parte das sociedades modernas. Essa produção de traços tem seu equivalente no domínio da produção de imagens. Então, como relacionar a memória dessas comunidades partindo do acervo imagético produzido por elas e como aproximá-la da Ciência da Informação?

No entendimento de Halbwachs (2006), quando olhamos uma imagem (fotografia), o que percebemos ajuda-nos a reconstituir um quadro de muitas partes que foram esquecidas. E o que vemos toma lugar no quadro de referências de nossas lembranças antigas e se adaptam ao conjunto de nossas percepções presentes. É como se estivéssemos diante de muitos testemunhos. Podemos reconstruir um conjunto de lembranças de maneira a reconhecê-las porque elas concordam no essencial, apesar de certas divergências.

Dentro dessas concepções, buscamos fundamentar os princípios e as perspectivas que nos orientaram para nossa pesquisa sobre a memória diante do acervo fotográfico das comunidades. Inicialmente lançamos a seguinte pergunta: Como a memória é vista por estes teóricos citados acima? Como ela é tratada? Quais são os outros elementos que entram em discussão além da memória?

Bergson (2010), ao afirmar que há uma dualidade entre a realidade do espírito (mente – virtual) e a realidade da matéria (objeto – corpo), procura determinar a relação entre eles sobre um exemplo preciso, o da memória. Mostra que idealismo e realismo são duas teses igualmente excessivas, que é falso reduzir a matéria à representação que temos dela. Estabelece, assim, uma relação entre a matéria e a realidade.

Dessa relação outro aspecto se destaca, a lembrança, que para ele representa precisamente o ponto de intersecção entre o espírito e a matéria. Há, portanto, tons diferentes de vida mental, e nossa vida psicológica pode se manifestar em alturas diferentes, ora mais perto, ora mais distante da ação, conforme o grau de nossa atenção à vida (BERGSON, 2006).

Ou seja, as lembranças podem se tornar mais próximas ou mais distantes de acordo com a nossa atenção diante dos fatos, das experiências vividas pelos personagens que usufruam da Escola e moram nas comunidades: Engenho Velho, Gramame e Mituaçu. A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. De fato, a memória e identidade se entrecruzam e são indissociáveis. Pois, “não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente. [...] revela o quanto é difícil dissociar essas duas noções [...]” (CANDAU, 2011, p.19).

Sabemos que há uma extensa discussão e uma teoria acerca da memória que dialogam entre si e se relacionam com outros termos. Mas, neste momento situaremos algumas questões relevantes sobre a memória, partindo dos argumentos de Ricouer (2007, p.26), que remonta essa temática aos filósofos gregos, como uma fenomenologia da memória que se vê confrontada e consiste na representação do passado, segundo o autor, a representação pode ser mesmo por meio de uma imagem; ao representarmos um acontecimento passado, temos uma imagem, que pode ser visual ou auditiva. Isso faz da memória uma província da imaginação.

A primeira relação, a “memória e imaginação”, é considerada por ele como um dos problemas, tão antigo quanto à filosofia ocidental. Essa discussão, deixada por uma herança grega, legou-nos dois *topoi* rivais e complementares: o primeiro, Platão, em que o tema da *eikon* (imagem) fala de representação presente de uma coisa ausente, e é assim que a imagem, mas também a memória, por implicação traz, desde a origem, o cunho da suspeita, por causa do ambiente filosófico de seu exame. Vemos, ainda, o problema do esquecimento que é colocado desde o início, duplamente, como apagamento dos rastros e como falta de ajustamento de imagem presente à impressão deixada como que por um anel na cera (RICOUER, 2007, p. 27).

O segundo *topoi*, Aristóteles, sobre o qual considera que: “a memória é do passado”. E distingue, a partir disso, a persistência da lembrança em relação à recordação, e sua simples presença no espírito (evocação simples) em relação à recordação enquanto busca. A memória, nesse sentido particular, é caracterizada inicialmente por uma afecção (*pathos*), o que a distingue precisamente da recordação. Nessa relação entre memória e imaginação é preciso então dizer que “as coisas que são objetos de memória são todas aquelas que dependem da imaginação, e que as que existem sem essa faculdade o são acidentalmente” (RICOUER, 2007, 34-35).

Voltando ao que Ricouer (2007) diz sobre *eikon* e *tupos*, toma-as emprestado de Aristóteles e concebe-as como as únicas categorias disponíveis para explicar o funcionamento da memória do cotidiano. E, assim, vem a relação entre hábito e memória com o tempo, nos dois extremos, e pressupõe uma experiência anteriormente adquirida; mas num caso, o hábito, essa aquisição está incorporada à vivência presente, não marcada, não declarada como passado; no outro caso, memória, faz-se referência à anterioridade, como tal, da aquisição antiga. Em todos os hábitos da vida em comum, uma parte é praticada nos rituais sociais ligados aos fenômenos de comemoração.

Somente a *mnemosyne*, divindade da memória, afirma Candau (2011, p.59), “[...] permite unir aquilo que fomos ao que somos e ao que seremos [...]”. Sem memória o sujeito se esvazia, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas. Sua identidade desaparece. Cada ser humano de fato constrói sua identidade. É a consciência mesma que experimenta no presente a dimensão do passado.

Quando buscamos informações no acervo imagético da EVOT e seus personagens que moram nas comunidades, vem a nossa mente as experiências relacionadas com o *habitus* de Bourdieu citado por Candau (2011), que nos apresenta três níveis de memória que estariam relacionadas a uma experiência constituída no *ethos* da própria memória. A protomemória (ou memória repetitiva ou memória-hábito de Bergson) é uma memória imperceptível, que ocorre sem tomada de consciência, ou seja, é uma memória que está vinculada ao sentido prático através de disposições corporais, como o falar, caminhar, sentir, pensar, etc. Saber herdado que não se separa jamais do corpo que o carrega. Memória de alto nível: é essencialmente uma memória de recordação ou reconhecimento ou pertencente a uma memória enciclopédica (saberes, crenças, sensações, sentimentos). Feita igualmente de esquecimento. Metamemória: é a representação que cada indivíduo faz da sua própria memória, ou seja, a metamemória é, portanto, uma memória reivindicada, ostensiva.

A taxonomia desses três termos é válida desde que o interesse seja as memórias individuais. Nesse caso, essas diferentes noções são perfeitamente adequadas para dar conta de certa realidade vivida por toda pessoa consciente (CANDAU, 2011). Desse modo, um dos objetivos fundamentais desta pesquisa sobre a memória é o da compreensão dessa passagem da memória individual a coletiva, e vem a confirmar que quando realizamos uma descrição sobre as comunidades, e essas informações são compartilhadas, cria-se, então, uma produção significativa partindo tanto do recurso iconográfico (fotografia) quanto do recurso imaterial (as suas experiências, as ações práticas e verbais – vozes dos personagens), que nos levam a uma representação e a reconhecermos, ao mesmo tempo, que estas comunidades existem.

Outro aspecto essencial que deve ser colocado em discussão é a questão da representação simbólica. Segundo Santaella e Nöth (2010, p. 63), é por força de uma ideia na mente do usuário (personagens/atores) que o símbolo se relaciona com seu objeto. Ele não está ligado àquilo que representa através de uma similaridade (caso do ícone – *imagem*), nem por conexão causal, fatural, física, concreta (caso do índice). A relação entre símbolo e seu objeto se dá através de uma mediação, normalmente uma associação de ideias que opera de modo a fazer com que o símbolo seja interpretado como se referindo àquele objeto. Essa associação de ideias é um hábito ou lei adquirida que fará com que o símbolo seja tomado como representativo de algo diferente dele. Esses mesmos autores ainda colocam que o signo pode assumir diferentes formas de relação com o objeto, de acordo com as suas circunstâncias de uso, em que se colocam as suas duas formas de representação, a mental e a visual, quando ocorre a socialização dessas relações entre o signo e seu objeto.

Bergson (2010) afirma que a matéria é como um conjunto de “imagens”. Essas imagens são entendidas como existencial mais do que como uma representação, menos do que chamamos como coisa, mas sim, a existência situada a caminho entre a coisa e a representação. Ou seja, essa concepção da matéria como imagem é pura e simplesmente a do senso comum. Portanto, para o senso comum o objeto existe nele mesmo e, por outro lado, o objeto é a imagem dele tal como a percebemos: uma imagem que existe em si. Essa constatação reflete no objeto como coisa e como representação informacional, as imagens que foram produzidas diante dos seus discursos evocados e memorizados por seus personagens junto a essas imagens da realidade vigente a partir do próprio suporte e seus traços reproduzidos e até a sua representação das suas atividades sociais e culturais:

Ao falar sobre memória, tratamos de um fenômeno que diz respeito às relações entre os sujeitos no seio de uma comunidade e entre o passado (*memória*) e o presente (*iconografia*). Nesse eixo espaço temporal, devemos entender como se dão a construção e a exteriorização da memória. [...] -, a memória se manifesta por intermédio da obra humana. Considerada a natureza da linguagem, isso pode ocorrer, entre outras formas, pela narração (oral ou escrita), pela pintura, *pela fotografia* e pelos filmes (OLIVEIRA, ORRICO, 2005, p.85, grifos nossos).

Não podemos deixar de lado a questão do mundo das imagens em relação à memória. Segundo Santaella e Nöth (2008), este mundo se divide em dois domínios. O das imagens como representações visuais (desenho, pinturas, gravuras, fotografias, etc), em que esses elementos são considerados como objetos materiais, signos que representam o nosso meio ambiente visual, já que afetam diretamente nossos sentidos. Noutro domínio, as imagens aparecem como fantasias, imaginações, modelos em geral, como representações mentais.

Ambos os domínios não existem separadamente. Para isso, a linguagem apropriada para referenciar e/ou associar as lembranças serão as imagens iconográficas do cotidiano vivido ressaltadas e registradas pelos personagens/atores das comunidades. Nesse sentido, precisamos distinguir, na linguagem, a memória como visada e a lembrança como coisa visada. É nesse sentido que Ricouer (2007) fala das “coisas” passadas.

Como os registros imagéticos produzidos pela EVOT podem ser considerados e identificados como referência de um passado tão presente para as comunidades do Vale do Gramame? Responde-nos Candau:

Denominamos como tradição própria a um grupo a combinação entre transmissão protomemorial e memorial que interagem uma sobre a outra fazendo, por exemplo, da tradição religiosa um “sistema organizado de pensamentos e gestos”. Para viver e não apenas sobreviver, para ser transmitida e, sobretudo, recebida pelas consciências individuais “em inter-relação, em conexão de papéis, em complemento de funções”, essa combinação deve estar de acordo com o presente de onde obtém sua significação (CANDAU, 2011, p. 121).

Segundo Candau (2011, p. 161), as representações do patrimônio são como bens compartilhados no interior de um grupo particular e como expressão de uma comunidade específica que conduz, muito facilmente, as tentativas de naturalização da cultura, num esforço de enraizamento na “terra natal”.

O “lembrado” pelos produtores apoia-se então no “representado”, na fotografia. Os registros imagéticos existentes na EVOT oferecem informações sobre acontecimentos, de aniversários, de ações culturais, de atividades recordadas mentalmente e visualmente expostas nas percepções das realidades ditas e presentes nas representações visuais e mentais:

Ora, se a lembrança é uma imagem nesse sentido, ela comporta uma dimensão posicional que a aproxima, desse ponto de vista, da percepção. “[...] Aparentemente, a lembrança presentifica, de modo simples, um passado lembrado, a espera, um futuro esperado, a ‘representação pictórica’” (RICOUER, 2007, p.64).

A busca por essas lembranças, segundo Bergson (2010), representa precisamente o ponto de intersecção entre o espírito e a matéria. Há, portanto, tons diferentes de vida mental, e nossa vida psicológica pode se manifestar em alturas diferentes, ora mais perto, ora mais distante da ação, conforme o grau de nossa atenção à vida. Nosso ambiente material traz ao mesmo tempo a nossa marca e a dos outros. Nossa casa, nossos móveis e a maneira como são arrumados, todo o arranjo das peças em que vivemos nos lembram nossa família e os amigos que vemos com frequência nesse contexto (NORA, 1993), os traços do ambiente, os lugares,

as festas, as pessoas retratadas foram analisadas, e nos trouxeram vestígios possíveis dos acontecimentos que foram representados visualmente tanto no campo social quanto cultural de uma memória contratada coletivamente pelas comunidades.

A natureza dessa comunicação e de seu resultado, desse compartilhamento efetivo das ideias da realidade das pessoas, dos jovens, dos adultos, das comunidades, daquilo que foi comunicado, direciona-nos a outros termos:

Idealmente, a metáfora “memória coletiva” aplicada a um determinado grupo seria totalmente pertinente se todos os membros do grupo fossem capazes de compartilhar integralmente um número determinado de representações relativas ao passado que lhes teriam sido previamente comunicadas de acordo com as modalidades variáveis, mas socialmente determinadas e culturalmente regradas. Assim, é frequente definir a memória social como o “conjunto de lembranças reconhecidas por um determinado grupo” ou a memória coletiva como um “conjunto de lembranças comuns a um grupo” (CANDAU, 2011, p.31).

O que reforça o que diz Halbwachs (2006, p.158), que nossa cultura e nossos gostos aparentes na escolha e na disposição desses objetos em grande medida se explicam pelos laços que sempre nos ligam a um número enorme de tempos e lugares sensíveis e invisíveis. Quando um grupo humano vive por muito tempo em um local adaptado a seus hábitos, não apenas a seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão de imagens materiais que os objetos exteriores representam para ele.

Ao utilizar a expressão “memória coletiva”, de acordo com Candau (2011, p. 24-25), esta é considerada como uma representação, uma forma de metamemória, quer dizer, um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo. Essa metamemória não tem o mesmo estatuto que a metamemória aplicada à memória individual: nesse caso é um enunciado relativo a uma denominação – “memória” – vinculada ao que designa – uma faculdade – “como a etiqueta em relação à garrafa”, enquanto no que se refere ao coletivo é um enunciado relativo a uma descrição de um compartilhamento hipotético de lembranças. Podemos encontrar na imprensa de valorização do patrimônio inúmeros exemplos desses enunciados evocando a memória coletiva de uma aldeia ou cidade, de uma região, etc., que geralmente acompanham a valorização de uma identidade local.

Para a noção de identidade, vincula-se diretamente as noções de pertencimento e limites, como foi tratado por Duarte (1997). Assim a identidade passa por uma articulação com a classificação, já que é através dela que se inclui ou não determinado elemento dentro de um segmento dado, “identificando-o” com um grupo de coisas semelhantes ou não. Então:

Sob este ângulo a questão da identidade articula-se com os problemas da dicotomia de indivíduo/sociedade e com seus diversos corolários, entre os quais o da moderna partilha entre os saberes “psicológicos” e os saberes “sociológicos” e – sob um certo prisma – entre os reinos da emoção e da razão. Durkheim é aqui mais uma vez fundamental, dada a especificidade de que se cerca em sua obra o estatuto do “indivíduo” face à realidade e extensão dos “fatos sociais” (DUARTE, 1997, p. 71).

Portanto, as noções de identificação e identidade ficam aproximadas, já que passa pela esfera relacional, entre o indivíduo e seu grupo e entre os grupos que se relacionam. Portanto:

[...] identidade é um modo de categorização utilizado pelos grupos para organizar suas trocas. Também para definir a identidade de um grupo, o importante não é inventariar seus traços culturais distintivos, mas localizar aqueles que são utilizados pelos membros do grupo para afirmar e manter uma distinção cultural [...] esta identidade resulta unicamente das interações entre grupos e os procedimentos de diferenciação que eles utilizam em suas relações (CUCHE, 2003, p. 182).

Nesse sentido, a pergunta “como?” tende a se desligar da pergunta o “que”?, uma vez que as possibilidades de engano inserem-se nos recursos dos usos e abusos da memória apreendida em seu eixo pragmático, das experiências em estudo sobre a memória. Toda a apresentação de si repousa, portanto, sobre a intriga e a anamnese. Responder à questão *quem?* é sempre contar a história de uma vida. Encontramos aqui a noção de identidade narrativa de Ricoeur (2007), para quem o tempo “torna-se tempo humano na medida em que é articulado de maneira narrativa”, o que pode ser refletido nas práticas e vestígios dos viveres das comunidades.

Diz-nos Ricouer (2007, p. 23) que “lembrar-se de alguma coisa é de imediato, lembrar-se de si. O verbo lembrar-se designa, segundo Ricouer, o fato de que a memória é exercitada. A noção de exercício, aplicada à memória, não é menos antiga do que a de *eikon*, de representação. O termo representação está muito ligado à semiótica desde a escolástica medieval, na qual se referia, de maneira geral, a signos, símbolos, imagens, etc. Estas imagens têm sido, atualmente, dentro do âmbito da sua significação, situadas entre a *apresentação* e *imaginação*, e estendem-se a outros termos como representação imagética, assim como diante de sua significação e referência. Segundo Santaella e Nöth (2008, p.13):

Imagens têm sido meios de expressão da cultura humana desde as pinturas pré-históricas das cavernas, milênios antes do aparecimento do registro da palavra pela escritura. [...] Hoje, na idade vídeo e infográfica, nossa vida cotidiana – desde a publicidade televisiva ao café da manhã até as últimas notícias no telejornal da meia-noite – está permeado de mensagens visuais, de uma maneira tal que tem levado os apocalípticos da cultura ocidental a deplorar o declínio das mídias verbais.

Então, de que forma as pessoas que vivem e se alimentam dessas práticas dentro dessa comunidade veem a documentação imagética como elemento de seu patrimônio cultural e informacional? Em nossa busca de verdade específica, a memória traz uma abordagem cognitiva. Mas, precisamente, é no momento do reconhecimento, em que culmina o esforço da recordação, que essa busca de verdade se declara como tal. Então, sentimos e sabemos que alguma coisa se passou, que alguma coisa teve lugar, a qual nos implicou como agentes, como pacientes, como testemunhas. Além dessa abordagem cognitiva, devemos acrescentar a ela a abordagem pragmática, articulada da seguinte forma: lembrar-se não é somente acolher, receber uma imagem do passado, como também buscá-la, fazer alguma coisa (RICOUER, 2007). Observar e construir uma representação realista do comportamento, do que fazem, do que realizam, partindo das suas representações visuais (fotografias) como registros das experiências vividas e praticadas e mentais (vozes evocadas), trazendo as recordações das lembranças partilhadas a partir da investigação de uma memória representativa e tratada como manifestações sociais e culturais de uma sociedade contemporânea.

A necessidade de recordar, segundo Candau (2011), é real, mas na realidade, mais do que uma necessidade de memória, o que parece existir é uma necessidade da ideia de memória que se manifesta sob múltiplas modalidades nas sociedades modernas. Ela é indissociável da busca pelo esquecimento, que ocorre concomitante ao lembrar.

Nessa investigação de uma memória representativa, Nora (1993, p. 9) considera que:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.

Nesse contexto, podemos dizer que a memória converge para um diálogo com a informação, assim como também com a imagem (material e imaterial) com uma variação de significados representativos. De que forma? Santaella e Nöth (2008, p.13) afirmam que as investigações das imagens se distribuem por várias disciplinas de pesquisa, tais como a história da arte, as teorias antropológicas, sociológicas, psicológicas da arte, crítica de arte, os estudos das mídias, a semiótica visual, as teorias da cognição. E, não é diferente na Ciência da Informação, já que esta se propõe e, tem como objeto de estudo principal, a informação, e a iconografia como recurso informacional necessita ser organizada, transferida e disseminada. Assim, como não podemos deixar de expor diante de sua natureza, a informação faz parte de vários campos do conhecimento.

Reafirmamos que consideramos, para este trabalho, a imagem no mesmo escopo da informação, como um artefato (PACHECO, 1995). Diante disso, como trazer respostas às perguntas realizadas à iconografia e aos objetos culturais possibilitados com o mapeamento dos elementos informacionais dessa instituição e comunidades e trazer à tona o material visual e representativo? Como relacionar essas questões com as imagens material e imaterial de uma memória representativa?

Para isso, trazemos algumas respostas indicando que, por um lado, segundo Gombrich (1981, *apud* SANTAELLA E NÖTH, 2010, p. 41), a foto não é uma réplica simples da realidade em questão, mas sim uma transformação visual que deve ser novamente interpretada pelo observador a fim de assegurar a informação necessária. Por outro lado, as fotografias não são necessariamente signos “prontos” arbitrários. Elas não são arbitrárias, pois a escala de claro e escuro, vista como motivo, assim aparece na fotografia, mesmo quando a envergadura não é a mesma. Prova dessa não arbitrariedade é também o fato de preferirmos ler as fotos como positivo, e não como negativo.

Podemos considerar então que as imagens propriamente ditas, segundo Bergson (2010, p. 84), conservam-se de maneira diferente, e ele formula a primeira hipótese: o passado (memória) sobrevive sob duas formas distintas: 1) em mecanismos motores (no caso, um dos exemplos: os registros iconográficos, etc); 2) em lembranças independentes (memória – vozes dos seus personagens-atores). Ora se fará na própria ação, e pelo funcionamento completamente automático do mecanismo apropriado às circunstâncias; ora implicará um trabalho do espírito, que irá buscar no passado, para dirigi-las ao presente, as representações mais capazes de se inserirem na situação atual.

A lembrança espontânea, chamada por Bergson (2010, p. 97), oculta-se certamente atrás da lembrança adquirida, é capaz de revelar-se por clarões repentinos: mas ela se esconde, ao menor movimento da memória voluntária. Dessas duas memórias, a primeira é verdadeiramente orientada no sentido da natureza; a segunda, entregue a si mesma, iria antes em sentido contrário. A primeira, conquistada pelo esforço, permanece sob a dependência de nossa vontade; a segunda, completamente espontânea, é tanto volúvel em reproduzir quanto fiel em conservar.

Essa associação da lembrança espontânea da lembrança adquirida por uma percepção presente se faz necessário quando:

[...] as imagens armazenadas pela memória espontânea têm um outro uso. Certamente são imagens de sonho; certamente costumam aparecer e desaparecer independentemente de nossa vontade; e é justamente por isso que somos obrigados,

para saber realmente uma coisa, para tê-la à nossa disposição, a aprendê-la de cor, ou seja, a substituir a imagem espontânea por um mecanismo motor capaz de supri-la (BERGSON, 2010, p. 93).

Mesmo o ser humano tendo uma memória espontânea, esta não é suficiente para apreender tantas informações ou tantas imagens. E elas necessitam que essas imagens sejam aprendidas e apreendidas, pois nossa memória não suporta toda a memória vivida, todas as experiências, por isso há necessidade de que haja um suporte, um lugar um espaço para que as memórias das comunidades possam ser guardadas, organizadas e acessadas. E possibilitar:

[...] a conservação sistemática dos vestígios, relíquias, testemunhos, impressões, traços, “serve de reservatório para alimentar as ficções da história que se constrói a respeito do passado” e, em particular a ilusão da continuidade. [...] “construção do sentido de identidade” [...]. A reivindicação patrimonial se pensa a si própria como um elemento do patrimônio [...] (CANDAU, 2011, p.158-159).

Para a conservação dos vestígios produzidos pelos personagens/atores necessitou-se da criação de “lugares de memória”, pois, segundo Nora (1993, p.26), a memória perdura-se em lugares, desde os lugares mais naturais, oferecidos pela experiência concreta, como os cemitérios, os museus, e os aniversários, até os lugares mais intelectualmente elaborados dos quais ninguém se privará.

Não tão diferentemente disso, esse problema ocorre com a quantidade de informação que é produzida atualmente na sociedade e reflete no que nos parece óbvio que precisamos guardar, das informações produzidas, aquelas que têm substância, isto é, as que cuja perda pode significar prejuízo de diversas formas, em especial, danos que afetem os aspectos sociais, econômicos, técnicos e/ou culturais de nossa civilização, de nossas comunidades.

Os autores Loureiro, Furtado e Silva (2007) consideram que toda coleção é um artefato, pois resulta de ação humana intencional, em que elementos materiais são removidos de seus contextos originais e reunidos em um conjunto artificial. Esses autores apresentam o conceito de coleção segundo Pomian (1984) como “qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito de atividades econômicas, sujeitas a uma proteção especial, num local fechado preparado para esse fim e expostos ao olhar do público”. Essas coleções estariam entre os meios utilizados pelo homem para ligar o visível e o invisível.

Santaella e Nöth (ANO, p.13-14) nos apresentam a ideia de Benveniste (1969), este considera as imagens como um sistema semiótico, uma metasemiótica: enquanto uma língua, no seu caráter metalinguístico, pode servir a ela própria, como um meio de comunicação

sobre si mesma, transformando-se assim num discurso autorreflexivo, imagens não podem servir como meios de reflexão sobre imagens. O discurso verbal é necessário ao desenvolvimento de uma teoria da imagem. Porém, a separação dos dois códigos, do verbal e do visual, não é tão radical quanto à observação dele. E que esse código verbal não pode se desenvolver sem imagens. O nosso discurso está permeado de imagens, e a imagem como signo ícone, como nos explica Peirce (2010, p. 65), através de sua observação direta, traz outras verdades relativas a seu objeto que podem ser descobertas além das que bastam para determinar sua construção.

Acreditamos que para a mediação deste estudo entre informação e a memória das comunidades Engenho Velho, Gramame e Mituaçu faz-se presente a instituição EVOT, que busca por esse relacionamento e é colocada em evidência a partir do acervo imagético e as entrevistas com os personagens que foram necessários para construir uma *linguagem documentária representativa*:

Reconhecer um objeto usual consiste, sobretudo, em saber servir-se dele. Isso é tão verdadeiro que os primeiros observadores deram o nome de apraxia a essa doença do reconhecimento que chamamos cegueira psíquica. O hábito de tempo o objeto acabou, portanto, por organizar ao mesmo tempo movimentos e percepções, e a consciência desses movimentos nascentes, que acompanhariam a percepção à maneira de um reflexo, estaria, aqui, também, na base do reconhecimento. [...] Equivale a dizer que exercemos em geral nosso reconhecimento antes de pensa-lo. Nossa vida diária desenrola-se em meio a objetos cuja mera presença nos convida a desempenhar um papel: nisso consiste seu aspecto de familiaridade (RICOUER, 2007, 105-106).

Assim, estudar a Escola Viva Olho do Tempo, a partir das fotografias, na busca de traços, comportamentos, ações, objetos, entre outros, possibilitou-nos a reconstrução da memória dessa instituição, de figurá-la tal como ela é.

Candau (2011, p. 9-10) argumenta que a memória é acima de tudo uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo. E acrescenta ainda que essa busca memorial é então considerada como uma resposta às identidades sofredoras e frágeis que permitiria “apoiar um futuro incerto em um passado reconhecível”. A imagem que desejamos dar dos personagens das comunidades a partir de elementos do passado é sempre pré-construída pelo que eles são no momento da evocação. Podemos definir a totalização existencial como ato de memória que investe de sentido os traços *mnésicos*, por vezes, subitamente, como no caso dos “acessos de memória”.

No Brasil, as lembranças africanas revividas se modificam ao mesmo tempo em que muda a sociedade global, mobilizada por uma “luta de raças contra a alienação cultural dos

negros” e também na luta de classes. Essas lembranças encontram sua justificativa não apenas em assegurar uma continuidade fictícia ou real entre o passado e o presente, mas também em satisfazer uma lógica identificadora no interior do grupo, mobilizando deliberadamente a memória autorizada de uma tradição (CANDAU, 2011, p.121-122).

Segundo Nora (1993, p.14-15), a informação “[...] tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas. Essa [...] materialização da memória em poucos anos, dilatou-se prodigiosamente, desacelerou-se, descentralizou-se, democratizou-se”. Ocorreu da mesma forma com a informação, devido à explosão da Internet. Nesse contexto, podemos considerar uma preocupação idêntica tanto por parte dos profissionais que lidam com a memória quanto com os que lidam com a informação. Gerando, assim:

O sentimento de um desaparecimento rápido e definitivo combina-se a preocupação com o exato significado do presente e com a incerteza do futuro para dar ao mais modesto dos vestígios, ao mais humilde testemunho a dignidade virtual do memorável (NORA, 1993, p.14).

Conforme Oliveira e Rodrigues (2011, p.312), as limitações da memória humana levaram o homem a buscar recursos externos as chamadas memórias artificiais, compensação para o esquecimento. A necessidade de possibilitar o acesso aos registros por ele produzidos no decorrer do tempo levou à criação de instituições de memória que deveriam preservar os registros do conhecimento humano e suas formas de materialização: arquivos, bibliotecas e museus. Além disso, o desenvolvimento e a sistematização das práticas utilizadas para conservação e o acesso a esses registros que deram origem a novos campos do saber: Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, estabelecendo diretrizes e parâmetros para as práticas e a função social desempenhada por seus profissionais.

Diante das práticas patrimoniais, temos que, segundo Candau (2011, p. 26), “o objeto patrimonial que é preciso conservar, restaurar ou ‘valorizar’ é sempre descrito como um marco, dentre outros, da identidade representada de um grupo: [...] ‘nossos ancestrais’”. Assim, como a Ciência da Informação tem como um dos seus paradigmas a recuperação da informação, direcionado-a para estudos que veiculam a memória, de certa forma ela também tem a pretensão de recuperar a memória de um grupo, de indivíduos de uma instituição de uma sociedade.

Em suma, a imagem que desejamos dar dos grupos das comunidades, a partir de elementos de registro do passado (fotografia), é sempre pré-construída pelo que são no momento da evocação (entrevistas). Podemos definir a totalização existencial como ato de

memória que investe de sentido os traços mnésicos, por vezes, subitamente, como no caso dos “acessos de memória”. O ato de memória unifica-os e torna-os coerentes a fim de que possam fundar uma imagem satisfatória dos personagens em foco (CANDAU, 2011, p. 77).

Levando até o fim essa distinção fundamental, poderíamos representar duas memórias teoricamente independentes. A primeira registraria, sob forma de imagens-lembranças, todos os acontecimentos de nossa vida cotidiana à medida que se desenrolam; ela não negligenciaria nenhum detalhe; atribuiria a cada fato, cada gesto, seu lugar e sua data. Sem segunda intenção de utilidade ou de aplicação prática, armazenaria o passado pelo mero efeito de uma necessidade natural. A segunda, o reconhecimento inteligente de uma percepção já experimentada, remontaríamos para buscar certa imagem, a encosta de nossa vida passada (BERGSON, 2010, p. 88). Pois:

[...] toda percepção que se prolonga em ação nascente; e, à medida que as imagens, uma vez percebidas, se fixam e se alinham nessa memória, os movimentos que as continuam modificam o organismo, criam no corpo disposições novas para agir. Assim se forma uma experiência de uma ordem bem diferente e que se deposita no corpo uma série de mecanismos inteiramente montados, com reações cada vez mais numerosas e variadas às excitações exteriores, com réplicas prontas a um número incessantemente maior de interpelações possíveis (BERGSON, 2010, p. 88).

Sendo assim, nessas duas memórias, uma *imagina* e outra *repete*, sendo que a segunda pode substituir a primeira frequentemente e até dar a ilusão a ela. Na afirmação de Bergson (2010) a repetição não tem de modo algum que converter a primeira na segunda; seu papel é simplesmente utilizar cada vez mais os movimentos entre si, montando mecanismo, criar um hábito do corpo. Esse hábito, aliás, só é lembrança porque lembramos de tê-lo adquirido.

Halbwachs (2009) mostra que é impossível conceber a recordação e a localização das lembranças quando não se toma como ponto de referência os contextos sociais reais que servem de baliza a essa construção que chamamos de *memória*.

Nesse sentido, a memória expressa no acervo fotográfico da EVOT deve ser entendida como memória coletiva, como a transmissão de saberes de um grande número de indivíduos, das lembranças de um único homem ou de alguns homens, repetidas vezes. Essas representações repetidas, por exemplo, por ocasião de um evento que acontece no início de cada ano, a Caminhada de São José, difundem-se na população de maneira muitas vezes duráveis e passam a “constituir por excelência as representações culturais” (CANDAU, 2011, p. 38).

A memória assim com a informação nos remete a representações factuais – supostamente compartilhadas por um grupo de indivíduos, há uma forte probabilidade de que

seu grau de pertinência seja elevado. Quando uma representação holística remete às representações semânticas (parte das representações supostamente compartilhadas por um grupo de indivíduos, por exemplo, as representações relativas aos dados factuais), há uma forte probabilidade de que seu grau de pertinência seja fraco ou nulo. Nessas classificações de representações, temos como exemplo as classificações populares, os mitos, as formas artísticas, os rituais etc., e ele acrescenta, as lembranças (CANDAU, 2011).

2.2.3 Patrimônio e Identidade

Na nossa vida cultural, raros são os termos que possuem um poder de evocação tão grande quanto “patrimônio”. Ele parece acompanhar a multiplicidade dos aniversários e comemorações, característica de nossa atual modernidade. O acúmulo de vestígios e restos revelados, conservados e aclimatados segundo práticas diversas, parece responder ao fluxo da produção contemporânea de artefatos. Deste modo, o patrimônio sanciona, a todo instante, a passagem acelerada que atribui uma posição “de destaque” a objetos ou práticas [...] (POULOT, 2009, p. 9).

A citação acima, de Poulot (2009), revela-nos a multiplicidade do conceito de patrimônio e, sobretudo, sua relação com o artefato.

Observa Marc Guillaume (1968 *apud* Candau, 2011,p.158-159) que o patrimônio funciona como um “aparelho ideológico de memória”: a conservação sistemática dos vestígios, relíquias, testemunhos, impressões, traços, “serve de reservatório para alimentar as ficções da história que se constrói a respeito do passado” e, em particular, a ilusão da continuidade. Por que não tratar também o acervo imagético como ponte de uma realidade das comunidades do Vale do Gramame, como um inventário do patrimônio cultural histórico e social das atividades desenvolvidas dentro de grupos contemporâneos, que buscam ser reconhecidos?

Poulot (2009) define patrimônio:

[...], ao mesmo tempo, pela realidade física de seus objetos, pelo valor estético – e, na maioria das vezes, documental, além de ilustrativo, inclusive de reconhecimento sentimental – que lhes atribui o saber comum, enfim, por um estatuto específico, legal ou administrativo. Ele depende da reflexão erudita e de uma vontade política, ambos os aspectos sancionados pela opinião pública; essa dupla relação é que lhe serve de suporte para uma representação da civilização, no cerne da interação complexa das sensibilidades relativamente ao passado, de suas diversas apropriações e da construção das identidades (POULOT, 2009, p.13).

Essa valorização estética parte de dentro das práticas de uma visão de patrimônio gerada pelos europeus pela valorização que se dava e tendo como princípio para considerar as obras de arte produzidas por seus artistas da época, da sua região.

Tomando emprestado o questionamento de Candau (2011, p.164), “Como imaginar poder conservar todos os traços quando se sabe que todo traço advém de algum acontecimento, inclusive a esperança dessa conservação?”, perguntamo-nos: como relacionar o acervo imagético produzido pela instituição EVOT como patrimônio cultural e veículo das comunidades, para que estas possam se identificar e propagar essa ideia?

Sabemos que o acervo imagético é patrimônio cultural da EVOT e também bens compartilhados no interior das comunidades do Vale do Gramame; e como expressão de uma comunidade específica que conduz, muito facilmente, às tentativas de naturalização da cultura, num esforço de enraizamento na “terra natal” ou no território nacional, como nos afirma Candau (2011, p.161), através da construção de identidades.

Consideremos que, de uma maneira geral, as *minorias* étnicas (no nosso caso as maiorias étnicas – os afrodescendentes), as classes populares e as mulheres são as grandes ausências das comemorações, diante de identidades forjadas. Sem dúvida, a ausência de uma consciência patrimonial é, muitas vezes, a expressão normal do trabalho da memória que regularmente libera o sujeito dos traços mais dolorosos de seu passado. Por isso, a elaboração do patrimônio segue o movimento das memórias e acompanha a construção das identidades: seu campo se expande quando as memórias se tornam mais numerosas; seus contornos se definem ao mesmo tempo em que as identidades colocam, sempre de maneira provisória, seus referenciais e suas fronteiras; pode assim retroceder quando ligada a identidades fugazes ou que os indivíduos buscam dela se afastar (CANDAU, 2011).

Na explanação sobre os conceitos de patrimônio no Brasil existem dois momentos distintos, de acordo com Rodrigues (2006): um que é recente, a partir de fatos concretos, da mesma época do movimento literário e político denominado de Modernismo; e o outro, mais antigo, na afirmação de Poerner (2000), tem como primeira iniciativa concreta, mesmo com algumas ideias contrárias, a defesa de acervo para a memória nacional, deu-se por meio de D. André de Melo e Castro, Conde de Galvéias, quando este formulou a carta datada de 5 de abril de 1742. Este momento pode ser considerado como isolado, quando o ministro do Império transmitia ordens de recolher coleções epigráficas para a Biblioteca Nacional e reparos de monumentos evitando destruir as inscrições neles gravadas.

Segundo Fonseca (2003, p. 61), “no caso das criações artísticas de caráter erudito, são muitas as instâncias de atribuição de valor cultural, como premiações; referências em textos

históricos da arte ou de crítica; integração em coleções particulares, principalmente de museus, etc”.

Entretanto, a condição de patrimônio cultural da nação é atribuída, pelo órgão federal encarregado, apenas ao conjunto urbano edificado, além de alguns imóveis isolados, especifica Fonseca (2003, p. 57-59). É o Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, que “institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imateriais que constituem patrimônio brasileiro, cria o Patrimônio Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências”, que prescreve os requisitos para integrar o universo de bens considerados pelo Estado patrimônio histórico e artístico nacional. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, entende como patrimônio cultural brasileiro como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória [...]” (FONSECA, 2003, p.59-60,63). A questão do patrimônio imaterial, conforme Fonseca, ou como preferem outros, “patrimônio intangível”, tem presença relativamente recente nas políticas de patrimônio cultural. Em verdade, é motivada pelo interesse em ampliar a noção de “patrimônio histórico e artístico”.

Para ilustrar um exemplo de “patrimônio intangível” e, assim, diferenciá-la, para fins de preservação, temos a arte dos repentistas. Embora a presença física dos cantadores e de seus instrumentos seja imprescindível para a realização do repente, é a capacidade de os atores utilizarem, de improviso, as técnicas de composição dos versos, assim como sua agilidade, como interlocutores, em responder à fala anterior, que produz, a cada “performance”, um repente diferente. Nesse caso, estamos no domínio absoluto do aqui e agora, tampouco sem possibilidades, a não ser por meio de algum registro audiovisual para perpetuar esse momento (FONSECA, 2003, p.66). Ora, se os repentistas com sua obra são considerados como patrimônio imaterial de um grupo social, por que, então, não podemos considerar os mestres Griôs, que transmitem os saberes e fazeres da tradição oral, como contadores de história, fábulas, contos, etc? Esses mestres geralmente são pessoas simples, pobres, muitas vezes necessitados de recursos para sua sobrevivência, existentes nas comunidades do vale do Gramame-PB.

De acordo com Fonseca (2003, p.62-63), com a publicação do Decreto 3.551/2000, insere-se uma trajetória a que se vinculam as figuras emblemáticas de Mário de Andrade e de Aloisio Magalhães, em que se incluem também as sociedades de folcloristas, os movimentos negros e de defesa dos direitos dos indígenas, as reivindicações dos grupos descendentes de imigrantes das mais variadas procedências, enfim, os “excluídos”, até então, da “cena do patrimônio cultural brasileiro”, montada a partir de 1937, com a multiplicação de órgãos

estaduais e federais de cultura, que se empenham em construir, via patrimônio, a “identidade cultural” das regiões em que estão situadas.

Comungando com as ideias de Fonseca (2003, p. 64), é necessário pensar na produção de patrimônios culturais não apenas como seleção de edificações, sítios e obras de artes, mas, propõe também, as “narrativas”, como sugere Marize Veloso Motta Santos (1992), tomando de empréstimo a formulação de Michel Foucault, como uma “formulação discursiva”, que permite “mapear” conteúdos simbólicos, visando descrever a “formação da nação” e construir uma “identidade cultural brasileira”. Ela critica essas políticas de patrimônio estruturadas atualmente, por considerá-las muito longe de cumprir com esses objetivos, ainda mais numa sociedade que se queira democrática.

Outro aspecto importante que Fonseca (2003, p.65) destaca em seu texto, que é uma das funções de patrimônio, é a proteção. Segundo ela, representa um ônus para a sociedade e para alguns cidadãos em particular. Para que essa função se cumpra é necessário que a ação de “proteger” seja precedida pelas ações de “identificar” e “documentar” – bases para a seleção do que se deve ser protegido –, seguida pelas ações de “promover” e “difundir”, que viabilizam a reapropriação simbólica e, em alguns casos, econômica e funcional dos bens preservados.

Lembramos que para proteger o patrimônio é preciso antes de tudo conhecê-lo. Observamos nas imagens do acervo da EVOT a preocupação com a ação patrimonial. A escola, em conjunto com as comunidades, define sua política de educação voltada para a preservação do patrimônio e da memória, através da proteção e valorização do meio ambiente, dos saberes e fazeres dos mestres griôs, dos lugares, entre outros.

Entendemos patrimônio como um bem ou conjunto de bens culturais, materiais e imateriais, e naturais que tenha valor reconhecido por um grupo social, pelas pessoas que constituem uma cidade, um estado, uma região, uma nação, pela humanidade, e que seja propriedade de todos os cidadãos. Ou “[...] toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer” (CANDAU, 2010, p. 156-157).

O patrimônio cultural, como soma dos bens culturais, constitui-se como uma referência fundamental para a identidade de um povo, e a comunidade deve reconhecer e valorizar as tradições, os costumes, as experiências, os saberes que fazem parte de seu legado.

2.3 A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO ACERVO IMAGÉTICO DA ESCOLA VIVA OLHO DO TEMPO, VALE DO GRAMAME-PB

A representação, a linguagem, a comunicação e a imagem são evidenciadas por diversos autores como aspectos relativos aos processos metodológicos para a transferência informacional. Autores, como Novellino (1998), por exemplo, tratam, em seus estudos, de aspectos relevantes sobre as formas de linguagem para a representação da informação; Santaella e Nöth (2010) exploram a problemática dos signos visuais (imagem) e suas diferentes formas de representação (mental e visual); Kobashi (2007) apresenta uma discussão sobre a fundamentação semântica e pragmática para a formulação de representação da informação; as autoras Maimone, Silveira e Tálamo (2011) trazem, em seu artigo, uma discussão acerca da relação entre as estratégias de representação temática e descritiva, fundamentando-se na Semiótica de Peirce (2010), que expõe e discute sobre as bases de sua doutrina dos signos ou Semiótica, entre outros(as).

Quando são abordadas as questões sógnicas dentro do universo da Ciência da Informação (CI), visualiza-se a informação como um signo, na medida em que sua existência está diretamente relacionada ao seu processo de significação (AZEVEDO NETTO, 2008) e, portanto, como representação. Azevedo Netto, assim como os outros anteriormente citados, tratam o termo representação dentro do campo da Semiótica e da CI refletido em seu objeto de estudo – a informação – através do seu foco na construção de significados. É importante ressaltar que alguns conceitos elaborados por esses autores trazem elementos de concepção moderna ou pós-moderna, embora não seja a ideia central desse trabalho classificar esses estudos.

De acordo com Novellino (1998, p. 137), “[...] uma das atribuições da Ciência da Informação é construir teorias e elaborar métodos para a transferência da informação, fundamentando o estabelecimento de canais formais para a comunicação da informação”. Estabelecer essa relação entre representação e imagem (fotografia) como uma linguagem visual, representativa e informacional é o foco principal deste estudo, assim como procurar formas, dentro das linguagens documentárias, que se adequem e que possam recuperar a informação sobre as comunidades do Vale do Gramame – PB, e torná-la visível e acessível através da representação das imagens por seus representantes e pesquisadores.

2.3.1 Reflexões sobre representação: a imagem como representação visual e mental

Para refletirmos sobre a representação da imagem e a imagem como representação visual e mental, faz-se necessário rever alguns conceitos. No **Gráfico 1**, ‘os autores e suas categorias de análise da imagem’, pretendemos apresentar a evolução e as semelhanças entre os discursos da origem com Peirce, a imagem enquanto signo, até Santaella e North, com a imagem enquanto representação visual e mental. Lembramos que a informação é a representação de um produto cultural e simbólico.

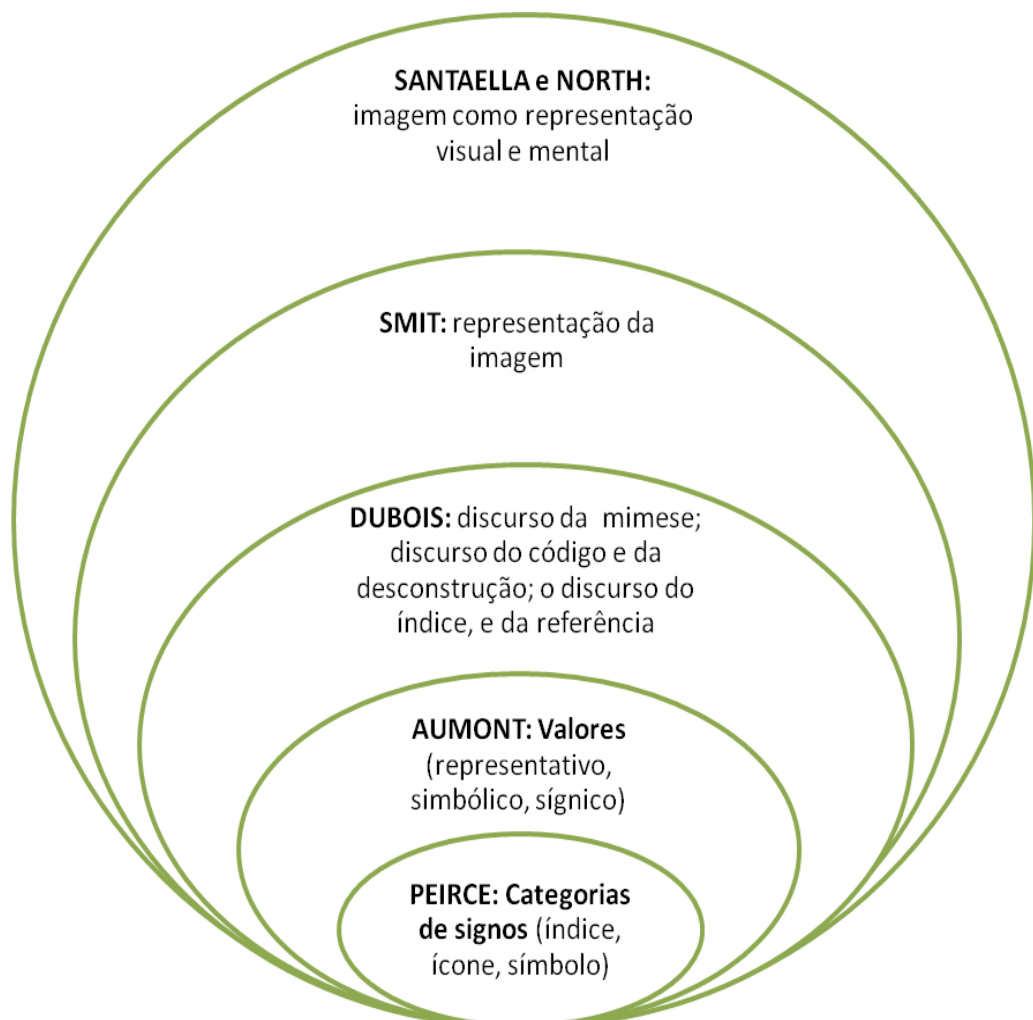


Gráfico 1: Autores e categorias de análise da imagem

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Vejamos, Peirce (2010) apresenta a fotografia como pertencente a todas as categorias de signos, são eles: índice, ícone, símbolo. Estas categorias serão utilizadas e ressignificadas por

outros teóricos, a exemplo de Aumont (2011), como referencial para suas análises sobre a imagem.

Segundo Dubois (2011, p.25), “[...] toda reflexão sobre um meio qualquer de expressão deve se colocar a questão fundamental da relação específica existente entre o referente externo e a mensagem produzida por esse meio. Trata-se, da questão dos modos de representação do real ou, se quisermos, da questão do realismo.” Ou seja, um documento (imagem) fotográfico pretende “prestar contas do mundo com fidelidade”. Este autor (2011) por sua vez revela a relação da imagem com o real, reflexão que utiliza de Rudolf Arnheim (1969) e propõe os valores representativo, simbólico e sígnico.

Santaella e Nöth (2010, p.15) revelam que “[...] não há imagens como representações visuais que não tenham surgido de imagens na mente daqueles que as produziram, do mesmo modo que não há imagens mentais que não tenham alguma origem no mundo concreto dos objetos visuais.” Nesse sentido, a imagem, como representação visual e mental, não é algo extemporâneo ou momentâneo, está inserida em determinado contexto espaço-temporal-cultural. Essa questão é discutida desde os filósofos gregos, quando eles tratavam a imagem como algo do *espírito* e da *matéria*, o que não está tão distante da prática ou da reflexão que utilizamos para organizar as informações textuais, destacando aspectos de uma ação prática diante de outros suportes tanto para as representações visuais quanto para as mentais.

Na investigação feita por Santaella e Nöth (2010) sobre a *Imagem: cognição, semiótica, mídia*, eles destacam o termo representação como um conceito-chave da Semiótica, desde a escolástica medieval, em que se referia, de maneira geral, a signos, símbolos, imagens e às várias formas de substituição. Etimologicamente, o conceito de representação se encontra em redundância ao de “(a)presentação”. Uma representação parece, de acordo com isso, reproduzir algo alguma vez já presente na consciência, ou seja, tornar presente. Essa ideia também está consolidada na história da Semiótica. Para Ockham (*apud* SANTAELLA; NÖTH, 2010, p.15-20), “signos representativos eram signos rememorativos”, quer dizer, signos que nos lembram de algo.

Essa é a relação desses “signos rememorativos” como signos da memória. Segundo Ricouer (2007, p. 25), quando a memória é confrontada com a linguagem comum, como uma representação do passado, aparenta ser mesmo a de uma imagem. Dizemos que nos representamos num acontecimento do passado, ou que temos dele uma imagem, que pode ser visual ou auditiva.

Sobre essa associação da noção do signo como ideia, Peirce (2010) coloca:

Um signo, ou *representamen*, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino *interpretante* do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu objeto. Representa esse objeto não em todos os seus aspectos fundamento do *representamen*. “Ideia” deve aqui ser entendida num certo sentido platônico, muito comum no falar do cotidiano: refiro-me aquele sentido em que dizemos que um homem relembra o que estava pensando anteriormente, [...] (PEIRCE, 2010, p. 46).

Nesse contexto, a representação como relação sígnica, de acordo com Tomás de Aquino (*apud* SANTAELLA; NÖTH, 2010, p. 17), é considerado como um processo de apresentação de algo por meio dos signos. Constata-se a ampliação do conceito e a discussão sobre o *representâmen* que ele considera uma expressão material, como uma palavra ou qualquer signo, ou seja, “[...] é o tipo geral de muitas ocorrências produzíveis de um signo.” E quando ocorre esse fenômeno, no interior de um dado contexto cultural, um dado objeto pode ser representado pelo termo rosa e o termo rosa pode ser interpretado por flor vermelha, ou imagem de uma rosa, ou por toda uma história que narre como se cultivam as rosas (ECO, 2012).

Esses processos de comunicação ou processos culturais são considerados por Eco (2009) como parte integrante dos estudos da Semiótica. Esse autor define o processo comunicativo “como passagem de um sinal (que não significa necessariamente ‘um signo’) de uma Fonte, através de um Transmissor, ao longo de um Canal, até o Destinatário (ou ponto de destinação)”, pois “[...] todo processo de comunicação entre seres humanos – ou entre quaisquer outros tipos de ‘aparelhos inteligentes’, tanto mecânicos quanto biológicos – pressupõe um sistema de significação como condição necessária” (ECO, 2009, p. 5-6). Esse sistema de significação nos possibilita que estabeleçamos códigos perceptivos e interpretativos do que pretendemos estudar como foco – a imagem (fotografia).

Charles Peirce (2010) elaborou as estruturas e os fundamentos essenciais sobre signo. Ele explora questões filosóficas como a Semiótica lógica e faz uma análise geral sobre os signos, sua classe, as noções de significado e de interpretante. Assim, tomando o termo *representar* como um dos primeiros passos para se chegar à discussão da imagem como uma representação aliada ao processo da memória, diz:

Estar em lugar de, isto é, estar numa tal relação com um outro que, para certos propósitos, é considerado por alguma mente como se fosse esse outro. Assim, um porta-voz, um deputado, um advogado, um agente, um vigário, um diagrama, um sintoma, uma descrição, um conceito, uma premissa, um testemunho, todos representam alguma outra coisa, de diferentes modos, para mentes que os

consideram sob esse aspecto. Veja-se o conceito de Signo. Quando se deseja distinguir entre aquilo que representa e o ato ou relação de representação, pode-se denominar o primeiro de “representamen” e o último de “representação” (PEIRCE, 2010, p. 61).

Assim, também é necessário conhecermos a realidade desse processo de representação da informação e quais são os tipos de representação. Maiomone, Silveira e Tálamo (2011), em seu texto, *Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva*, lançam aspectos relevantes sobre a representação da informação, destacando a importância e a integração da representação temática e descritiva para a recuperação da informação. Elas expõem a relação da representação com a catalogação e esclarecem que a parte da catalogação destinada à “catalogação de assunto” passa a ser designada como Representação Temática e a “catalogação descritiva” de Representação Descritiva, mesmo que o termo catalogação envolva todos os procedimentos para a representação de um item em catálogos.

Isso quer dizer que a representação informacional parte de uma prática e amplia essa prática já existente no processo de catalogação quando vai além de uma prática, mas também procura organizar, recuperar e disseminar a informação que é representada. Nesse sentido, o processo representativo, segundo Maimone, Silveira e Tálamo (2011, p. 28), apresenta dois tipos: a representação descritiva e a representação temática. A primeira consiste em representar as características específicas do documento, denominada descrição bibliográfica, que permite a individualização do documento; definir e padronizar os pontos de acesso, responsáveis pela busca e pela recuperação da informação, e reunir documentos semelhantes. Já a segunda detém-se na representação dos assuntos dos documentos a fim de aproximá-los, de acordo com Novellino (1996), tornando mais fácil a recuperação de materiais relevantes que dizem respeito a temas semelhantes. Nesse contexto, são elaboradas as linguagens documentárias, instrumentos de controle vocabular, a fim de tornar possível a “conversação” entre documentos e usuários.

Esses procedimentos para representar a informação têm como principal característica do processo de recuperação da informação a substituição de uma entidade linguística longa e complexa – o texto do documento – por sua descrição abreviada (NOVELLINO, 1996, p. 38). Ou seja, a imagem, como documento, precisa ser recuperada, acessada e disseminada através de uma linguagem representativa.

Diante disso, lançamos as seguintes perguntas: Como podemos estruturar a representação? Como fazer essa descrição do ato representativo? Qual a linguagem documentária a ser utilizada? Quais são os tipos de instrumentos de comunicação e metodologias de representação da informação? O acesso à informação depende da linguagem construída para haver a intercomunicação entre sistema e usuário, segundo Kobashi (2007, p. 2). Essas linguagens são denominadas de linguagens documentárias e são “fundamentais, pois, sem elas, não poderá haver comunicação e fluxo de mensagens”, ou seja, para que haja o relacionamento entre o acervo imagético e os personagens/atores ou usuários, ao acessar as informações registradas nesse suporte, deve-se construir uma linguagem documentária.

De acordo com Cintra (1994), as linguagens formalizadas de representação são instrumentos:

[...] intermediários, ou instrumentos de comutação, através dos quais se realiza a ‘tradução’ da síntese dos textos (imagem) e das perguntas dos usuários [...] podem ser concebidas como instrumento de documentação documentária. Essas linguagens têm a função de designar objetos, pessoas, eventos, estado de coisas. Mas ela tem um problema que resume ao fato de empregar vários nomes em um mesmo objeto e de utilizar-se um mesmo nome para designar objetos diferentes. No caso esse aspecto refere-se às linguagens naturais, tornando-as impróprias para formulações unívocas do conhecimento científico (CINTRA, 1994 *apud* NOVELLINO, 1998, p. 138).

A Filosofia sempre está presente em qualquer discussão e não é diferente na linguagem representacional. Isso significa dizer que a linguagem é vista como uma maneira de representar uma realidade que a ela pré-existe e que é considerada independente da própria linguagem. Como resultado dessa relação entre linguagem e realidade, tem-se uma convenção arbitrária, em que se associam as palavras e as coisas, e uma semelhança, porque natural, associando as frases ao estado das coisas. (CINTRA, 1994, p.139) Esse “estado das coisas”, associado ‘à lembrança-acontecimento’, tem algo de paradigmático, na medida em que é o equivalente fenomenal do acontecimento físico. “O acontecimento é aquilo que realmente ocorre” (RICOUER, 2007, p.42). Esse acontecimento é registrado nas imagens fotográficas como representação desse “estado das coisas”, ou seja, as coisas e as pessoas não aparecem somente, elas reaparecem como sendo as mesmas no plano fenomenológico.

Essas “coisas” aprendidas ou adquiridas são os acontecimentos de que trata a história documentária e que assumem proposicional que lhes confere o estatuto de fato. Esses fatos podem ser chamados de adquiridos, aqueles “do passado” comum de nossas lembranças (RICOUER, 2007, p.42). Portanto, os eventos registrados em fotografias podem evocar, na memória dos indivíduos, as lembranças profundamente guardadas. A evocação pode ser revelada pelo olhar que retorna ao suporte para confirmar suas lembranças e através da linguagem (fala) que não mais se contém.

Desse modo, podemos também considerar como guia desse percurso do campo da Semiótica para o campo da informação ou da memória, segundo Ricouer (2007, p.43), a ordenação, que aparece com uma imbricação entre a experiência pré-verbal – que ele chama de experiência viva ou experiência vivida - e o trabalho de linguagem, que põe inelutavelmente a fenomenologia no caminho da interpretação.

Retornando a Peirce (2010, p. 273), ele nos apresenta três níveis importantes nesse caminho da interpretação: primeiridade, secundidade e terceiridade, onde o primeiro se dá pela semelhança direta, com uma função representativa que o torna uma *representação*; o segundo, por aplicação puramente denotativa, ou conexão real, que põe um pensamento em *relação* com outro; e o terceiro, pelo contrato ou tradição, ou seja, pela qualidade material, ou a maneira pela qual ele é sentido, que dá ao pensamento sua *qualidade*. Na percepção da informação como signo-veículo, o que pode configurar sua materialidade. Nesse contexto, podemos considerar a representação da informação também em relação aos elementos materiais de sua formação, que possibilitam sua produção, sua circulação e o uso da informação (NOVELLINO, 1996, p. 37).

Novellino (1996, p. 37) enuncia que a transferência de informação é compreendida como a intervenção realizada por sistemas de organização do conhecimento e pela recuperação da informação em determinadas ações comunicativas. São aquelas que se dão entre os produtores e os consumidores de informação apropriando-se, claro, de outras abordagens – as funcionalistas e as pragmáticas. Novellino (1996, p. 38) sugere que não devemos nos esquecer de que a ação comunicativa que se estabelece entre produtores e usuários acontece a partir da abordagem cognitiva, quando realizamos a recuperação da informação. Porém, devemos levar em conta o ponto de vista do pragmatismo.

Mas, afinal, o que significa linguagem documentária? Vale ressaltar que, nem sempre, ela foi pensada como instrumento de indexação e recuperação. Inicialmente, seu objetivo era, apenas, de padronizar as entradas de assunto de catálogos ou índices. As primeiras foram as listas de cabeçalhos de assunto. Em seguida, a adesão ao vocabulário livre, pela ausência de um controle do vocabulário usado para indexação. Voltou-se ao controle do vocabulário, empregando-se as listas de termos autorizados. Houve preocupação com a criação de um instrumento de representação da informação voltado para a recuperação da informação, e para demonstrar ao usuário a estrutura da linguagem de representação, deu origem aos tesauros (NOVELLINO, 1996, p. 39).

Para a nossa linguagem instrumental de recuperação da informação sobre o acervo imagético existente na Escola Viva Olho do Tempo – EVOT, demandamos uma postura simétrica (LATOUR, 1994) para ser construída, com a equivalência entre os atores⁶ do processo de representação dessas informações. Essa perspectiva está inserida na metodologia da Socialização da Informação (LOUREIRO, 2002). Acreditamos que projetamos um sistema de recuperação, que se apresenta como um catálogo digital em CD, em que a participação de seus futuros usuários foi primordial na construção da representação e, com isso, otimizamos a sua recuperação. Esse processo gerou um catálogo do acervo do Projeto Ecoeducação, referente ao ano 2011.

Nesse contexto, também construímos, em conjunto com a comunidade da EVOT, os aspectos essenciais para os *Fundamentos semânticos e pragmáticos para a construção de instrumentos de representação de informação*, como nos coloca Kobashi (2007), e realizamos alguns questionamentos para obtermos respostas: Como organizar informação (a partir das imagens que refletem sobre as pessoas, os lugares, os objetos e as práticas), para que o conhecimento fique visível e possa ser acessado e flua para a comunidade? Como os registros imagéticos das comunidades, sejam elas quilombolas ou não, são identificados como referência de seu passado pelos atores da EVOT? De que forma a comunidade vê e representa a documentação imagética como um elemento de seu patrimônio cultural?

⁶ Ressaltamos que os atores são as crianças e adolescentes acompanhadas pela escola a partir dos 6 anos de idade e até os 15 anos – futuros aprendizes e mestres griôs; assim como os mestres dos saberes populares, que guardam em suas memória traços de uma cultura que a Escola Viva Olho do Tempo recupera por meio de conversa de roda, das práticas compartilhadas; os moradores das comunidades; os educadores sociais que desenvolvem as ações/vivências e as idealizadoras e fundadoras da escola. Todos eles desempenham o papel de valorização e preservação do patrimônio cultural do Vale do Gramame, Paraíba.

Partindo dessas perguntas, é possível afirmar que estamos numa área – a Ciência da Informação – cujo principal papel e objetivo, em seu campo disciplinar, é o de organizar a informação para que o usuário possa acessá-la. Diante disso, o conhecimento e suas representações se expressam pela linguagem, e a construção dessa linguagem, ou dessas linguagens, comporta inúmeras abordagens, segundo as perspectivas teóricas e metodológicas adotadas, cujo foco principal é a interlocução com os seus usuários/depositários.

2.3.2 Fotografia como imagem e a representação da informação imagética

Uma palavra representa algo para a concepção na mente do ouvinte, um retrato representa a pessoa para quem ele dirige a concepção de reconhecimento, um catavento representa a direção do vento para a concepção daquele que o entende, um advogado representa seu cliente para o juiz e júri que ele influencia (SANTAELLA, NÖTH, 2010, p.17).

A imagem – fotografia – é muito discutida por várias correntes teóricas. Por isso adentramos em algumas questões teóricas que lidam com esse fenômeno que o destacam e o observam como linguagem visual e informacional. Para isso, a fundamentação desta parte é construída sob as bases teóricas da Lógica ou da Semiótica, como “doutrina dos signos” de Charles Peirce (2010), que propõe uma análise semiótica, e que articulamos com os estudos de Philippe Dubois (2011, p.16), que distinguem três grandes fases na percepção e no uso da imagem fotográfica: a fotografia como espelho do real (o discurso da mimese – ícone); a fotografia como transformação do real (o discurso do código e da desconstrução – índice) e a fotografia como traço do real (o discurso do índice e da referência – símbolo). Sob o ponto de vista do surgimento e da recepção, ele formula “três perguntas fundamentais que se fazem a qualquer obra de arte: O que está representado? Como aconteceu? Como é percebida?” (DUBOIS, 2011, p.26). Acrescentam-se, sob esse mesmo ponto de vista, mais duas perguntas: Quando e por que produzir o acervo em questão?

Consideramos a imagem fotográfica como elemento principal deste estudo e com característica de “signos representativos” ou signos de memória. A fotografia, como objeto da memória, mostra-nos quem somos, o que queremos ser, pela “aquisição, formação, conservação e evocação de informações”, como se refere Manini (2011, p.78).

Sem dúvida, a fotografia como signo representativo nos leva a outra questão, que nos esclarece Santaella e Noth (2010, p.162-164): “[...] que nenhum processo de signo pode dispensar a existência de meios de produção, armazenamento e transmissão, pois são esses meios que tornam possível a existência mesma dos signos [...]”. Assim sendo, eles nos apresentam três paradigmas que transformam os modos de produção das imagens:

- 1 - paradigma pré-fotográfico, ou produção artesanal, que dá a expressão à visão por meio de habilidade da mão e do corpo, como as imagens na gruta, desenho, pintura, gravura (esta tem a capacidade reprodutora);
- 2 - paradigma fotográfico, que inaugurou a automatização na produção de imagens por meio de máquinas, ou melhor, de próteses óticas, como a fotografia. Enquanto nesse paradigma a imagem é o resultado do registro sobre um suporte químico ou eletromagnético; no pré-fotográfico, a matéria é um suporte vazio e passivo, no caso uma tela;
- 3 - no paradigma pós-fotográfico ou gerativo, no qual as imagens são derivadas de uma matriz numérica e produzidas por técnicas computacionais, ou computador.

Peirce (2010, p. 40) assevera que:

[...] todo símbolo é uma coisa viva, num sentido muito estrito que não é apenas figura de retórica. O corpo de um símbolo transforma-se lentamente, mas seu significado cresce inevitavelmente, incorpora novos elementos e livra-se de elementos velhos. Mas todos deveriam esforçar-se por manter imutável e exata a essência de cada termo científico, embora uma exatidão absoluta não chegue a ser concebível. Todo símbolo e, em sua origem, ou uma imagem, da ideia significada, ou reminiscência de alguma ocorrência pessoa ou coisa ligada a seu significado, ou é uma metáfora.

Fazer a associação da imagem (fotografia) em investigação dentro de um processo vai nos levar a outras questões: a imagem como signo e a imagem-memória. Podemos dizer que “é sob o signo da associação de ideias que está situada essa espécie de curto-circuito entre memória e imaginação: [...] evocar uma – portanto, imaginar – é evocar a outra, portanto lembrar-se dela” (RICOUER, 2007, p. 25). Por isso, estudamos a imagem (fotografia) para lembrar e rememorar as comunidades tradicionais negras-indígenas e quilombola do Vale do Gramame/PB.

Nesse processo de investigação sobre a representação da imagem fotográfica, adentremos em outra discussão, a Semiótica da fotografia, que, de acordo com Santaella e Nöth (2010, p. 107), “se baseia na Semiótica da imagem”. Esse conceito está fundamentado em Sonesson (1993 *apud* SANTAELLA; NÖTH, 2010), que escreveu sobre como uma das características da Semiótica, a mais notável da fotografia, reside no fato de a foto funcionar, ao mesmo tempo, como ícone e índice. Por outro lado, ela reproduz a realidade através de (aparente) semelhança e tem uma relação causal com a realidade devido às leis da ótica. Por esse motivo, Schaefer (1987) define a imagem fotográfica como um “ícone indexical”:

A função indexical do signo é, no entanto, somente uma das funções da imagem fotográfica. Schaffer [...] desenvolveu uma tipologia das funções pragmáticas da foto de acordo com a qual tanto a indexicalidade como a iconicidade são aspectos da utilização comunicativa da fotografia. A indexicalidade predomina na fotografia como um vestígio, como o protocolo de uma experiência, como uma descrição, um testemunho. A iconicidade, por outro lado, predomina na fotografia como um *souvenir*, como uma lembrança, uma apresentação e uma demonstração. Resumindo, de acordo com Schaffer, o signo fotográfico é, portanto, “ao mesmo tempo um índice icônico e um icônico indexical”. (SANTAELLA; NÖTH, 2010, p. 111)

Ao tratar o acervo fotográfico dessa comunidade-institucional como representativo de informações, podemos considerar também a fotografia como “índice icônico e um icônico indexical.

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

3.1 MÉTODO ETNOGRÁFICO

Esse estudo realizou-se em uma instituição não governamental, a Escola Viva Olho do Tempo (EVOT), da qual a maioria de seus membros faz parte de três comunidades com características negras e indígenas no Vale do Gramame-PB, denominadas de Engenho Velho, Gramame e Mituaçu. Para esta pesquisa inspira-se em aplicabilidade e uso do método etnográfico, que consiste de estudo de símbolos e das características da comunicação, e é básico para compreender o homem, a sua história, seu pensamento, sua arte e sua comunidade através da observação próxima. Este método tem-se transformado um instrumento importante para o estudo da interação entre os indivíduos (RICHARDSON, 1999, p.222). A etnografia é “[...] a arte e a ciência de descrever um grupo humano – suas instituições, seus comportamentos interpessoais, suas produções materiais e suas crenças” (ANGROSINO, 2009, p. 30).

Inspirado nos estudos de Geertz (1978) e seguindo os princípios adotados em sua pesquisa, Magnani (2009) afirma que só o "olhar de perto e de dentro" permite captar sutilezas e distinções por meio das diferentes formas de experiências etnográficas, mas é preciso que um olhar mais distanciado, ao longo da prática etnográfica, complemente a análise, de modo que aqueles "conhecimentos descontínuos" de que falava Lévi-Strauss (1991), que ainda não formam um todo, possam prender-se "a um conjunto orgânico", adquirindo "um sentido que lhes faltava anteriormente".

Os métodos de análises dos materiais visuais necessitaram “do olhar de perto e de dentro” propiciados pelos personagens que vivenciam as experiências registradas e que o pesquisador consegue através das entrevistas, assim como estabelecer relação com outras fontes, notadamente com textos escritos para encontrar e examinar traços e comportamentos das pessoas e, principalmente, a relação de uns com os outros, para desvendar as dimensões desse objeto, como fonte de informação. Segundo Azevedo Netto (2007, p.5), a informação só tem existência quando é percebida como tal, e só estabelecida essa percepção quando, de algum modo, em alguma circunstância, é criada uma relação de significado.

A etnografia, segundo Spradley (1979 *apud* FINO, 2013, p.1), deve ser entendida:

[...] como a descrição de uma cultura, que pode ser a de um pequeno grupo tribal, numa terra exótica, ou a de uma turma de uma escola dos subúrbios, [...] sendo a

tarefa do investigador etnográfico compreender a maneira de viver do ponto de vista dos nativos da cultura em estudo.

Utilizamos as contribuições do pensamento antropológico de Clifford Geertz (1978) para a nossa pesquisa etnográfica. O autor elabora termos-chave, como a *descrição densa*, e faz conexão direta com outras tradições antropológicas. Geertz expõe conceitos e exemplos da prática etnográfica, as análises e os argumentos que desenvolveram, em prol de um conceito de cultura mais especializado. Para reforçar suas ideias, utiliza-se de conceitos de Kluckhohn, como: (1) “o modo de vida global de um povo”; (2) “o legado social que o indivíduo adquire do seu grupo”; (3) “uma forma de pensar, sentir e acreditar”; (4) “uma abstração do comportamento”; (5) “uma teoria, elaborada pelo antropólogo, sobre a forma pela qual um grupo de pessoas se comporta realmente”; (6) “um celeiro de aprendizagem em comum”; (7) “um conjunto de orientações padronizadas para os problemas recorrentes”; (8) “comportamento aprendido”; (9) “um mecanismo para a regulamentação normativa do comportamento”; (10) “um conjunto de técnicas para se ajustar tanto ao ambiente externo como em relação aos outros homens”; (11) “um precipitado da história” (KLUCKHOHN *apud* GEERTZ, 1978).

O conceito de cultura que ele defende é essencialmente semiótico. Acredita que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assume a cultura como sendo essas teias e a sua análise. Portanto, estabelece a cultura não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. Para compreendê-la, devemos olhar, em primeiro lugar, não para as suas teorias ou as suas descobertas, e sim o que os praticantes fazem e falam (GEERTZ, 1978, p.2). E é justamente na explicação, nas falas, nas conversas de seus produtores e informantes sobre as imagens fotográficas, que procuramos construir informações significativas sobre as suas práticas registradas.

Mas afinal, o que significa a prática etnográfica? De acordo com Geertz (1978), a prática etnográfica consiste em estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas o autor faz um alerta, não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa um risco elaborado para uma “descrição densa”.

Podemos dizer que a “descrição densa” de Geertz (1978) é um trabalho sempre centralizado na busca de uma descrição mais realista do comportamento humano, pois ela serve para registrar por escrito uma série de acontecimentos ou fatos significativos que de

outra forma seriam imperceptíveis, mas que podem ser interpretados por sua inserção no contexto social. O pesquisador deve ser capaz de interpretar as ambiguidades do mundo simbólico. E a escrita etnográfica é uma prática baseada na redução da escala da observação, em uma análise microscópica, e em um estudo intensivo do material observado, pois há a crença de que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados.

Como afirma Coulon (1995, p.51) que:

Não se deve confundir a descrição com o relato que não dá conta da natureza das coisas, limitando-se a exprimi-la, enquanto a descrição, pelo fato de se basear em um pressuposto hermenêutico, é um modo de apresentação que permite, ao mostrar sua organização interna, apreender seu sentido.

A partir desse prisma, a cultura consiste em estruturas de significado socialmente estabelecidas. Contudo, a falta de familiaridade com o universo imaginativo dentro do qual os seus atos são marcos determinados nos impede de nos situarmos nesse universo cultural. A pesquisa etnográfica consiste de experiência pessoal e é formulada na base que se imagina, sempre excessivamente (densamente), estar-se situada “dentro e perto” (GEERTZ, 1978) quando possível.

Segundo Geertz (1978), não precisamos nos preocupar com o comportamento, a não ser superficialmente. A cultura é tratada de modo mais efetivo, como sistema simbólico (a expressão-chave é, “em seus próprios termos”), especificando as relações internas entre esses elementos e passando então a caracterizar todo o sistema de uma forma geral – de acordo com os símbolos básicos em torno dos quais ela é organizada, as estruturas subordinadas das quais é uma expressão superficial, ou os princípios ideológicos nos quais ela se baseia. É através do fluxo do comportamento – ou, mais precisamente, da ação social – que as formas culturais encontram articulação. Elas encontram-na também, certamente, em várias espécies de artefatos e vários estados de consciência.

Revela Geertz (1978) que uma boa interpretação, de qualquer coisa, um poema, uma pessoa, uma história, um ritual, uma instituição, uma sociedade, leva-nos ao cerne do que nos propomos interpretar e, não podemos divorciá-la, por exemplo, do que acontece. Ao relacionarmos com o nosso estudo sobre as imagens fotográficas, percebemos que estamos construindo informações do que realmente acontece nelas (imagens), em que ocasião ou em que lugar foram produzidas, o que as pessoas revelam. Assim, nossa tarefa é descobrir o que significa toda a trama do nosso objeto, as vivências registradas, os saberes culturais a partir desse artefato. E ainda, traçar a curva de um discurso social; fixá-lo numa forma

inspecionável. O etnógrafo ou pesquisador “inscreve” o discurso social: *ele o anota*. Ao fazê-lo, ele o transforma de acontecimento passado, que existe apenas em seu próprio momento de ocorrência, em um relato, que existe em sua inscrição e que pode ser consultado novamente.

Assim, revela-nos Geertz (1978) que “a descrição etnográfica é interpretativa porque o que ela interpreta é o fluxo do discurso social e a interpretação envolvida que consiste em tentar salvar o dito” e, também, o fazer num discurso de possibilidade de não se extinguir e fixá-lo em formas pesquisáveis. E para este autor, há uma quarta característica de tal descrição: ela é microscópica. A observação microscópica revela fatos pequenos compreendidos nas grandes ações culturais.

Segundo Geertz (1978), a interpretação da cultura exige uma abordagem semiótica da cultura para auxiliar os etnógrafos, os pesquisadores a ganhar acesso ao mundo conceitual no qual vivem os seus sujeitos, de forma que possam conversar com eles, possibilitando assim penetrar num universo não-familiar de ação simbólica e poder apreendê-lo e analisá-lo.

O autor ainda corrobora que cada análise cultural séria começa com um desvio inicial e termina onde consegue chegar antes de exaurir seu impulso intelectual. Fatos anteriormente descobertos são mobilizados, conceitos anteriormente desenvolvidos são usados, hipóteses formuladas anteriormente são testadas, entretanto, o movimento não parte de teoremas já comprovados para outros recém-provados, ele parte de tateio desajeitado pela compreensão mais elementar para uma alegação comprovada. A conceitualização é dirigida para a tarefa de gerar interpretações de assuntos já sob controle, não para projetar resultados de manipulações experimentais ou para deduzir estados futuros de um sistema determinado (GEERTZ, 1978).

Em etnografia, o dever da teoria é fornecer um vocabulário no qual possa ser expresso o que o ato simbólico tem a dizer sobre ele mesmo – isto é, sobre o papel da cultura na vida humana, de um grupo, de uma comunidade. Um repertório de conceitos muito gerais, feitos na academia e sistemas de conceitos – ‘integração’, ‘racionalização’, ‘símbolo’, ‘ideologia’, ‘*ethos*’, ‘revolução’, ‘identidade’, ‘metáfora’, ‘estrutura’, ‘ritual’, ‘visão do mundo’, ‘ator’, ‘função’ ‘sagrado’ e, naturalmente, a própria ‘cultura’ – se entrelaçam no corpo da etnografia de descrição minuciosa na esperança de tornar cientificamente eloquentes as simples ocorrências.

3.2 CORPUS DO TRABALHO, TÉCNICAS E ANÁLISE

O acervo fotográfico existente na EVOT totaliza aproximadamente 6000 fotografias e estão em suporte impresso e digital (CD e DVD), acondicionadas em pequenos álbuns de

plástico e em caixas de papelão. Percebemos de forma geral que as imagens são registros de momentos das vivências, situações diversas (ações educativo-culturais, reuniões, roda de conversas, bate papo, festas, etc), entrevistas, depoimentos, expressões dos personagens, paisagens e o mundo da cultura e das experiências vividas pelos atores pertencentes à Escola Viva Olho do Tempo.

Para a análise do *corpus* deste estudo foram selecionadas, desse acervo, 721 fotografias que constam em uma pasta no computador e em CD com a denominação ECOEDUCAÇÃO, sistematizadas em subpastas por ordem alfa-numérica, elaboradas pelos participantes da Escola Viva Olho do Tempo. A EVOT é uma organização não governamental, localizada no Vale do Rio Gramame, ela é composta por *educadores sociais*, alguns não possuem formação acadêmica, mas receberam e recebem formação para desenvolver essas práticas educacionais e, em sua maioria, moram nas comunidades acima referidas ou circunvizinhas; eles dão assistência tanto cultural quanto educacional às crianças e aos adolescentes. Por parte das *idealizadoras e fundadoras*: a mestra D'oci e Maria Bernadete (Bel), que possuem formação acadêmica, a primeira formada no Curso de Letras e a segunda, em Psicologia; elas são conhecedoras teóricas das práticas educacionais formais. Além de outras colaboradoras na gestão administrativa: Raquel, formada em Economia, e, Margareth e Rossana formadas em Administração.

Na busca de respostas para o nosso objeto de estudo, tivemos como plano de ação, com várias estratégias voltadas para o esclarecimento das situações-problema. Nossa primeira situação detectada foi: como ter acesso ao acervo imagético da EVOT? Para a solução desse problema era necessário contato com a pessoa responsável ou que fizesse parte da escola e que fosse a ponte de ligação entre nós (pesquisadores: mestrandos e orientador) e a comunidade-instituição (pesquisada). A mediadora foi Maria da Penha (Penhinha), educadora social e griô aprendiz da EVOT. Inicialmente, os nossos primeiros contatos foram na Universidade Federal da Paraíba, onde decidimos os dias que poderíamos ir à escola. A partir daí, demos sequência a outros encontros até chegarmos ao ambiente em foco, a Escola Viva Olho do Tempo, localizada no Vale do Gramame.

Em seguida, houve várias visitas programadas e conversas informais, através de Penhinha, realizadas com raridade, no início, devido ao nosso compromisso com as disciplinas da pós-graduação em Ciência da Informação que precisavam ser cumpridas. Após o término desse compromisso, procuramos visitar periodicamente o local. Nessas visitas conhecemos a história da criação da escola, visualizamos o acervo a ser estudado, observamos

a forma de trabalhar daqueles que fazem a Escola Viva Olho do Tempo e, sobretudo, como se dá a relação da escola com as comunidades do Vale do Gramame.

No primeiro contato com as imagens elaboramos uma listagem do acervo, iniciamos com as fotos impressas (em papel) e somente depois as digitais. Na listagem procuramos identificar os eixos temáticos, por meio dos termos descritos no álbum por seus produtores, o período (data da produção da foto), a quantidade, como estão guardadas (acondicionamento), dimensão/tamanho. Como exemplifica o **Quadro 1**:

Eixos temáticos	Período	Quantidade	Acondicionamento	Dimensão/ Tamanho
1º Oficina: canto, dança, capoeira, pintura 2º Carnaval 3º Replantação 4º Ciranda	2008 2006	34 16	Em envelopes de papel	30X40cm
Fotografias da construção da escola Ponte Aniversário	2004-05	15	Em álbum	15X10cm
Oficina de música	N/C	2 originais e 1cópia	Em envelopes	21X15cm
As primeiras atividades na Escola e fora: horta, passeio pela comunidade, casas	2004-05	20	Em álbum com plástico	15X10cm
Evento da Estação Digital	2006	4	Em álbum	15X10cm
1-Evento do Projeto Empreender/JP em Gramame 2-Paisagem da comunidade 3-Fogueira 4-Oficina de bordado/ fuxico	2004-05	43	Em saco plástico	15X10cm

Quadro 1: Amostra da listagem do acervo fotográfico impresso da EVOT.

Fonte: Dados da Pesquisa (2013).

Os documentos iconográficos representativos da Escola Viva Olho do Tempo ficam guardados em armários em uma sala destinada muitas vezes a reuniões, não é o local adequado, mas é o destinado a elas. Identificamos através da documentação imagética,

produzida pela comunidade escolar, os eventos de relevância para seus membros, a exemplo das Ações Griôs, o reflorestamento da área próxima à escola, etc.

Ressaltamos que, ao lidarmos com os documentos imagéticos, não podemos nos deter em apenas um método específico, por isso outros aspectos foram levados em consideração a respeito da abordagem metodológica, que qualificamos também como qualitativa. A escolha por esta abordagem é por ela ir ao encontro do que nos propomos dentro da pesquisa etnográfica. Diante disso, essas imagens necessitaram ser representadas, realizando assim uma descrição das ações praticadas pelas pessoas, dos seus costumes, da sua cultura, da sua religião, etc., produzidas no ano de 2011 (e algumas identificadas como de outros anos) referentes às práticas culturais, que consistem no registro das atividades do ***Programa Ecoeducação, Cultura e Memória***, que tem agregadas as imagens referentes à ***Ação Griô*** e a ***Caminhada de São José***.

A análise qualitativa está dentro e consiste de uma representação temática (assuntos, conteúdos) e descritiva sobre os momentos de uma memória imagética. Assim, construímos uma linguagem documentária como referencial do Acervo selecionado. Situamos nossa pesquisa de acordo com os objetivos (descritivos, exploratórios) e aos procedimentos técnicos (pesquisa bibliográfica, documental (fotografia), levantamento, observação próxima, entre outras).

Como estratégia de contextualização das imagens a serem tratadas, adotamos o procedimento de entrevistas, para que se possa ter ideia da significação dessas fotografias para seus autores e atores. A entrevista representa uma técnica de coleta de dados na qual o pesquisador tem um contato mais direto com a pessoa e com o objeto, no sentido de se inteirar de suas opiniões acerca das pessoas, dos eventos, dos lugares, dos costumes, etc., que foram registrados nas fotografias. Esse método foi delineado a partir dos objetivos propostos a fim de obtermos o resultado pretendido.

Elaboramos dois roteiros simples de entrevista para nos servir de orientação. Dessa forma, conseguimos coletar depoimentos dos informantes sobre as imagens e suas ações, que ocorrem na Escola Viva Olho do Tempo. O primeiro roteiro, **Quadro 2**, foi direcionado a fundadora e presidente da organização não governamental Escola Viva Olho do Tempo.

Entrevistada	Roteiro
Maria dos Anjos Mendes Gomes (Mestra D'oci)	1. Qual o seu nome completo? 2. Conte-nos sobre a EVOT? Como tudo começou?

	<ol style="list-style-type: none"> 3. Quais foram os objetivos da EVOT no início de sua criação? 4. Os objetivos foram ampliados ou permanecem iguais desde a implantação da escola? 5. Fale sobre o Programa Ecoeducação. 6. No acervo imagético existem tópicos ou pastas com denominação como: 15 anos; Ação Griô; Caminhada de São José. Explique-nos sobre os 15 anos. Por quê? 7. O que significa a Ação Griô dentro e fora da escola? Explique-nos. 8. Por que o título de Mestra D'oci? 9. Por que as turmas têm denominações de cores? 10. O que significa Olhinho?
--	--

Quadro 2: Roteiro de entrevista direcionado a fundadora e presidente da ONG EVOT.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

O segundo, **Quadro 3**, foi destinado aos educadores sociais e funcionários administrativos.

Entrevistados	Roteiro
Ivanildo Santana Duarte, educador social responsável pelas trilhas e reflorestamento;	1. Qual o seu nome completo e a quanto tempo trabalha na escola?
Maria da Penha Teixeira de Souza (Penhinha), educadora social e griô aprendiz;	2. Onde você mora?
Stefany Silva do Nascimento, educadora social responsável pelo Olhinho;	3. Como você entrou na escola? Qual a sua participação?
Raquel Carvalho, gestora administrativa;	4. Você é responsável pelas trilhas ecológicas? Explique como isso acontece.
Rossana Pinheiro dos Anjos, gestora	5. E quanto ao reflorestamento?
	6. Existem algumas atividades que você

<p>administrativa;</p> <p>Francilania Andrade Ribeiro, educadora social</p> <p>Jaqueline Eloy, oficina de informática</p>	<p>faz em sala de aula? Explique.</p> <ol style="list-style-type: none"> 7. Explique a questão das turmas terem nomes de cores. 8. Identifique os alunos nas fotos, os lugares e o que estão fazendo. 9. Qual a importância ou os objetivos dessas trilhas e do reflorestamento? 10. Que tipo de flora vocês plantam? 11. Qual o período, a distância percorrida e quantas trilhas são realizadas por ano? 12. Explique sobre a Ação Griô e o termo aprendiz Griô? 13. O que é a Cebola de xenxém? 14. E os 15 anos? Fale-nos sobre as imagens produzidas por esse evento. 15. Como foram produzidas as no Olhinho? 16. Explique sobre a Congregação Holística Olho do Tempo e a EVOT. 17. Fale sobre a inclusão digital na EVOT.
---	--

Quadro 3: Roteiro de entrevista direcionados aos educadores sociais e funcionários administrativos da ONG EVOT.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

A estruturação do quadro de análise e a compreensão da fotografia como “símbo fotografico” e a sua função indexical, leva-nos a um outro parâmetro, o referencial ou “interpretativa”, que aproxima a fotografia de um código fotografico (SANTAELLA E NÖTH, 2010, p.111-112). Nesse processo de análise da mensagem ou informação sobre a fotografia, entrelaçamos e nos apropriamos dos parâmetros adotados por Santaella e Nöth (2010), Dubois (1994), Barthes (1989), Smit (1996) e Manini (2011), como norteadores para este estudo.

Nesse processo de análise, utilizamos as três perguntas fundamentais que se fazem à qualquer obra de arte – neste estudo a fotografia –, segundo Dubois (2011): O que está representado? Como aconteceu? Como é percebida? Ele distingue três grandes fases na

percepção e uso da imagem fotográfica como: “a fotografia como espelho do real” – é percebida como uma reprodução mimética do real, esta é assimilada ao conceito de Peirce (2010) de *ícone*; “a fotografia como transformação do real” – deixa de ser espelho e passa a ser a representação de uma realidade relativizada pela codificação cultural e ideológica, esta é assimilada ao *símbolo* peirceano; finalmente, emerge a “fotografia como traço do real” ou seja, uma fotografia remete-se ao referente, e incorpora a relatividade cultural da percepção da imagem, e caracteriza-se por sua condição de *índice*, na concepção peirceana. Portanto, a foto constitui-se segundo Smit (1996, p. 29), em primeiro lugar, como índice. Só depois ela pode tornar-se parecida (*ícone*) e adquirir sentido (*símbolo*).

De acordo com Smit (1996, p. 30), no processo de análise da imagem, há três níveis – estabelecidos por Erwin Panosky (1979): o primeiro nível, **pré-iconográfico** – corresponde aos descritos, genericamente, os objetos e ações representados pela imagem; o segundo nível, **iconográfico** – estabelece o assunto secundário ou convencional ilustrado pela imagem, ou seja, trata-se de determinar o significado mítico, abstrato ou simbólico da imagem, ou os elementos detectados pela análise pré-iconográfica; o terceiro nível, **iconológico** – propõe uma interpretação do significado do conteúdo da imagem, recebe influências do conhecimento do analista sobre o ambiente cultural, artístico e social no qual a imagem foi gerada. Esses níveis são similares aos que utilizamos no processo de análise das fotografias que são os valores representativos de Aumont e existente nas categorias de identificação proposta por Smith, que correspondem aos valores representativo, simbólicos e sócio.

Utilizamos as seguintes categorias de identificação que contemplam este processo: QUEM – identificação do “objeto focado”: seres vivos, artefatos, construções, acidentes naturais, etc; ONDE – localização da imagem no “espaço”: espaço geográfico ou espaço da imagem; QUANDO – localização no “tempo”: tempo cronológico ou momento da imagem; COMO/O QUE - descrição de atitudes ou detalhes relacionados ao “objeto focado”, quando este é um ser vivo (SMIT, 1996, p.32-33).

Além dessas categorias, há ainda os “valores e razões” que podem não estar presente. Na afirmação de Mauad (1990, p.316), podemos perceber que a fotografia é um produto cultural, fruto do trabalho social de produção de signos, e contribui, de maneira decisiva, para a veiculação de novos comportamentos e representações de classe, de grupos, de comunidades.

Assim, consideramos a imagem fotográfica sobre as comunidades do Vale do Gramame diante de uma aproximação e de entendimento no sentido antropológico ao “olhar do cidadão comum pela característica da fotografia como marca luminosa, singularidade do referente

único, testemunha do fato e [...] apontar para algo pertencente ao mundo real. [...] como uma natureza inóspita e aventureira, os grupos étnicos [...]” (TACCA, 2005, p.15). Ou seja, nas próprias atribuições de sentido que seus atores inferem a esses registros.

Vale salientar que todo o processamento e tratamento dessa documentação é realizado em parceria com a comunidade, como uma estratégia de dar continuidade aos trabalhos de organização e preservação dessas imagens. Para a construção do catálogo, como instrumento de pesquisa e socialização da informação, utilizamos os descritores como: Programa Ecoeducação, Cultura, Memória e Patrimônio elaborados e/ou indicados pela comunidade da EVOT.

Vale ressaltar que a socialização da informação, segundo Loureiro (2002, p. 9), evidencia “[...] a construção de um processo info-comunicativo no qual emissores e receptores são posições horizontalmente inter-cambiáveis e voltados para a concretização das esperanças e necessidades coletivas e individuais”, portanto, construção de uma *práxis* gerada pelos grupos, emissores e usuários, na transformação da sociedade.

A Ficha Inventário⁷ formulada para identificar e analisar as fotografias tem como base vários estudos como a proposta da ficha catalográfica, criada pelo grupo como sugestão para a Biblioteca Digital de Paulo Freire para catalogar imagem (2004) e a contribuição do Manual de preenchimento da ficha de identificação de documento fotográfico, criada por Manini (2012). Além desses dois modelos foram acrescentados outros itens necessários para recuperar a fotografia e a informação contida nela, como os valores representativo, simbólico e sócio de Aumont (2012), além de outros apresentados a seguir para disseminar as informações secundárias existentes nas imagens analisadas neste estudo.

Como as bases teóricas entre imagem ideia e imagem suporte, originaram-se outros itens, que foram propostos e analisados nos estudos de Santaella e Noth (2010), quando se apropriam das questões sobre a imagem mental-ideia e a imagem visual-suporte, além de outras questões apropriadas da teoria de Dubois (2011), quando este relaciona a três perguntas básicas sobre a imagem: quem?, como?, onde?. Acrescentamos mais duas perguntas importantes: quando? e por quê?. Além destes, apropriamo-nos de mais três itens, considerados de grande importância na análise da imagem, que são os valores: representativo, simbólico e sócio, criados por Aumont (2012).

⁷ Damos o nome de Ficha Inventário porque o nosso objetivo é inventariar minuciosamente todos os elementos da fotografia enquanto imagem e ideia.

Portanto, após o ato de selecionar, identificar, conhecer as imagens, organizamos a Ficha Inventário para a produção do catálogo do *Programa Ecoeducação, Cultura e Memória* da Escola Viva Olho do Tempo.

A Ficha Inventário dos documentos fotográficos da EVOT contempla os seguintes dados sobre a imagem – ideia e a imagem – suporte:


- a) Descrição analítica da imagem/ideia;
 - Título da imagem existente na fonte principal. Ex: Roda Griô na Comunidade Mituaçu;
 - Local - Onde aconteceu? (local do registro da atividade);
 - Data – Dia/mês/ano em que foi registrada a ação (o mais completo possível);
 - Valor representativo⁸ – Quem e o que é representado concretamente?;
 - Valor simbólico⁹ – representa coisas abstratas ou ações do que está acontecendo (como está representado);
 - Valor sógnico¹⁰ – representa um valor de signo (Qual e por que é representado?);
 - Observação – Informações complementares (acrécimo, esclarecimentos) sobre a imagem.
- b) Dados específicos – a imagem suporte.
 - Cromia (cor) – Dizer se a foto foi produzida através de processamento a cores ou preto e branco;
 - Identificação original – localização física onde está guardada a fotografia;
 - Dimensão/Tamanho – largura ou comprimento do suporte (original digital em megabytes (MB) ou kilobytes (KB); em papel, comprimento em centímetro);
 - Categoria – dizer se a foto é impressa em papel, em CD ou DVD ou digital (HD computador);
 - Autor – nome do fotógrafo (quem fotografou);
 - Fonte – quem produziu ou o dono da imagem;
 - Observações – informações complementares sobre o suporte.

DADOS GERAIS DA FOTO 01:

⁸ De acordo com Aumont (2012, p.78), um valor de representação ou imagem representativa é a que representa coisas concretas.

⁹ Segundo Aumont (2012, p.79), um valor de símbolo ou a imagem simbólica, representa coisas abstratas, e é definido pragmaticamente pela aceitabilidade social.

¹⁰ Afirma Aumont (2012, p.79), que uma imagem serve de signo quando representa um conteúdo cujos conteúdos caracteres não são visualmente refletidos por ela, mas sim, possui um significado.

	
DESCRIÇÃO ANALÍTICA (IMAGEM/IDEIA)	Roda Griô na Comunidade de Mituaçu.
LOCAL	Embaixo de uma palhoça na comunidade Mituaçu-Conde- PB.
DATA	2011
VALOR REPRESENTATIVO	Mestre Griô Zé Pequeno- sentado em um banco; a aprendiz griô Penhinha – com um pano na cabeça do lado esquerdo da imagem; uma palhoça; as crianças sentadas no chão.
VALOR SIMBÓLICO	Vivência de contar histórias ou contos, lendas para os jovens dispostos em roda.
VALOR SÍGNICO	Continuidade de uma herança cultural.
OBSERVAÇÃO	As crianças/alunos são das comunidades circunvizinhas; As informações foram cedidas por seus participantes.
DADOS ESPECÍFICOS	(IMAGEM SUPORTE)
COR	Colorida
IDENTIFICAÇÃO ORIGINAL	Foto 4. Roda Griô na Comunidade.
DIMENSÃO/TAMANHO	Original: 1600X1067 / 715KB Atual: 5,01X7,51cm
CATEGORIA	Digital
FONTE	Acervo da Escola Viva Olho do Tempo
OBSERVAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Foi cedida uma cópia digital da imagem por via email; Sofreu alterações na imagem atual quando transportada para a ficha inventário.

Quadro 4: Modelo da Ficha Inventário com a identificação da foto 1.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

Após a sistematização da ficha inventário, intensificamos o estudo de conceitos sobre imagem, memória, patrimônio, identidade e a organização não governamental Escola Viva Olho do Tempo, buscando refletir, a partir do seu acervo imagético, a fotografia, sua relação com a memória, patrimônio e identidade das comunidades do Vale do Gramame, Paraíba, especificamente as de Engenho Velho, Mituaçu e Gramame.

4 ACERVO E MEMÓRIA DA ESCOLA VIVA OLHO DO TEMPO (EVOT) DO VALE DO GRAMAME/PB

“É através dos sonhos que procuramos despertar o indivíduo como ser humano, capaz de transformar a si mesmo e o mundo que o cerca.”
(Mestra D’oci Gomes)

4.1 A ESCOLA VIVA OLHO DO TEMPO NAS VOZES DOS AUTORES E ATORES

Maria dos Anjos Mendes Gomes (2013), doravante Mestra D’oci Gomes, revela-nos que aos 13 anos de idade sua mãe havia lhe dito que “[...] pobre não sonha, pobre tem necessidades”. Esta afirmação lhe obrigou a traçar um plano de vida que aliasse sonho com necessidade, mas que somente pôde colocar em prática muito tempo depois. Ela não aceitava a afirmação de que não podia sonhar por ser pobre, por isso se dedicou a realizar seus sonhos e de outras pessoas. Assim, com a ajuda de amigos conseguiu construir a Escola Viva Olho do Tempo (EVOT) para, no seu dizer, “mostrar às pessoas da minha classe social que sonhar é preciso [...] e efetivar aquilo que eu tinha pensado quando tinha treze anos, que era ajudar as crianças a sonhar”.

As ideias para a criação da EVOT surgiram no grupo de estudo denominado Congregação Holística Olho do Tempo, criada em 1998. A Congregação tinha sua sede no bairro dos Bancários, município de João Pessoa. Os participantes estudavam os livros de



Figura 1: Logomarca da Escola
Fonte: Doci Gomes

Jean-Yves Leloup¹¹ e Paulo Freire, obras que tratavam de pensamento poético, universalidade, multidimensionalidade, de autoconhecimento e de autoajuda, educação. Porém, o grupo de estudo atuava apenas na área teórica, sem pôr as ideias, presentes nas discussões, em ação. Era coordenado pela psicóloga Bernadete Gonçalves (conhecida como Bel). Do grupo de estudo participavam várias pessoas que acreditaram no sonho de criação de uma escola diferenciada que atendesse às crianças em contra-turno escolar, como a própria Bernadete, a Mestra

¹¹ Jean-Yves Leloup, francês, é filósofo, teólogo, padre da igreja ortodoxo na França, traduziu e interpretou textos bíblicos, conferencista de ideias holísticas. Entre suas obras estão: “Caminhos da Realização”; “O Espírito na Saúde”; “Além da Luz e da Sombra”; “Uma Arte de Amar para os nossos tempos”.

D’oci, Raquel Carvalho, entre outras.

A Mestra D’oci, influenciada pelas leituras na Congregação Holística, resolveu se desfazer de todos os seus bens, ou seja, vendê-los para investir na compra de um terreno, em 2001, em uma área em que pudesse implantar suas ideias de ajudar as crianças de famílias de baixa ou sem nenhuma renda. A área escolhida foi o Vale do Gramame, zona rural de João Pessoa, e que compreende três

comunidades Engenho Velho, Gramame e Mituaçu. Área de grande riqueza cultural.

A Escola Viva Olho do Tempo está localizada no Estado da Paraíba, no município de João Pessoa, mais precisamente na zona rural da comunidade de Gramame, próximo à divisa com o município do Conde, na antiga estrada com destino a Recife, próxima a ponte construída sobre o rio Gramame.

A escola foi criada para desenvolver projetos com objetivos de valorizar o ser humano, os princípios éticos e o respeito por si próprio, às pessoas, à família, à comunidade, à terra e ao cosmo, na busca de uma melhor qualidade de vida pessoal, comunitária e global. A EVOT “[...] desenvolve o aprendizado empírico, concretizado através da Ecoeducação e das trilhas ecológicas e o aprendizado profissionalizante através de oficinas e pequenos empreendimentos” (SILVEIRA, PESSOA, SILVA, s/d, p. 2).

Inicialmente, como Mestra D’oci Gomes (2013) afirma: “[...] tinha se pensado numa proposta de fazer um espaço de reflexão sobre a vida [...]”, mas, quando avistou crianças na área, entendeu que tinha que se voltar para as crianças, porque a grande transformação não acontece com as pessoas “grandes” (adultas). Estas, segundo ela, estão com a “placa mãe já formada”, ou seja, têm dificuldades de mudanças, são acomodadas, porque já perderam o “sentido da curiosidade, da fantasia”. Enquanto a criança por mais miserável que esteja, por mais baixa que seja a sua condição econômica, é curiosa, fantasia, “é só você tirar a necessidade da frente, que a criança é criança em qualquer situação econômica e social, ela é uma criança”. Todas as ações, estratégias e planejamento foram direcionados para explorar o potencial das crianças que se encontravam naquele ambiente, nas comunidades do Gramame,



Foto 1: Ponte sobre o rio Gramame (2012)

Fonte: Acervo SMBL

e conduzi-las a sonhar e transformar esses sonhos em ações afirmativas para a sua pessoa, sua família, sua comunidade, para a humanidade.

Assim, a Escola Viva Olho do Tempo foi sendo organizada, sobretudo, com parcerias:

Eu fui atrás de amigos, alguns davam aula lá [na EVOT], outros ajudavam e assim fomos construindo a escola. Ela foi crescendo, foi crescendo, e o objetivo inicial é esse, permitir o ensino a gente, independente da classe social. Você pode sonhar e deve, e precisa sonhar. Sonhar é vital na vida de qualquer ser humano. E, outra coisa, que você não escolhe onde nasce, onde você nasce é coisa do divino, você não sabe de quem é, mas você pode escolher onde morre. Essa é coisa do homem e foi com o conselho da minha vó, que me disse nos momentos em que me assustava. Ela olhava pra mim e dizia “não se aperrei com isso não, escolher onde morre é coisa do homem. Então, estude, trabalhe não perca a esperança que você vai escolher onde morrer” (GOMES, 2013).

Então, aproveitando o CNPJ que já existia (enquanto Congregação Holística) e que não era usado, com a ajuda do amigo Luis Augusto Crispim, que auxiliou na construção do Estatuto, consolidou-se a Escola dentro das normas exigidas pela legislação estadual. Segundo Raquel Carvalho (2013), somente em 2004, com a criação da escola em Gramame houve uma mudança, deixava de existir o grupo de estudo, com base apenas na reflexão, para a ação concreta, ou seja, colocava-se em prática e executava-se o que era estudado e o que se discutia era posto em prática a partir de então. E essa ação prática é evidenciada nos registros imagéticos realizados a partir de 2004 e existentes no acervo da instituição/comunidade.

Perguntamos sobre o porquê do nome Escola Viva Olho do Tempo. A mestra D’oci (2013) respondeu-nos que é uma Escola porque, embora seja um espaço de trabalhar o lúdico, diferente das escolas formais, ela é um espaço que: “ensina você a ser, ensina você a crescer, ensina você a se relacionar com o outro, ensina você a se adaptar a essas coisas da vida [...]. A escola é viva porque a gente trabalha com o humano”. Em relação ao nome Olho do Tempo faz referência a existência de vários olhos d’água existentes na área da escola.



Foto 2: Estação Digital (2011).

Fonte: Acervo EVOT.

As primeiras atividades desenvolvidas na escola, em 2004, para o atendimento às crianças, aos jovens e até mesmo aos adultos, e ministradas pelos membros da escola foram: de xadrez, música, flauta e violão, responsabilidade de Racen; dança, era com Ana; “contação” de história e pintura, atividades desenvolvidas por D’oci (ainda não mestra). Outro marco para a escola foi a Estação Digital, iniciada em 2005. As aulas de informática atendiam jovens e crianças das comunidades de Engenho Velho, Gramame e Mituaçu. Alguns membros da escola investiam o seu tempo ensinando informática e as senhoras Doci e Bernardete (Bel) investiam seu dinheiro na compra de equipamentos.

Segundo Raquel Carvalho (2013), oficineira de informática e gestora administrativa, a Escola conseguiu gerar renda através de “doação automática”. Ela, com experiência nesse procedimento, enviava os boletos para o banco, e Bernardete (Bel) e Doci mobilizavam os amigos e conhecidos a realizarem doações. Dessa forma, a escola conseguiu suas primeiras receitas e mais tarde com instituições financiadoras de programas culturais ao participarem com projetos em editais.

Para ajudar na manutenção da escola e geração de renda para a Escola havia a necessidade do reconhecimento municipal e estadual, ou seja, precisava-se do registro de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)¹² para conseguir formar parcerias. Dentre as parcerias existentes, destacamos: o SEBRAE, a Prefeitura Municipal de João Pessoa, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, o Salut, o IFPB, a Universidade Federal da Paraíba, a EMATER (CARVALHO, 2013).

Nesse trabalho de geração de renda tentava-se, também, apoiar os pais, não esquecendo as crianças, pois o atendimento destas sempre foi prioridade. Por isso, a aproximação da escola com os integrantes e líderes das comunidades ocorreu em reuniões denominadas de “um movimento de roda, que era a perspectiva da



Foto 3: Roda de conversa com a comunidade (s.d.).

Fonte: Acervo EVOT.

¹² A criação da OSCIP está disposta pela lei 9790/99. Ela é reconhecida como tal por ato do governo federal, emitido pelo Ministério da Justiça, ao analisar o estatuto da instituição. Para tanto é necessário que o estatuto atenda a certos pré-requisitos que estão descritos nos artigos 1, 2, 3 e 4 da lei 9790/99.

escola” (SOUZA, 2013). Nessas reuniões/movimentos as comunidades foram despertadas sobre sua importância na consolidação do trabalho da EVOT. Por meio das rodas de conversa foi possível perceber que as comunidades apresentavam “uma autoestima muito baixa”. A autoapreciação que as comunidades faziam de si mesmas era negativa, portanto, havia a necessidade de melhorá-la, torná-la positiva, mas era preciso saber o que causava esse sentimento negativo. Por isso, nas rodas de conversa a Mestra D’oci iniciava a conversação perguntando o que as comunidades gostavam, como era a cultura local, o que era diversão, sobre memórias e referências para as pessoas das comunidades. Nas respostas que a Mestra D’oci recebia sempre aparecia o verbo no passado antes da ação: “Tinha lapinha, tinha quadrilha, grupo de roda, tinha muita coisa [...]”. Mas não obtinha resposta de por que a cultura local não era revitalizada (SOUZA, 2013).

Com as rodas de conversas foi possível criar as oficinas de costura, de doce, de pimenta, de licor dos amores, de artesanato. Segundo Penhinha Souza (2013), “[...] enquanto a gente estava aprendendo, a gente estava conversando, articulando ideias e articulando sonhos, porque um dos princípios das rodas era despertar na gente os sonhos, porque a gente tinha necessidade e não sonhava, a gente ainda não sonhava em universidade [...]”.

Com as rodas de conversas, as oficinas ofertadas às pessoas das comunidades, a EVOT conseguiu levar para dentro do seu espaço os mestres e mestras do Vale do Gramame que passaram a transmitir seus saberes para as novas gerações. Dessa forma, tornou-se possível a criação (denominação) do Programa Ação Griô com o objetivo da valorização da tradição oral e dos saberes populares.

A Mestra D’oci Gomes (2013) nos relata como inicialmente foram organizadas as ações na EVOT:

A gente foi trabalhando aqui embaixo. Montamos um plano de trabalho com todos esses conceitos e fomos trabalhando sem dar nomes, entende? Na medida em que eles iam amadurecendo, a gente ia fechando, a gente ia apresentando de pouquinho até que chegou um momento em que eles estavam num estágio que a gente ia falar no Programa Ecoeducação, entendeu? Tudo que a gente fez, mostrou “olha o que a gente está fazendo” e demos nomes. Nós estamos vivendo, agora, outra fase, justamente a de dar nomes. Nomes a todos os conceitos que a gente estudou. E assim o Programa Ecoeducação se ampliou, porque agora ele pode ser ampliado, porque ele tem toda essa vivência.

O Projeto Ecoeducação da EVOT visa proporcionar à comunidade nele envolvida “[...] a apropriação de conhecimento, de experiências e práticas que possam ser utilizadas para modificar e edificar a sua própria realidade, proporcionando espaço de convivência educativa intergeracional” (SILVEIRA, PESSOA, SILVA, s/d, p.3).



Foto 4: Parte da Fachada Frontal da EVOT (2012)

Fonte: Acervo SML

Segundo a Mestra D'oci (2013), o Programa Ecoeducação no seu início tinha como “[...] meta [a] questão do meio ambiente, principalmente, das árvores. Esse era o nosso grande foco na vida, e o rio Gramame [...]”. Atualmente, houve uma ampliação, dentro desse programa, pois ele abrange vários eixos temáticos como: cultura digital, em que se trabalha usando tecnologia para que as crianças possam utilizar, criar e para conhecer o que está plantando, para saber sobre suas árvores, dentro de uma filosofia de cultura digital. A consecução de tal projeto se desenvolve através dos eixos estruturante e meio ambiente, o esporte e a cidadania, e assim temos:

1. O cuidado com a terra visto como um cuidado com todas as coisas vivas ou não, tais como o solo, a água, a atmosfera, os animais e as plantas;
2. O cuidado com as pessoas de forma que as necessidades básicas de alimentação, moradia, educação, trabalho e saúde sejam supridas. O cuidado com as pessoas trabalhando o respeito, companheirismo, cooperação mútua, união e humildade;
3. O cuidado consigo mesmo de modo a buscar melhoraria da sua autoestima, através do autoconhecimento e crescimento pessoal, acreditando no seu potencial e na sua força interior;
4. A crença na possibilidade de mudança, quanto a sua forma de pensar e agir; no intuito de promover mudanças na forma de pensar e agir desta comunidade e consequentemente fomentar o desenvolvimento humano, fundamentamos suas ações nos 04 pilares da educação sugeridos pela UNESCO:
 - a. Aprender a conhecer – instrumentalizar-se para a compreensão da vida;
 - b. Aprender a fazer – intervir na realidade;
 - c. Aprender a viver juntos – participar e cooperar nas atividades humanas;
 - d. Aprender a ser – saber agir nas diferentes circunstâncias da vida (SILVEIRA, PESSOA, SILVA, s/d, p.3).

E possui as seguintes etapas sequenciais:

1. Formação inicial e continuada para educadores e demais equipe, com base na filosofia, metodologias e conteúdos previstos no Projeto.
2. Complementar a formação das crianças e adolescentes no contra turno da educação formal, com atividades educativas, culturais, socioambientais, iniciação esportiva e inclusão digital.
3. Integração e interação entre todos os seguimentos envolvidos no projeto, através de reuniões e seminário de avaliação dos resultados alcançados, redimensionamento do projeto, disseminação das atividades executadas e propostas (SILVEIRA, PESSOA, s/d,p.3).

No planejamento atual, o programa Ecoeducação ampliou e destaca-se com outros eixos temáticos como: cultura digital; formação do leitor; patrimônio memória museu e cultura e; meio ambiente e esporte. Essa ampliação pode ser percebida na proposta de organograma da escola para o ano de 2013 (ainda em estudo).

A Escola Viva Olho do Tempo, atualmente, possui cinco grandes áreas de atuação, todas para atender às comunidades (veja a disposição delas no organograma). São elas:

- **EDUCAÇÃO NÃO FORMAL** corresponde a dois projetos:

1 Programa Ecoeducação, Cultura e Memória que consiste nas atividades:

- 1.1 Prática dos saberes (gincanas, palestras e vivências internas e externas, artes e reciclagem, eventos sociais, jogos e apoio pedagógicos, cidadania, atividades de sala de serviço;
- 1.2 Práticas Esportivas (natação, jogos e brincadeiras populares);
- 1.3 Inclusão digital;
- 1.4 Oficinas culturais (educação patrimonial/circo/dança/música/leitura/teatro etc.);
- 1.5 Formação continuada (educadores/familiares).

2 Inclusão digital – Estação Digital de Gramame.

- **REPRESENTAÇÃO NA SOCIEDADE CIVIL.**

1 Participação em redes e fóruns

- **CULTURA:**

1 Encontro Cultural

2 Biblioteca

- 2.1 Museu Olho do Tempo;
- 2.2 Oficinas de leitura (carroça de leitura);
- 2.3 Disponibilização de livros e mídias digitais.

3 Programa Ação Griô

- 3.1 Trilha griô;
- 3.2 Produções áudio visuais;
- 3.3 Apoio a produção e divulgação dos mestres;
- 3.4 Pontão;
- 3.5 Griô na escola formal.

4 Oficinas Culturais

- 4.1 Promoção de oficinas culturais diversas para a comunidade;
- 4.2 Educação patrimonial/dança/artesanato/teatro/etc.

- **MEIO AMBIENTE/ESPORTE:**

1 Ecoturismo esportivo (eventos esportivos, cross country).

2 Ecoturismo de trilhas ecológicas internas e externas

3 Reflorestamento e preservação local

- SUSTENTABILIDADE

1 Trilhas ecológicas internas e externas

2 Consultorias, assessorias e oficinas

3 Sala de serviços (minigráfica, canecas e brindes, artesanato, fotos e filmagens, brechó).

O crescimento da EVOT, presente no organograma, revela o amadurecimento das ações da escola e, sobretudo, que o compartilhamento de sonhos e a colaboração de parceiros que visam “fazer a diferença”, aos poucos, estão transformando a vida de forma positiva para os que vivem nas comunidades do Vale do Gramame.

4.2 O ACERVO DA EVOT

Como já foi dito na seção metodológica do corpus do trabalho, o acervo imagético produzido pela EVOT totaliza aproximadamente 6.000 fotografias e estão em suporte, tanto impresso quanto digital (CD e DVD e HD externo) e na memória do computador. As impressas estão acondicionadas em pequenos álbuns e em sacos plásticos. A sistematização da organização era cronológica e temática, como pode ser percebido no Quadro 1. Percebemos que os produtores das imagens se preocuparam em denominá-las de acordo com os projetos aplicados no mundo da cultura e das experiências vivenciadas pelos personagens das comunidades do Vale de Gramame, tais como 15 anos, ação griô, acolhimento, palestras, entre outras.

A escolha das fotografias para este estudo recaiu nas produzidas no ano de 2011 e fazem parte do ***Programa Ecoeducação***. Elas estavam armazenadas no computador da sala de informática em um arquivo denominado *Ecoeducação*. Esse arquivo se subdivide em 34 subpastas e suas denominações descritas, definidas pela equipe da EVOT, a partir das ações realizadas dos projetos que compõem o Programa Ecoeducação, como pode ser percebida no Quadro 5 a seguir. O acervo geral do arquivo Ecoeducação compreende 2.275 imagens ou 7,42GB. Destas, foram selecionadas e analisadas 721 imagens neste estudo.

PASTA – ECOEDUCAÇÃO	TOTAL DE FOTOS	PERÍODO (dia-mês-ano)
15 anos	324	09-12-2011
Ação griô (cedida via email)	7	20-09-2009 / 17-02-2011 / 19-05-2010 / 30-07-2012 / 06-08-2012 / s/d /
Acolhimento	13	31-01-2011
Alunos: Manhã Tarde	70 -	28-01(02-03)-2011
Aniversários:	(342)	
Abril	36	25-04-2011
Agosto	25	13-09-2011
Aniversário olhinho	46	03-03-2011
Fevereiro	135	28-02-2011
Julho	42	16-08-2011
Junho	4	11-07-2011
Março	8	30-03-2011
Outubro	37	20-11-2011
Setembro	9	29-11-2011
Atividades em sala	342	30-03-2011 02-04-2011 03-04-2011 30-11-2011
Atividades escolares	2	26-04-2011
Bloco Luzes do Vale	277	02-03-2011
Brincadeiras populares	28	03-03-2011
Caminhada de São José (cedida via email)	1	21-03-2009
Cebola de Chenchém (cebola de Xenxém)	7	15-06-2011
Circo	374	23-02-2011 04-04-2011
Cive Evot	11	31-01-2011
Coral	3	05-02-2011
Dia das crianças	129	15-07-2011
Esporte	62	22-08-2010 2-01-2011
Eventos: Estação Ciência	6	14-02-2011
Fim de ano do ano 2011	34	16-10-2011
Fotos das turmas:		2011
1- Amarela	96	
2- Azul	73	
3- Verde	-	
Hora do lanche	88	18-12-2010 / 09-02-2011
Jogos educativos	34	31-03-2011 / 16-02-2011
Leitura	8	14-12-2010
Livro infantil: Trabalhos originais	22	21-10-2011

Trabalhos tratados	04	18-07-2013
Nutrição Carrefour	19	31-07-2011
Oficina de canecas	51	31-07-2011
Oficina de reciclagem	13	15-02-2011 / 19-01-2011
Olhinho	155	2-12-2010
Palestras:		
1º Socorros	32	21-07-2011
2º Estação Ciência	24	12-07-2011
3º Higiene	8	06-02-2011
4º Mega ação educacional na Facene (mundo encantado dos dentes)	64	28-07-2011
5º Meio ambiente – Socorro Fernandes	49	17-05-2011
6º UFPB sexualidade	26	17-05-2011
7º Dengue (imagens sem identificação)	20	05-03-2011
Passeios:		
1º Bica	105	09-07-2011
2º Pizzaria	48	15-12-2011
3º Rio Gramame	15	02-03-2011
4º SESC	13	21-01-2011
5º Visita ao IBAMA	111	25-08-2011
6º Visita à pizzaria (fotos na pasta)	20	22-11-2010
Patrimônio material (sobre a Ponte – cedida via email)	03	12-08 e 11-09-2006 / 23-04-2007
Percussão	57	19-04-2011
Quadrilha junina (São João Rural)	285	20-03-2011 11-05-2011
Reflorestamento	71	19-08-2011
Reunião e apresentação da EVOT aos familiares	94	27-08-2011
1º Outras fotos sem identificação	125	30-03-2011
Reuniões alunos	3	16-05-2011 / 13-12-2010
Teatro	34	01-05-2011
Trilhas ambientais	39	06-04-2011

Quadro 5: Relação, quantificação e datação das fotografias do Arquivo Ecoeducação.

Fonte: Dados da Pesquisa (2013).

De acordo com Ricouer (2007, p.42-47), “os acontecimentos de que trata a história documentária” (nessas imagens sobre os eventos da instituição-comunidade, com suas festas culturais, eventos sociais e, ecológicos) assumem a forma proposital que lhes confere o estatuto de fato. Esses fatos podem ser chamados de adquiridos, e os próprios acontecimentos tenderão a alcançar os “estados de coisas”. Nessa perspectiva, a evocação/busca por lembranças. Nessa menção, consiste a dimensão cognitiva da memória, seu caráter de saber, quando rememoramos fatos passados, quando interpretamos fatos presentes e quando ouvimos.

4.3 AS COMUNIDADES DO VALE DO GRAMAME-PB

Contrariamente aos não lugares, banalizados, funcionais e atemporais, os lugares “atravessam a memória viva”, são duráveis e carregados de história e memória. Existem também, “regiões-memórias” (Vendeia, Alsacia, Cevenol) ou cidades-memória (Jerusalém, Roma etc.), e mesmo bairros onde se afirmam com força as identidades regionais ou locais. Entendendo que: não é um território de um só lugar que constitui o grupo, “mas uma memória ligada a uma sucessão de lugares de uso e habitação” (CANDAU, 2010, p.157).

A escolha pela região do Vale Gramame para a construção da Escola Viva Olho do Tempo foi fundamental para que os membros da Congregação Holística da Paraíba colocassem em prática as suas ideias e que elas se fortalecessem e frutificassem, pois as comunidades Engenho Velho, Mituaçu e Gramame representam os lugares que “atravessam a memória viva”, como afirma Candau, e estão impregnadas de memórias e histórias, como revelam os mestres griôs.

Desde 1734
que este lugar existe



Foto 5: Rio Gramame - Paraíba (2012)

Fonte: Acervo SMBL

Pertenceu a um casal judeu
que teve uma história triste
Possuía um Engenho
seu alicerce ainda existe

Temos aqui várias lendas
segundo os antepassados
falavam de mulher de branco
e do caranguejo dourado
que ao chegar perto, sumiam
no porão mal assombrado

Aqui existiu um cafezal
que era bastante fechado
Lá, uma galinha de ouro
se via passando ao lado
E um burro sem cabeça

que corria desembestado!

E no poço dos cavalos
dizem que lá havia
muita botija enterrada
e vinha gente todo dia
escavar numa pedreira
pensando que encontraria

Nós também tínhamos cultura
o cantador de viola
lapinha, ciranda e côco
Mesmo sem passar na escola
e o forró pé-de-serra?
as mulheres eram de mola

E hoje, nós resgatamos
o nosso potencial
com a "Fazenda Engenho Velho"
uma quadrilha especial
coronel "Pipa" apresentando
Vamos dançar, pessoal!!!
(Poema da mestra Judite Palhano,
história, lenda e cultura do Engenho
Velho)



Foto 6: Estrada para a EVOT e as comunidades de Gramame (2012)

Fonte: Acervo SMBL

A poetisa Judite Palhano, da comunidade Engenho Velho, expõe em sua poesia histórias e mitos do surgimento da região. Revela, ainda, a cultura do cantador de viola, da lapinha, da ciranda e côco, do forró pé de serra e da quadrilha junina.

A comunidade Engenho Velho fica localizada a seis quilômetros de distância do centro da Capital – João Pessoa. Lá, a natureza ainda é exuberante e a vida transcorre tão calma, que parece ter parado no século XIX, quando chegaram ali os primeiros negros livres (ou que se fizeram livres, através da fuga das senzalas).

A estrada de barro que nos leva a EVOT também nos leva ao Engenho Velho e faz a interligação entre as outras comunidades do Vale do Gramame – Gramame e Mituaçu. Quase não há como separá-las, pois as paisagens são iguais, com várias granjas construídas, plantações de mandioca, árvores frutíferas, etc.

De acordo com Silva (2006), as comunidades retratam várias carências desde serviços de infraestrutura urbana, somando-se ao fato de tratar-se de uma área de preservação ambiental, bem como de outro aspecto relevante, a revitalização dos Rios Gramame e Mumbaba, e dos sítios arqueológicos e patrimônios histórico-culturais. Atualmente, o rio Gramame encontra-se poluído. E essa questão aparece como discussões permanentes tratadas pelos grupos das comunidades.

Assim, de acordo com Silva (2006, p.45), as comunidades como Colinas do Sul e Mituaçu, esta última localizada ao norte do município do Conde, e as outras ao sul o município de João Pessoa, estão todas inseridas na porção inferior da Bacia do Rio Gramame, conhecida como o Baixo Gramame. Oficialmente, assim como consta no Decreto nº. 5.577/06, apenas as comunidades de Gramame e Engenho Velho são alvo da implantação, de processos de monitoramento e ajuste de um programa de ações e transformações, em diversos campos da sociedade, com ações concretas a curto, médio e longo prazo, entre governo e a população. No entanto, as comunidades de Colinas do Sul e Mituaçu são beneficiadas pela sua proximidade com as outras comunidades e pelos interesses mútuos.

Dentre os aspectos ressaltados por ela, entre essas comunidades encontram-se agrupamentos habitacionais inseridos na região do Baixo Curso do Rio Gramame, que abrigam as comunidades de Colinas do Sul (esta não consta no nosso estudo, mas alguns representantes fazem parte da escola), Gramame, Engenho Velho e Mumbaba de Baixo (não consta em nosso estudo). Essas comunidades estão localizadas ao sul da sede municipal de João Pessoa, e Mituaçu ao norte da sede do Conde. O espaço territorial que elas ocupam é uma zona de transição entre o meio urbano e o rural.

Consta ainda, no estudo de Silva (2006), que as comunidades desenvolvem atividades agrícolas e/ou pecuárias nessas áreas – Engenho Velho, Gramame, Mituaçu – a despeito da

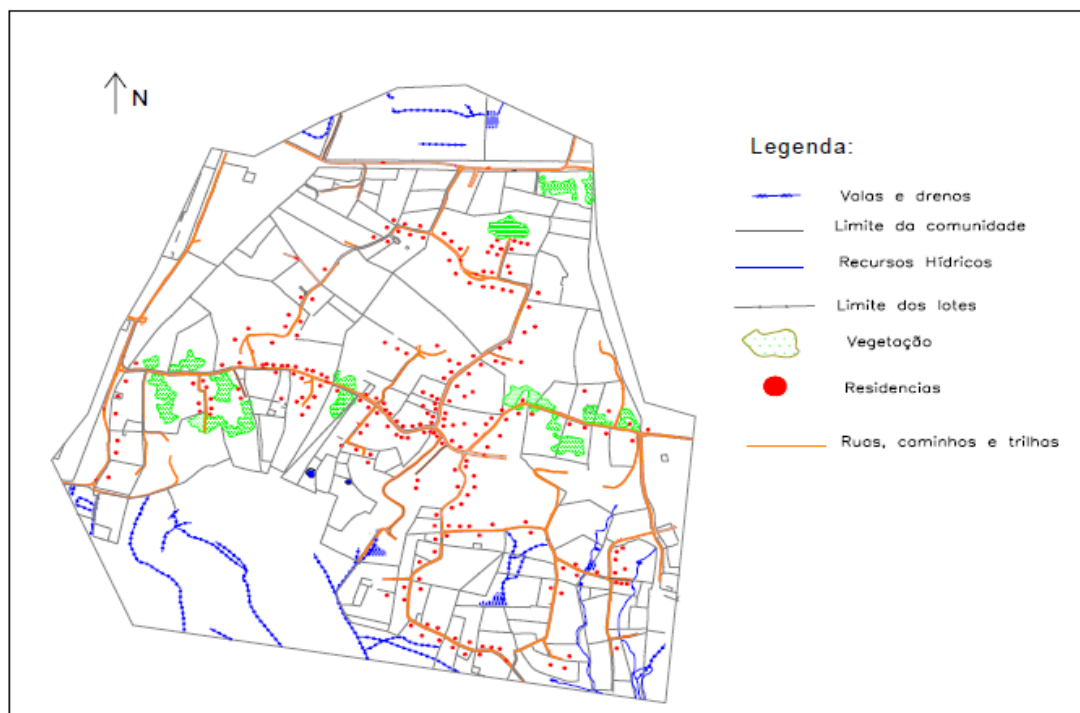


Figura 3: Comunidade Engenho Velho.
Fonte: SILVA, 2006, p. 101.

relativa proximidade das malhas urbanas das sedes municipais de João Pessoa e Conde. São denominadas como periféricas ou periurbanas. A localização das comunidades periurbanas está inserida no mapa da Bacia do Rio Gramame.

As comunidades Engenho Velho, Gramame, Mituaçu e outras estão assentadas em ambientes onde não são raras porções remanescentes de Mata Atlântica, com relevo ondulado, com ocorrências frequentes de nascentes de córregos, árvores frutíferas compondo paisagens diversificadas.

São comunidades com notória carência de serviços públicos, notadamente referentes ao saneamento, além de outras especificidades presentes como: ocupação territorial em geral feita de forma espontânea; comunidades com grande predominância de trabalhadores de baixa renda; maioria de empregos informais e temporários; baixo grau de escolaridade; precariedade de serviços públicos e infraestrutura (SILVA, 2006).

Silva (2006) revela dados relevantes sobre a comunidade Gramame, sua população consta de 450 habitantes; com 118 domicílios existentes; 3,81 de taxa ocupacional.

A comunidade quilombola Mituaçu é considerada pelo governo federal como remanescente quilombola, desde 19 de agosto de 2005¹³. Mituaçu está localizada na cidade do Conde, fica a 18 km de João Pessoa e a 4km do centro da cidade do Conde. Mituaçu possui uma área de aproximadamente 3,5km e é banhada pelo rio Gramame e rio Jacoca,

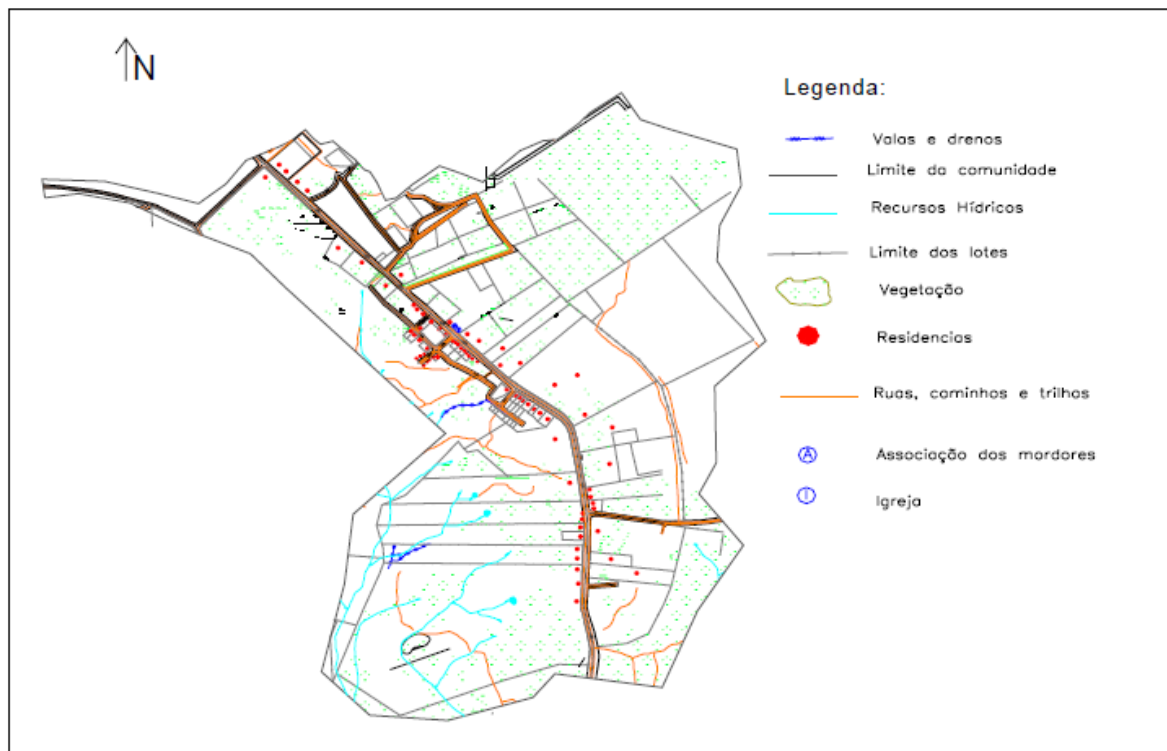


Figura 4: Comunidade de Gramame.

Fonte: SILVA, 2006, p. 95.

região citada na documentação colonial como terra de índios e alguns negros livres. Por ser uma faixa de terra localizada entre rios, só possui uma via de acesso por terra, de quem vem de João Pessoa e da cidade do Conde. Outra via de acesso a essa comunidade é fluvial, através do rio Gramame. Mituaçu está associada à ocupação do litoral sul da Paraíba; tratava-se de terras dos nativos, ocupadas ilegalmente pelos colonos portugueses, visto que no século XIX, quando da criação da Lei de Terra, alguns moradores declararam ser proprietários de lotes e sítios no lugar (FLORES *et al*, 2011, p. 32):

A formação desta comunidade, assim como outras, como espaço da população negra começou a partir do século XIX, mas tratava-se de terra indígena, haja vista o nome Mituaçu ser de origem potiguar e significa “ave grande”. A partir do século XIX, populações negras começaram a ocupar Mituaçu, principalmente as que fugiam do cativeiro. Nesse local elas se alojaram e constituíram núcleos de moradia, passando a conviver com os nativos [...].

Mas somente no final da década de 1980 que marca a inserção dos territórios quilombolas na pauta da discussão política com relação à promoção de ações que visem a justiça social, é apenas a partir dos primeiros anos do século XXI que se inicia a um intenso debate acerca do direito à propriedade da terra para este grupo social, conquista que se dá a partir do evidenciado em centenas de comunidades em todo país (MACENA, LIMA, NASCIMENTO, 2010, p.3). O que não é diferente da comunidade de Mituaçu.

Tradicionalmente, a comunidade Mituaçu vivia da pesca e da cata do caranguejo, hoje essas atividades foram deixadas por causa da poluição do rio Gramame. Constata-se na pesquisa de Silva (2006) que a população de Mituaçu tem cerca de 854 moradores, com 220 domicílios e com 3,88 de taxa ocupacional.

De acordo com Aquino (2008), a realidade apresentada pelas comunidades do Vale do Gramame provoca um dos grandes problemas a ser ressaltados e como questão a ser solucionada, como a diversidade cultural e a inclusão social de grupos (afrodescendentes, pobres) socialmente marginalizados. Essa problemática requer um olhar mais apurado dos/as pesquisadores/as sobre as particularidades de diferentes grupos (públicos) e suas demandas de acesso e de uso da informação.

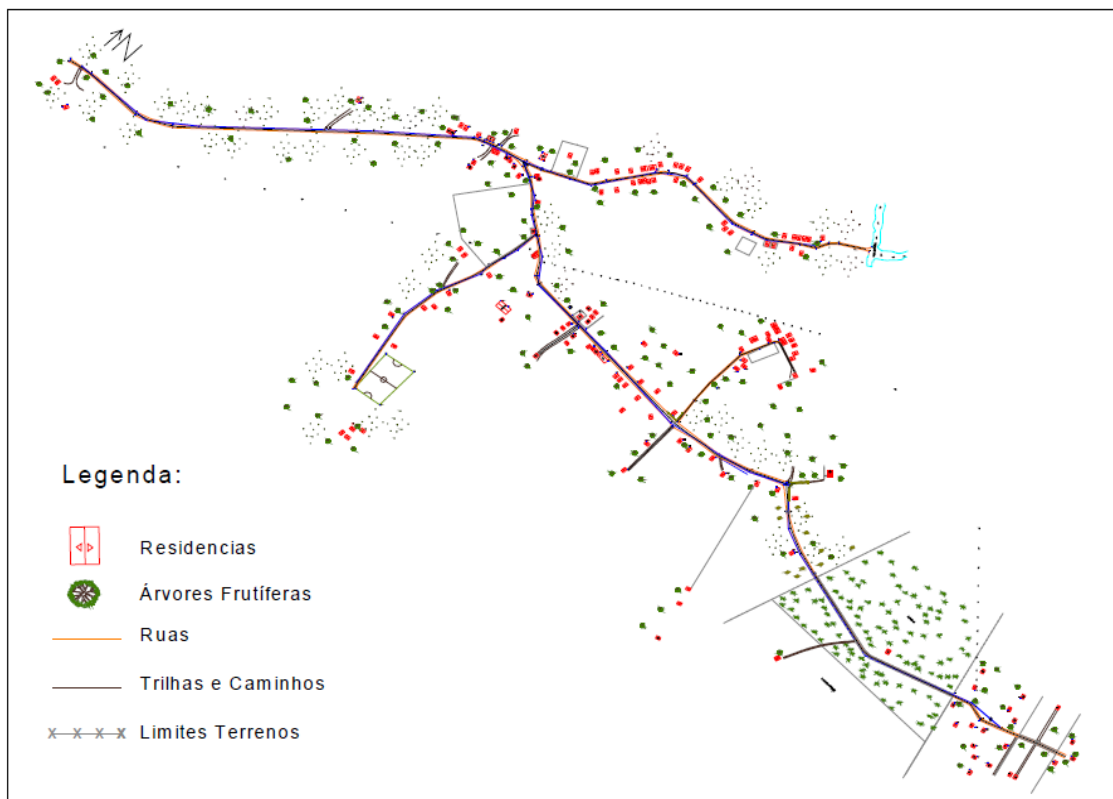


Figura 5: Comunidade Mituaçu
 Fonte: SILVA, 2006, p. 97.

Considerados/as pelos seus algozes como seres inferiores e indignos/as, os/as negros/as africanos/as foram impossibilitados/as de conquistar o direito à cidadania, ou seja, de terem acesso à habitação, à saúde, à educação e à informação, como uma questão de direitos humanos garantidos pela Constituição Federal Brasileira, herdeira de um processo de colonização tramado pelos portugueses, que resultou na fragmentação do mundo, na divisão dos grupos e na dispersão dos povos de diferentes etnias africanas (AQUINO, 2008).

Faz-se necessário e relevante destacar, ainda, quais os seus significados e como se formaram os quilombolas e suas concepções anteriores existentes até hoje. Desde o Brasil Colonial e Imperial. Ao longo desse período, o quilombo aparece como um termo jurídico, fazendo referência ao crime da fuga. Uma das primeiras definições oficiais do termo teria sido em 1740, quando o Conselho Ultramarino define quilombo como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (ALMEIDA, 2002).

Mas, recentemente, segundo Arruti (2001, p.25), a palavra “quilombo” vem ganhando novos significados. Nas passagens das décadas de 1970 a 1980, a metáfora dos quilombos foi

definitivamente apropriada pelo movimento negro, como um ícone de movimento negro, como um ícone de resistência política, social e cultural sob forma de quilombismo.

Não podemos deixar de informar que para a construção deste estudo, outros aspectos foram surgindo e parte desses novos significados são reflexos do que e que trazemos como objeto de estudo sobre as imagens produzidas por pessoas que trabalham, transmitindo e propagando os seus saberes, além de serem moradores das comunidades do Vale do Gramame que se autodenominam negras tradicionalistas e “remanescentes de quilombola” e institucionalizadas como tal. Há, atualmente, no Vale do Gramame, um novo movimento social que vem ressurgindo com bastante força, porque grupos locais estão assumindo sua identidade indígena, algo que os portugueses, o governo imperial e republicano brasileiro tentaram extinguir.

5 A INFORMAÇÃO FOTOGRÁFICA COMO PROCESSO CULTURAL: O CONTEÚDO INFORMACIONAL

O acervo imagético da Escola Viva Olho do Tempo abrange todo um processo tanto cultural quanto social. Ele agrega, ainda, os valores de “signos representativos” ou signos de memória. São signos representativos quando nesse processo podemos perceber como aconteceu toda a criação desse objeto-imagem, no caso a fotografia. Neste estudo, realizamos a observação e análise de vários aspectos como a descrição das ações e das pessoas, assim como os significados que foram construídos a partir dessa linguagem visual com o propósito de se obter uma análise informacional. Para isso, o estudo foi estruturado em bases práticas e metodológicas dentro dessa visão de investigação, possibilitando a construção de informações e que originou a possibilidade da construção de uma linguagem documentária favorecendo a relação comunicacional entre o acesso ao objeto (imagem) e seu usuário (personagens/atores das comunidades) – elementos descritos na introdução deste estudo.

Segundo Moura (2011), os contextos e usos de trocas informacionais:

[...] somente se pode chegar a tais possibilidades a partir de uma formação integral na qual a questão informacional tenha a devida centralidade em um contexto social de saberes partilhados. Nesse sentido, a cultura informacional deve ser entendida como o discernimento do usuário da informação em relação ao contexto, às ferramentas de mediação do acesso à informação, bem como às práticas socioculturais envolvidas (MOURA, 2011, p.24).

No debate acerca da cultura informacional, Moura (2011) nos expõe que ela é envolvida por três abordagens fundamentais: a informacional, a econômica e a cidadã:

A **abordagem informacional** refere-se aos conhecimentos que permitem que o sujeito possa expressar sua cultura e seu pertencimento social, assim como as suas necessidades informacionais através da interação com recursos e dispositivos informacionais contemporâneos e históricos.

A **abordagem econômica** refere-se aos agenciamentos econômicos que tornaram a cultura da informação um dos negócios mais rentáveis dos dois últimos séculos.

A **abordagem cidadã** refere-se à ampliação das possibilidades de exercício dos direitos a partir das experiências positivas com o acesso e o uso de informações. (MOURA, 2011, p. 24)

Dentro desse processo informacional partimos das fotografias buscando elementos que pudessem expressar a cultura, as práticas cotidianas, e para isso usamos como recursos, além das fotografias, as entrevistas com vários personagens/atores que foram os criadores/fundadores e os primeiros alunos da EVOT que hoje são educadores sociais. Ao

serem questionados, eles revelaram que as fotografias produzidas tinham como objetivos registrar as demandas de trabalho, das atividades, e as fotos mostraram-se como registro memorialístico dessas ações, mostrando os conteúdos e práticas educativas desenvolvidas, no sentido de resgatar a memória e a identidade, e não só a busca pelo seu passado, não só mostrar o resgate da identidade, mas também de sensibilizar e ajudar o próximo, as famílias das comunidades, mas ainda “[...] tem toda uma construção de cada coisa um pouquinho e junto, essa importância da fotografia, da imagem refletida, não das técnicas, mas das imagens que tem uma história” (ANJOS, 2013):

É nessa construção, nessa relação dos tempos da realidade social ao espaço da imagem fotográfica e ao seu tempo aparentemente único, que o fotógrafo imagina, isto é, constrói a sua imagem fotográfica, aquilo que quer dizer através da fotografia. Mas das expressões de um rosto aos elementos simbólicos do vestuário e da circunstância da fotografia, inevitavelmente agrega à imagem fotográfica os decodificadores que a “descongelam”. Isto é que revelam a dimensão sociológica (e informacional) e antropológica do que foi fotografado (MARTINS, 2009, p. 65).

O funcionamento desse processo cultural informacional mostra-se visualmente, o que acontece paralelo ao acervo imagético da EVOT, como um reflexo positivo pelo qual as minorias étnicas adquirem características culturais no decorrer do que é visualizado, do que é descrito em cada imagem observada por seus protagonistas. Estabelecendo assim, novos costumes e atitudes e estes são adquiridos através do contato e comunicação, entre os grupos de crianças, de adolescentes, dos educadores e dos mestres que contribuem para recuperação de um pouco de seu próprio traço cultural nas suas comunidades. E ocorre uma assimilação e apropriação de uma cultura por parte dos participantes e que gera, normalmente, uma mudança gradual em seus atores, ocorrendo em vários níveis e tornando-se completa quando novos membros guardam e se tornam reconhecíveis em relação às raízes culturais dos seus ancestrais.

Segundo Ricouer (2007, p. 42), quando dizemos que nos lembramos daquilo que fizemos, experimentamos ou aprendemos em determinada circunstância particular, abre-se um leque de casos típicos dos acontecimentos, os quais denominamos de “estados de coisas”, estes são próximos do acontecimento único como as aparições discretas do por do sol. As coisas e as pessoas aparecem e reaparecem como sendo as mesmas; e é de acordo com essa mesmidade de reaparecimento que nos lembramos dela. As “coisas aprendidas” e, conseqüentemente, adquiridas, são aquelas de que nos lembramos e somos capazes de recitá-las sem ter de reaprendê-las.

De acordo com Ricouer (2007, p. 42-47), os acontecimentos de que trata a história documentária (no caso as imagens dos eventos das comunidades, com suas festas culturais) assumem a forma proposital que lhes confere o estatuto de fato. Esses fatos podem ser chamados de adquiridos, assim os próprios acontecimentos tenderão a alcançar os “estados de coisas”. Nessa perspectiva, a evocação/busca por lembranças nessa menção consiste na dimensão cognitiva da memória, seu caráter de saber. Quando rememoramos fatos passados, quando interpretamos fatos presentes, quando ouvimos. A associação da fotografia em investigação dentro de um processo informacional vai nos levar a outras questões, como nos afirma Marteleto (1995): a informação é entendida como processo ou produto, enquanto a cultura é compreendida como o “modo de relacionamento humano com seu real”, ou ainda como o conjunto dos artefatos construídos pelos sujeitos em sociedade ou comunidade pelos quais produzem e reproduzem e dão sentido a sua vida material e simbólica. Os termos cultura e informação são considerados pela autora como conceitos/fenômenos pela sua própria natureza, em que:

[...] A primeira – funcionando como uma memória, transmitida de geração em geração, na qual se encontram conservados e reproduzidos todos os artefatos simbólicos e materiais que mantêm a complexidade e a originalidade de sociedade humana – é depositária da informação social. [...] Nela, os padrões culturais – religioso, filosófico, estético, científico ou ideológico – funcionam como programas ou gabarito para a organização dos processos sociais e psicológicos, de forma semelhante aos sistemas genéticos, que fornecem tal gabarito para a organização dos orgânicos (MARTELETO, 1995, p.2).

Por isso, a imagem associada como signo e também a imagem-memória; podemos dizer que “é sob o signo da associação de ideias que está situada essa espécie de curto-circuito entre memória e imaginação: [...] evocar uma – portanto, imaginar – é evocar a outra, portanto lembrar-se dela” (RICOUER, 2007, p. 25). Por isso, ao estudarmos a imagem (fotografia), lembramo-nos e rememoramos as práticas e vivências culturais das atividades que seus produtores e atores produziram na Escola Viva Olho do Tempo do Vale do Gramame/PB.

Toda a produção do acervo fotográfico, como a reprodução dos artefatos culturais, sejam eles materiais ou imateriais, como nos esclarece Marteleto (1995, p.4), realiza-se pelo modo informacional, pelo menos nas sociedades históricas. Pode-se afirmar que nessas sociedades (comunidade/instituição) toda prática social é uma prática informacional – expressão esta que se refere aos mecanismos mediante os quais os significados, símbolos e signos culturais são transmitidos, assimilados ou rejeitados pelas ações e representações dos sujeitos sociais em seus espaços instituídos e concretos de realização.

5.1 VIVÊNCIA GRIÔ: territorialidade, patrimônio cultural, ancestralidade e identidade

A palavra GRIÔ é do francês *griot*, que traduz a palavra *Dieli (Jéli ou Djeli)*, que significa na língua bamanan, usada no antigo império Mali¹⁴, “o sangue que circula”. Revela-nos a Grãos de Luz e Griô (2013), que na tradição oral do noroeste da África, o griô é “[...] um(a) caminhante, cantador(a), poeta, contador(a) de histórias, genealogista, artista, comunicador(a) tradicional, mediador(a) político(a) da comunidade. Ele(a) é o sangue que circula os saberes e histórias, mitos, lutas e glórias de seu povo, dando vida à rede de transmissão oral de sua região e país”.

O Projeto Ação Griô foi pensado por Grãos de Luz e Griô, reconhecido pelo Ministério da Cultura (MINC) como Ponto de Cultura, e compartilhada com este ministério, resultou na criação, em 2006, dos Pontos de Cultura Ação Griô. A missão dessa Ação consiste em:

Criar e Instituir uma política nacional de transmissão dos saberes e fazeres de tradição oral em diálogo com a educação formal, para o fortalecimento da identidade e ancestralidade do povo brasileiro, por meio do reconhecimento do lugar político, econômico e sócio cultural dos griôs, das griôs, mestres e mestras de tradição oral do Brasil (GRÃOS DE LUZ E GRIÔ, 2013).

Revela-nos a Grãos de Luz de Lençóis/Bahia, em seu site, que a palavra griô, no Brasil, refere-se:

[...] a todo(a) cidadão(ã) que se reconheça e/ou seja reconhecido(a) pela sua própria comunidade como: um(a) mestre das artes, da cura e dos ofícios tradicionais, um(a) líder religioso(a) de tradição oral, um(a) brincante, um(a) cantador(a), tocador(a) de instrumentos tradicionais, contador(a) de histórias, um(a) poeta popular, que, através de uma pedagogia que valoriza o poder da palavra, da oralidade, da vivência e da corporeidade, se torna a biblioteca e a memória viva de seu povo. Em sua caminhada no mundo, ele(a) transmite saberes e fazeres de geração em geração, fortalecendo a ancestralidade e a identidade de sua família ancestral e comunidade. São exemplos das griôs e dos griôs no Brasil: congadeiro(a), jongueiro(a), folião(ã) dos reis, capoeira, parteira(o), zelador(a) de santo, erveira(o), caixeiro(a), carimbozeiro(a), reiseiro(a), tocador(a) de viola, sanfoneiro(a), rabequeiro(a), cirandeiro(a),

¹⁴ O império do Mali existiu entre os séculos XII ao XV, na África Atlântica (SILVA, 1996). Hoje está dividido entre vários países do noroeste da África: Senegal, Gâmbia, Mali, Guiné-Bissau, Guiné-Conacry, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benin, Nigéria.

maracatuzeiro(a), coquista, marujo, artista de circo, artista de rua, bonequeiro(a), mamulengueiro(a), catireiro(a), repentista, cordelista, pajé, artesão(ã), e fazedores(as) de todas as demais expressões culturais populares que se desenvolveram e SE TRANSMITEM POR UMA TRADIÇÃO ORAL (GRÃOS DE LUZ E GRIÔ, 2013. Grifo da instituição).

Nas comunidades do Vale do Gramame, Paraíba, existem homens e mulheres que pelos seus fazeres e saberes são reconhecidos como mestres e mestras griôs. A Escola Viva Olho do Tempo, reconhecendo a importância cultural dessas pessoas, buscou incorporá-las às suas atividades escolares através do Projeto Ecoeducação. Ressaltamos que a escola já realizava os preceitos e conceitos da Ação Griô Nacional, desde sua criação em 2004, com as crianças atendidas pela instituição. Além das comunidades já referenciadas, como Engenho Velho, Gramame e Mituaçu, atende os bairros urbanos da cidade de João Pessoa, como Gervásio Maia, Colinas I e II, o conjunto Marinês, e Irmã Dulce. Destacamos que a EVOT apresenta algumas dificuldades à participação menos efetiva de crianças e jovens de Mituaçu, segundo a educadora social Francilania Ribeiro (2013), o motor desse problema, alegado pelas famílias dessa comunidade, é a “[...] distância, que impossibilita essa vinda, porque nem todo mundo tem condições de pagar passagem, quando a criança já é maior de sete anos, e também muitas vezes, a falta de transportes”. Acreditamos não ser apenas isso, mas somado a essa questão há o fato de que a comunidade de Mituaçu possui escola própria, formal, porém, atende razoavelmente aos interesses locais.

A Ação Griô tomou proporção maior na Escola Viva Olho do Tempo com o edital da Ação Griô Nacional/MINC que tinha como objetivo selecionar pessoas que se destacassem com os seus saberes. Segundo D’oci Gomes (2013), o edital:

[...] tinha tudo a ver com o Olho do Tempo, tudo que a gente fazia era a mesma coisa, mudava alguns conceitos mudava alguns objetivos, mas o princípio era o mesmo, era do cuidado um com o outro, da reverência com o outro, do se curvar ao mais velho de uma forma mais pura do respeito e, eu fiquei encantada com aquilo porque aquilo é o que eu acredito que a gente precisa cuidar do outro a gente precisa respeitar o outro a gente precisa zelar pelo outro se não a vida não tem sentido (GOMES, 2013).

Afirma, ainda, quais são os mestres e os saberes:

[...] se você tem um saber, você tem uma idade. Você tem um saber e esse saber você

transmiti para as outras pessoas, você é um mestre. Mestre é aquele que transmiti o seu saber. Você tem um saber que não seja necessariamente acadêmico, o saber da vida do mundo e que você transmite para o outro. Você, no sentido de o empoderamento do outro, do crescimento do outro, do autoconhecimento do outro (GOMES, 2013).

A EVOT participou da reunião na TEIA¹⁵, que ocorreu em Brasília. Nessa reunião, foi criada a comissão de mestres para proporem ou exporem as suas reais necessidades e não deixarem que outros dissessem o que seria melhor para eles. Na comissão havia representantes de todo Brasil, cerca de treze mestres, do Amazonas ao Rio Grande do Sul. Discutiu-se o que é que eles queriam e o quê iriam propor para o Ministério em relação às políticas públicas para todos os mestres, sejam eles: os mestres da ciranda, o mestres do coco, os mestres dos terreiros, os mestres dos jongos, os mestres da congada, os do cavalo marinho, da lapinha, todos os mestres, as rezadeiras, as benzedadeiras. A ação Griô abrange todos os saberes e fazeres, catalogados ou não. Elaboraram um projeto de lei – a Lei Griô dos Mestres Nacional – que ainda está em Brasília, para ser votada a lei criada pelos mestres, para os mestres, para as suas necessidades.

Nos versos da Mestra Judite Palhano (da comunidade Engenho Velho) a Ação Griô é:

Griô palavra estranha
Ao ser ouvida e falada
Mais depois ela vai ficando
Muito bem assimilada
É uma ação nacional
Sendo bem valorizada

Tem o mestre Griô
E o Griô aprendiz
Este é o divulgador
Acredite no que ele diz
E o mestre, diz e faz
A cultura do país

Griô na universidade

¹⁵ TEIA é o “[...] encontro de ponto de cultura. Encontro de várias associações, [...] estabelece [pontos] para se discutir e pautar o que você vai fazer no próximo ano, tirar as diretrizes, as metas, o que o grupo vai fazer no próximo ano e isso no sentido de transformar em políticas públicas (GOMES, 2013).

Na escola e na TV
 Griô nas ONGs parceiras
 Divulgando nosso saber
 E dando oportunidade
 De um Griô você ser

Griô é a integração
 De escola e comunidade
 Do país com sua história
 Do povo e sua identidade
 Da vida com a arte
 Gerando uma integridade

Griô é a vivência
 De um povo, causos e mitos
 É o saber preservado
 Para um futuro bonito
 É a junção de culturas
 Que não acaba em conflito.

Os mestres Griôs do Vale do Gramame, Paraíba, que participam das ações na EVOT são: o senhor José Pequeno (Zé Pequeno), mestre mateiro e conhecedor de ervas medicinais; mestre Marcos Antonio de Souza, coronel de quadrilha junina tradicional; Dona Judite, mestra poetisa da comunidade, que elucida as lendas, “causos” e “estórias” locais em suas poesias; Dona D’oci Gomes, mestra contadora de “estórias” infantis, lendas, “causos” e mitos do Vale do Gramame; Senhor João da Penha, mestre cirandeiro e cantador de coco de roda; Dona Cícera e Dona Geralda, mestras cirandeiras.

O mestre Zé Pequeno, como é conhecido na comunidade quilombola de Mituaçu, é mestre mateiro e conheceu as plantas através de sua tia Léo, que era parteira tradicional. Aos 6 anos de idade, ao passar por uma Cidreira e tocar suas folhas, sentiu o bom cheiro e pediu a sua mãe que lhe preparasse um chá. Ao tomar o chá diariamente, percebeu que se curou da anemia que o perseguia há anos, e com isso, interessou-se cada vez mais pelas plantas e seus poderes de cura natural. Nasceu em 08 de dezembro de 1935, na comunidade quilombola do Gurugi, município do Conde, onde viveu até os 16 anos de idade, e a família mudou-se para Mituaçu, onde vive até o presente momento. Vive até hoje no mesmo sítio, com a esposa e 8, dos 10 filhos que tem. Com a tia Léo aprendeu a fazer remédios de ervas e lambedores.

Também aprendeu observando outras pessoas a prepararem remédios à base de plantas. Nunca escreveu nada, guarda tudo na memória. Não vende os remédios. Faz apenas para a família e os amigos, gratuitamente. Senhor Zé Pequeno tomou sua primeira injeção indicada por um médico alopata aos 60 anos, e reconhece que a maioria das pessoas, hoje, gasta muito dinheiro nas farmácias, ao invés de recorrer às plantas medicinais (AÇÃO GRIÔ, 2013).



Foto 7: Roda Griô com o mestre Zé Pequeno (2011)

Fonte: Acervo da EVOT

O mestre Griô Zé Pequeno recebe seus convidados – crianças, jovens e adultos – no seu quintal, embaixo de uma palhoça na comunidade de Mituaçu. É uma prática griô fora da escola de levar os jovens a conhecer seus mestres e seus saberes. Transmite seus saberes em uma roda de conversa. Na **foto 7**, destacamos a griô aprendiz Maria da Penha (Penhinha) sentada ao lado do mestre, lado esquerdo da imagem, e os jovens convidados.

O mestre Marcos Antonio de Souza começou aos 9 anos de idade a dançar Quadrilha Junina. Aos 16 anos montou um grupo de jovens que iniciaram a dança – quadrilha. Todavia, foi aos 19 anos que começou a marcar quadrilhas como coronel de quadrilha junina tradicional. É pai da educadora e Griô aprendiz Maria da Penha Teixeira de Souza (Penhinha), transmite seus saberes às crianças e formou uma quadrilha junina mirim.

A mestra Judite Palhano é poetisa e elucida as lendas, causos e histórias locais em suas poesias. É moradora na comunidade de Engenho Velho. Nas rodas de contação de histórias, partilha as lendas e mitos da região, através de narrativas e poesias sobre o caranguejo de Ouro, Branca Dias, Túnel dos Holandeses. As poesias populares da mestra estão publicadas no livro *Proseando*.

A mestra D'oci Gomes (Maria dos Anjos Mendes Gomes) nasceu em Salvador, Bahia, mas escolheu João Pessoa como sua morada. É professora formada e contadora de histórias infantis, lendas, causos e mitos do Vale do Gramame.



Foto 8: Roda de conversa com os mestres do Vale do Gramame (2010).

Fonte: Acervo da EVOT.

As mestras Dona Cícera, Dona Geralda e o mestre João da Penha são os Cirandeiros do Vale do Gramame, moradores da comunidade de Engenho Velho. Cantam o “Vale através” em suas cirandas e cocos, levando essas histórias para as várias comunidades e eventos que participam na Paraíba.

A **foto 8** revela uma roda de conversa entre os mestres do Vale do Gramame e diversas outras pessoas. Realizada no espaço do Teatro Acácia

da EVOT, estão presentes: o cantor Milton Dornelas, de camisa azul claro; do seu lado direito, a educadora de Artes, Déa Limeira; o mestre Griô mateiro Zé Pequeno; o trio de mestres cirandeiros Dona Cícera, Dona Geralda e Seu João da Penha; o mestre Marcos, vestido com camisa quadriculada, calça preta, colete preto e chapéu (está de costa na imagem, por trás do senhor de camisa vermelha e boné cinza); aicineira de informática Jaqueline Eloy, vestida com calça branca e blusa preta e está com a câmera na mão; entre outros. Este é um momento de integração entre os mestres e seus saberes.

A roda de conversa, entre educadores e crianças, educadores, adolescentes, visitantes, parceiros e familiares da comunidade, ou até mesmo entre os mestres griôs, é um modo de agir, ou melhor, é uma forma de compartilhamento de ideias e espaços de diálogos, ocorrem com frequência e liberdade na Escola. Isso vem solidificar o que nos afirma Freire (1996, p. 71):

[...] na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando dos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo que, em certas condições, precise falar a ele.

A fala de Freire nos remete a Geertz (2012, p.16), este afirma que “[...] o senso comum é um sistema cultural; um corpo de crenças e juízos, com conexões vagas, porém mais fortes que uma simples relação de pensamentos inevitavelmente iguais para todos os membros de um



Foto 9: Trilha ambiental (2011)

Fonte: Acervo EVOT

grupo que vive em comunidade”. Acrescenta, ainda, que o “senso comum relaciona-se mais com a forma como se lida com um mundo onde determinadas coisas acontecem do que com mero reconhecimento do que elas acontecem”.

Esse senso comum presente nos saberes dos mestres do Vale de Gramame é revelado não somente nas rodas de conversas, teoricamente, mas, na prática, no conhecimento das trilhas ecológicas do Vale.

A caminhada pelas trilhas ecológicas/ambientais procura despertar a consciência ambiental nas crianças e adolescentes e, sobretudo, a manutenção do território, com a ênfase no reflorestamento. A **foto 9** revela o educador social Ivanildo identificando as plantas, o ambiente florestal aos jovens da turma azul: Emerson, camisa verde claro e aos outros dois colegas. É uma vivência ambiental de conscientização da importância de preservação do ambiente. Essa atividade é uma prática realizada pelo educador muito antes da sua adesão ao Projeto Ecoeducação, era uma vivência diária quando criança.

As trilhas ambientais existentes no Vale do Gramame também fazem parte dos objetivos da Agenda 21¹⁶, desenvolvidas através do Projeto Ecoeducação e foram construídas fora e dentro da área da EVOT. Silvestre, Pessoa e Tavares (2013, p. 4-8) revelam a extensão da trilha da EVOT e o tipo de flora e fauna que pode ser encontrada:

A trilha ecológica da EVOT situa-se numa área de um hectare, possui 438 metros de comprimento, próxima às várzeas do Rio Gramame, na margem esquerda e possui uma altitude que varia entre 0 e 50 metros.

[...]

No percurso da trilha podem-se encontrar espécies endógenas como aroeira mansa (*Schinus terebinthifolius*), cajueiro (*Anacardium occidentale*), imbirá (*Eschweilera ovata*), murici da mata (*Byrsonima sericea*), coqueiro (*Cocos nucifera*) e também se pode encontrar espécies exógenas que se adaptaram ao solo e ao clima, como bananeira (*Musa sp.*), abacateiro (*Persea americana*), mangueira (*Mangifera sp.*), jenipapo (*Genipa americana*). No que tange à fauna encontra-se apenas pequenos artrópodes como aranhas, centopéias e gafanhotos e aves de pequeno porte.

¹⁶ A Agenda 21 Brasileira é um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do país, resultado de uma vasta consulta à população brasileira. A EVOT faz parte das entidades que desenvolvem a ideia da agenda e possui participação no Fórum da Agenda 21.



Foto 10: Trilha ambiental perímetro fora da EVOT (2011).

Fonte: Acervo da EVOT.

As crianças são ensinadas a fazerem reflorestamento em áreas desmatadas. O reflorestamento inicia com explicações do educador Ivanildo sobre as plantas nativas da mata atlântica para despertar a conscientização do replantio. É selecionada a área que será reflorestada e os tipos de mudas adequadas para a área. A foto 11 mostra a caminhada realizada por Ivanildo, à frente na fila, e, fechando a fila, a jovem



Foto 11: Reflorestamento (2011).

Fonte: Acervo EVOT.



Foto 12: Reflorestamento (2011)

Fonte: Acervo EVOT

Em trilhas externas à EVOT outros tipos de flora podem ser identificados, a exemplo do pião roxo, de que o educador Ivanildo revela as características ao jovem estudante, João Vitor, de camisa lilás (**foto 10**). O pião roxo é conhecido como planta nativa da região e considerada de uso doméstico, industrial e medicinal.

Jacsiara, de blusa branca, todos carregando suas mudas de plantas.

As crianças do projeto recebem muda de uma determinada espécie da mata atlântica para plantar no lugar das árvores que foram retiradas (**foto 12**). Cada uma delas é responsável por pesquisar tudo sobre a árvore que plantou para apresentação de seminários aos colegas da turma. As crianças são também responsáveis



Foto 13: Reflorestamento em sala de aula (2011).

Fonte: Acervo EVOT.

problemática do rio, quando ocorrem enchentes, provocadas pelo assoreamento. Por isso, as visitas das crianças ao rio Gramame são constantes como a turma verde, como mostra a **foto 14**.

O rio Gramame, que dá nome ao lugar, pode ser observado da ponte que liga o bairro Gramame, em João Pessoa, a



Foto 14: Visita ao Rio Gramame – turma verde (2011).

Fonte: Acervo da EVOT.



Foto 15: Ponte sobre o Rio Gramame (2011)

Fonte: Acervo da EVOT

pela árvore que plantaram, durante todo o tempo que permanecerem na escola. A **foto 13** destaca os jovens Jordanio, Jhon Anderson e João Vitor apresentando as folhas colhidas durante a realização pela trilha e o que aprenderam na atividade.

Dentro da perspectiva de conscientização ambiental e valorização do espaço onde vivem, as crianças são alertadas para a

Mituaçu, no Conde. A ponte foi construída em 1930. É considerada como monumento histórico e patrimonial das comunidades do Vale do Gramame, construído para interligar João Pessoa a Recife, e por onde transitavam todos que desejavam ir à capital pernambucana.

A vivência Griô é revelada, também, no Museu Viva Olho do Tempo. Neste espaço “sagrado”, a

educadora e Griô aprendiz Maria da Penha (Penhinha) conta as suas histórias tendo como plateia os jovens educandos da EVOT e cujo objetivo é valorizar o lúdico no movimento de roda e de propagar a cultura dos mestres griôs.

Consideramos as trilhas ecológicas/ambientais, a ação griô são aqui pensadas, também, como a percepção da cultura e da organização social, a partir de uma



Foto 16: Vivência Griô na sala do Museu Viva Olho do Tempo.

Fonte: Acervo da EVOT.

perspectiva voltada para os processos de criação, manutenção e reelaboração das fronteiras territoriais desses grupos étnicos que compõem as comunidades do Vale do Gramame. Essa territorialização é resultante do conhecimento/vivência que os mestres griôs mateiros possuem das áreas em que vivem e que transmitem para seus aprendizes. Esse processo de territorialização tem na memória social a sua matriz geradora de significados, pois busca nesses espaços¹⁷ redefinir a cultura e a relação com o passado dos seus pais, avôs, da sua ancestralidade.

A Vivência Griô da EVOT é uma reelaboração da memória social. Percebemos, através do mestre mateiro José Pequeno, assim como do educador Ivanildo, que a partir de suas histórias vividas e da comunidade, imprimem no espaço/território em que vivem a identidade do grupo social. Em síntese, as comunidades do Vale do Gramame através da memória social e da transmissão do seu patrimônio cultural, buscam preservar sua identidade que se revela também na sua ancestralidade, africana, mais forte, e indígena.

5.2 SABERES E FAZERES: **tradição e valorização da cultura imaterial/material**

A EVOT leva os mestres e mestras do Vale do Gramame para dentro dela, objetivando a transmissão de saberes e fazeres de tradição oral para um maior número de crianças e jovens, ampliando seu universo cultural: o mestre Zé Pequeno com seu conhecimento sobre as plantas

¹⁷ Espaços, neste estudo, definidos pelo saber de Milton Santos, como um produto da ação humana e, portanto, a partir de condições históricas determinadas. Conferir SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

da região, inclusive, aquelas que podem ser usadas na medicina popular, e cria contos sobre elas; mestra Judite Palhano com suas poesias elucida as lendas, causos e estórias locais; mestre Marcos Antônio renova a quadrilha junina tradicional; Dona Cícera, Dona Geralda e Senhor João da Penha, cirandeiros e cantadores de coco de roda mestra Doci Gomes contadora de estórias infantis, lendas, causos e mitos do Vale do Gramame; todos esses mestres e mestras



Foto 17: Os cirandeiros do Vale do Gramame (2011)

Fonte: Acervo da EVOT

transmitem seus saberes às crianças e adolescentes, pois abordam a cultura nordestina e brasileira.

As crianças e jovens passam por todo um processo de aprendizado, troca de conhecimento, para fortalecer a identidade cultural. Entre as manifestações culturais que iremos nos deter, no momento, está à ciranda, as festas juninas, as brincadeiras de criança e o conto cebola de xenxém/chenchém. Alguns dos educandos da EVOT conheciam a ciranda por ouvir alguém falar. A ciranda como dança e a cirandinha como cantiga de roda, muitos desconheciam. Segundo a educadora Francilania Ribeiro (2013), as informações que chegavam até ela era de estranheza e de preconceito, pois diziam: “Poxa, essa dança é tão estranha, essa música é tão estranha. As pessoas costumam dizer que é macumba”.

A **foto 17** evidencia os cirandeiros do Vale do Gramame participando do Festival Cultural realizado no teatro Acácia da EVOT. Destacamos Dona Cícera (lado esquerdo da imagem), Dona Geralda (lado direito da imagem), e o Senhor João da Penha mostrando as suas cirandas e cocos. As quadrinhas a seguir revelam as origens dos cirandeiros.

Chegou os Cirandeiros do Vale do Gramame
Trazendo a alegria de Engenho Velho
Nós somos a força de Gramame
E o cantar é de Mituaçu. (Cirandeiros do Vale do Gramame)

Engenho Velho tem o Poço dos Cavalos
Que corre água direto para o Paul
Ao lado dele tem uma pedreira
Uma riqueza que Branca Dias deixou. (Cirandeiros do Vale do Gramame)

No período do Carnaval as comunidades do Vale do Gramame recebem o Bloco Carnavalesco Luzes do Vale. Ele é uma ação cultural propiciada pela escola junto aos jovens e as pessoas das comunidades, relembrando o carnaval tradição de colocar o bloco/a festa na rua. A denominação Luzes do Vale significa



Foto 18: Bloco carnavalesco Luzes do Vale (2011)
Fonte: Acervo da EVOT

que todas as crianças, com sua inocência, tem o brilho no olhar, do sonho, e a perspectiva de que serão eles que irão manter o Vale.

A **foto 18** revela o Bloco Carnavalesco Luzes do Vale passando na rua, em frente à Escola Viva Olho do Tempo. Destacamos o educador Ivanildo, lado direito da imagem, com camisa verde; a jovem Eduarda com a bandeira na frente; o jovem Ancmar, com o estandarte do bloco; a educadora Lane, no meio da imagem.



Foto 19: Bloco Carnavalesco Vale das Luzes (2011)
Fonte: Acervo da EVOT

A **foto 19** evidencia o Bloco Luzes da Vale desfilando, na rua, em frente à Igreja Nossa Senhora da Conceição, construída em 1950 e localizada na comunidade de Gramame. Destacamos a educadora Stefany, no meio da foto com uma sacola no ombro esquerdo e cabelo amarrado; o jovem nas pernas de pau. Esse cortejo acontece por toda estrada velha (antigo caminho para Recife) com a perspectiva da valorização dessa estrada.

Na visualização das **fotos 18 e 19**, podemos constatar a presença de crianças e jovens na construção dessa festa popular que é o carnaval. Esta festa é uma comemoração cultural difundida em todo o país e é considerada como uma preparação para outra festa, a “quaresma” cristã. A festa gera em seus participantes uma vivência compartilhada, uma forma, como nos faz pensar a educadora Rosana Pinheiro dos Anjos: “uma maneira de resgatar a identidade

que não só busca o seu passado, não só mostra que o resgate da identidade é você ajudar o próximo, sua família, mas tem toda uma construção de cada coisa um pouquinho e juntos” (ANJOS, 4 de julho de 2013).

O Vale do Gramame tem, durante o período junino, uma programação especial. Os moradores com a ajuda da EVOT e outras entidades existentes no lugar realizam vários eventos durante



Foto 20: São João Rural do Vale do Gramame (2011)

Fonte: Acervo da EVOT



Foto 21: Quadrilha Junina (2011)

Fonte: Acervo da EVOT

todo o mês de junho. A programação inclui caminhadas religiosas e procissões em homenagem a Santo Antônio, São João e São Pedro, além de apresentações artísticas de grupos de forró pé de serra, quadrilhas juninas, ciranda e coco de roda.

A quadrilha junina tem seu mestre na pessoa do senhor Marcos Antonio (**foto 20**, senhor que comanda a quadrilha), o coronel da quadrilha junina tradicional e

responsável por organizar essa atividade cultural.

A quadrilha junina na EVOT é realizada no Teatro Acácia. Destacamos na **foto 21**: Penhinha, com vestido colorido e chapeú; dois garotos, vestidos de meninas; a educadora Rossana, de vestido branco com rosa e enfeite no cabelo. Todos com trajes típicos. Percebemos a participação dos jovens, familiares e educadores no salão todo enfeitado com bandeirolas.

As brincadeiras de crianças registradas pela EVOT são de vários tipos, mas destacamos a de “pular corda”. Ela é, ainda, uma brincadeira relativamente popular nas áreas periféricas das cidades paraibanas. As brincadeiras são praticadas em diferentes espaços na EVOT, destacamos as ocorridas no Teatro Acácia (**foto 22**) onde evidenciamos a presença de Nielton, com boné, e outros brincando de pular corda; ou no jardim do Núcleo da Escola

Viva Olho do Tempo (Olhinho), revelando crianças com menos idade que as existentes na escola, esta atende crianças a partir dos seis anos de idade. Identificamos que os objetivos ao brincar de pular corda revelam a necessidade de se recuperar uma prática que aos poucos está se tornando esquecida por muitas crianças e adolescentes. Essa brincadeira faz a integração entre meninas e meninos.

Nas **fotos 22 e 23**, visualizamos as crianças brincando de pula corda. Esta brincadeira era uma das mais populares e de certa forma, há algum tempo, está sendo esquecida ou deixada de lado pelas crianças, atualmente. A educadora social, Francilania Ribeiro (ou Lane Ribeiro) nos revela que quando uma brincadeira é explorada nas oficinas, ela é também registrada. Essas



Foto 22: Brincadeiras de criança (2011)

Fonte: Acervo da EVOT



Foto 23: Brincadeiras de criança (2011)

Acervo: Acervo da EVOT

imagens são utilizadas como recurso para prestar conta nos relatórios para seus parceiros, e também ajudam bastante, “[...] a gente lembrar de coisas gostosas que a gente já viveu e também das partes que não foram boas, mas que servem de avaliação, então assim, as imagens, elas têm uma importância muito grande na história mesmo, por assim dizer. Por esse motivo, a gente está sempre precisando e quando vê a gente se emociona, a gente avalia, poxa, era assim, vamos fazer assim, então é assim” (RIBEIRO, 4 de julho de 2013).

Ressaltamos que, no que se refere ao indivíduo, identidade pode ser um *estado* – resultante, por exemplo, de uma instância administrativa, como o documento de identidade que estabelece idade, filiação, etc. – uma *representação* – tem-se uma ideia do que se é, um *conceito*, o de identidade individual. Tal termo uma vez aplicado a um grupo, sua complexidade aumenta. Nesse caso, o termo identidade é impróprio porque ele nunca pode

designar uma recorrência – duas pessoas jamais são idênticas entre elas. O termo é utilizado em sentido menos restrito próximo à semelhança ou de similitude que satisfaz sempre uma inclinação natural do espírito. No que diz respeito ao uso metafórico, a identidade (cultural e coletiva) é certamente uma representação. Membros de um grupo produzem diversas representações quanto à origem, história e natureza (CANDAU, 2011).

A cebola de xenxém/chenchém é um conto contado pelo mestre Zé Pequeno. O conto se transforma em uma contação de história, em roda para as crianças, na voz de Penhinha, para propagar os saberes locais. Segundo o conto, a cebola de xenxém cura mordida de cobra, ela é muito tóxica para o ser humano, pois queima a pele e é uma planta nativa da Mata Atlântica.

O conto da cebola de xenxém/chenchém é história de “trancoso” e vai ser lançada em livro, com desenhos das crianças da EVOT. A cebola de xenxém, segundo Penhinha Souza (2013), existe, é uma planta que possui uma florzinha e ao ficar murcha cai do “talo” e fica apenas a cebola na terra, mas todo ano ela nasce novamente nos meses de agosto a dezembro. Na fala de Penhinha o conto se resume assim:



Foto 24: Desenho da cebola de xenxém/chenchém(2011)

Fonte: Acervo da EVOT

Um dia estava ele [Zé Pequeno] no quintal com a família, pessoal da família dele, e tinha um irmão dele que se chamava Zé Grande que era o irmão mais velho [...] “Seu” Zé Grande acordou cedo e disse: “Rapaz, essa noite eu tive um sonho”. E o povo pedia, conta Zé Grande, conta Zé Grande e Zé Grande dizia “Não, quando a gente vir do roçado eu conto”. Ele passou o dia no roçado e o povo querendo saber desse sonho quando no final da tarde, eles voltaram pra casa, aí, sentaram embaixo de uma mangueira, que tinha na casa de “seu” Zé pequeno, em Vila Rosa. Aí “seu” Zé Grande disse “eu vou contar meu sonho”. - Todo mundo se juntou para ouvir o sonho, todo mundo de olho arregalado porque “seu” Zé Grande era famoso em contar suas histórias -. “Eu sonhei que eu estava num lugar e nesse lugar tinha muitas árvores, muitas flores, era um canteiro assim de flores e eu lá sozinho nesse canteiro de flores e me sentindo muito bem nesse canteiro e de repente aparece na minha frente uma égua, uma égua bonita, e essa égua vinha na minha direção, parecia que ela estava perto de mim, mas quanto eu chegava mais perto dela mais longe ela ficava. Depois quando eu cheguei perto dela, vinha uma cobra grande, uma cascavel que deu um bote nessa égua, mordeu a égua. Ele tentou chegar perto da égua e a égua tentou depois de um tempo deu aquele rinchado e saiu correndo e cambaleou e caiu. Ele agoniado querendo salvar aquela égua e de alguma forma cuidar dela para que ela não morresse porque isso é um presente, é uma égua, e de repente aperreado, saiu de dentro de uma moita, de um canteiro, um velho e esse velho parecia uma pessoa que parecia saber de muita coisa, um velho sábio, aí chegou perto deles e assim falou “Que agonia é essa?” perguntou. Ele com a mão na

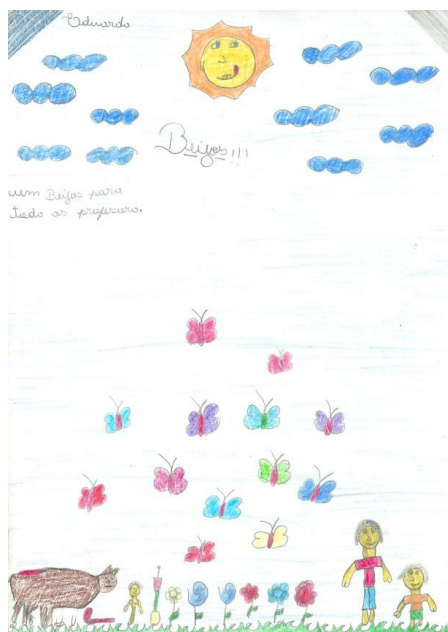


Foto 25: Desenho da cebola de xexém (2011)

Fonte: Acervo da EVOT

cabeça dizendo toda aquela historia e o velho, o mestre lá pedindo pra ele se acalmar “Se acalme, esta vendo aquele canteiro ali, no meio dessas flores, uma delas pode salvar essa égua, que é a cebola de xexém”. Aí, ele [Zé Grande]disse que olhava de um lado para o outro e quando viu aquela flor, caminhou diante dela para pegá-la, ele acorda. Quando “seu” Zé grande disse isso, todo mundo falou “Ah! Seu Zé Grande, eu quero saber da historia”. Ele disse “Não, eu acordei do sonho”. Aí, todo mundo ficou pensando durante muito tempo, como seria a continuidade daquele sonho (SOUZA, 2013).

Ao ouvirem o conto, as crianças buscam interpretá-lo, através de desenho, e ressignificá-lo (foto 25). Essas atividades propiciam o despertar da consciência ambiental e a valorizar a flora de sua região e, ainda, o lúdico e as relações prazerosas de aprendizagens.

A memória desses momentos – cirandas, carnaval, festa junina, brincadeiras de crianças e cebola de xexém/chenchém – são registradas em imagem. Candau (2011) assegura que ao mesmo tempo em que a memória nos modela, é também, por nós, modelada. De fato, a memória e identidade se entrecruzam e são indissociáveis. Pois, não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente.

Existem várias categorias disponíveis para explicar o funcionamento da memória do cotidiano. E, assim, surge a relação entre hábito e memória com o tempo, nos dois extremos, e pressupõe uma experiência anteriormente adquirida; mas num caso, o hábito, essa aquisição está incorporada à vivência presente, não marcada, não declarada como passado; no outro caso, memória, faz-se referência à anterioridade, como tal, da aquisição antiga. Todos os hábitos da vida em comum tem uma parte é praticada nos rituais sociais ligados aos fenômenos de comemoração (RICOUER, 2007).

Podemos detectar na fala de Francelania de Andrade Ribeiro (ou apenas Lane Ribeiro), em entrevista informal cedida em 4 de julho de 2013, que todas as crianças passam por todo um processo de aprendizado, troca de conhecimento, ou seja, “[...] a gente busca também estar fortalecendo a questão da identidade, a cultura que também acredito que você pôde perceber pelas fotografias, eu mesma cheguei aqui, eu só conhecia a ciranda”.

Nessa aproximação da exploração de atividades culturais desde criança, reforça o que nos evoca Candau (2011, p.59), “[...] unir aquilo que fomos ao que somos e ao que seremos, pois sem memória o sujeito se esvazia [...]”, vive unicamente o momento presente, perde suas

capacidades conceituais e cognitivas. Sua identidade desaparece. Cada ser humano de fato constrói sua identidade.

Desse modo, um dos objetivos fundamentais desta pesquisa sobre a memória é de compreender essa passagem da memória individual à coletiva e a confirmação de que quando realizamos uma descrição sobre as comunidades, e estas informações são compartilhadas, cria-se, então, uma produção significativa partindo tanto do recurso iconográfico (fotografia) quanto do recurso imaterial (as vozes dos atores e produtores das suas experiências relatadas em entrevistas). Isso nos leva a uma representação e a reconhecermos ao mesmo tempo atividades ou brincadeiras esquecidas por muitos.

Para isso, a linguagem apropriada para referenciar e/ou associar as lembranças serão as imagens iconográficas do cotidiano vivido ressaltadas e registradas pelos personagens/atores das comunidades. Percebemos assim, nas **fotos 17 a 25**, o artefato produzido por uma instituição não governamental, refletida nas suas tradições, como uma relação intrínseca entre memória e identidade patrimonial. A fotografia é o recurso produzido, por um grupo, para expor a rememoração de uma tradição cultural que já se pensava esquecida.

Segundo Candau (2011, p. 161), essas representações do patrimônio – a fotografia – são como bens compartilhados no interior de um grupo particular e como expressão de uma comunidade específica que conduz, muito facilmente, às tentativas de naturalização da cultura, num esforço de enraizamento na “terra natal”.

Nesse sentido, os atos de recordação se produzem em uma sucessão de mudanças conforme a necessidade ou o hábito, assim, certa margem de variação é preservada. Concebemos *a priori* o método da busca como ponto de partida e dependência do poder de buscar que é nosso, pois a busca constitui uma espécie de raciocínio (RICOUER, 2007). Nosso ambiente material traz ao mesmo tempo a nossa marca e a dos outros. Os traços do ambiente, dos lugares, das festas, das pessoas retratadas nos trarão vestígios detectáveis e possíveis dos acontecimentos que foram representados visualmente tanto no campo social quanto no cultural de memória coletiva das comunidades.

5.3 RESSIGNIFICAÇÕES DE TRADIÇÕES: **ritual e valorização da família**

Neste estudo, pensamos a tradição, segundo Martins (1986), como a força que dá unidade às gerações, mantendo o grupo vivo no curso do tempo, fazendo com que a sociedade perpetue-se. Mas a manutenção da tradição depende do grau de vínculo dos indivíduos com

suas formas de vida. Reafirmamos que as atividades da EVOT se baseiam na tradição e na sua relação com a unidade do tempo (a tradição), recria novas tradições. Podemos afirmar que essas tradições, antigas e novas, são forjadas através dos ritos¹⁸. Os rituais concedem autoridade e legitimidade quando estruturam e organizam as posições de certas pessoas, os valores morais e as visões de mundo. Dizemos que os



Foto 26: 15 anos (2011)

Fonte: Acervo da EVOT

rituais emprestam formas convencionais e estilizadas para organizar certos aspectos da vida social.

A EVOT efetua os ritos de chegada (cumprimento das crianças aos educadores, mestres e aprendizes griôs), ritos de ordem (andar em fila indiana, fila para pular corda), ritos de atividades (ir ao quadro, ao pátio, falar e escutar em público). Esses ritos são comuns também em escolas formais. Contudo, a referida escola ressignificou tradições já existentes na sociedade, como os 15 anos e a Caminhada de São José.

Segundo mestra D'oci Gomes (2013), o projeto dos 15 anos foi organizado e teve sua origem a partir das conversas com os jovens da EVOT.

Os 15 anos nasceu quando a gente [ela e as outras pessoas do projeto] viu as crianças perguntando: “Você tem quantos anos?”. E eles não sabiam. “Você nasceu que dia? Qual o dia do seu aniversário?” Eles não sabiam. Então, lembro com bastante detalhes, quando vesti pela primeira vez um vestido que não era o meu estilo formal, ou seja, do dia-a-dia para comparecer a minha formatura. Eu nunca, na minha vida, tinha calçado um sapato alto. Acho que foi a minha primeira e ultima vez [...] e o quanto isso foi encantador.

Dessa experiência pessoal e ao conversar com as meninas e meninos, de quinze anos de idade, a equipe da escola decidiu que esses jovens deveriam vivenciar esses momentos. Para além do fato de que festejar os quinze anos de meninos/as possibilita que eles vistam “roupas que não são do seu cotidiano, não está no pensamento deles”. A festa é “um rito de passagem, é um momento em que você, aqui, [na escola ...] tem que trabalhar [com ele/ela], não é mais criança, mesmo que ele/ela sendo uma criança” (GOMES, 2013), ou seja, mesmo que a

¹⁸ O ritual é um sistema cultural de comunicação simbólica. Conferir em PEIRANO, Mariza. **Rituais ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

biologia indique que seus órgãos estão maduros, ele/ela não possui maturidade emocional para ser tratado como adulto. Os 15 anos é um ritual de passagem, também, porque é o último ano do adolescente na EVOT.

A escola após identificar os jovens de 15 anos, Igor, Adriano, Eliseu, Yuri, Acla e Nieliton, tê-los convencidos assim como a seus pais, realizou as seguintes etapas do ritual: visita ao



Foto 27: 15 Anos no Instituto Embeleze (2011)
Fonte: Acervo da EVOT



Foto 28: 15 Anos: hora do almoço (2011)
Fonte: Acervo da EVOT

mestre/mestra griô; parabenização; corte e distribuição do bolo de aniversário; dança.

Os 15 Anos é uma celebração. O baile tem como objetivos apresentar os adolescentes à sociedade e mostrar que eles já não são mais crianças, porém, não significa dizer que sejam homens ou mulheres. Efetivamente, a festa representa para aqueles que participam um momento de deslumbramento.

A Caminhada de São José inicia na capela São José, no bairro Colinas do Sul I, percorre várias ruas desse bairro, percorre a rua principal de Engenho Velho e Gramame e termina na

Instituto Embeleze, onde os adolescentes são colocados aos cuidados das profissionais, vivenciam o cuidado com o corpo; visita a loja para compra de calçados que serão usados na festa; ida ao Supermercado para compra de alimentos para o lanche; almoço em restaurante; ida ao cinema; a festa: apresentação dos adolescentes à sociedade pelos pais ou



Foto 29: 15 Anos: ritual de passagem (2011)
Fonte: Acervo da EVOT

antiga estrada para Recife, próxima à ponte construída em 1930, que liga Gramame a Mituaçu.

A Caminhada é um evento ecumênico e nasceu da necessidade de dialogar com as comunidades do Vale do Gramame. Segundo a mestra D'oci Gomes (2013):

[...] no Vale existem duas grandes religiões: um povo ou é evangélico ou é católico. Quem é espírita na comunidade não é relevante em quantidade, são poucos. Lá em Engenho Velho tem uma comunidade espírita kardecista. Nós fomos lá conversar com eles. Não querem diálogo [...] É uma coisa fechada, [...] e a gente respeitou. É uma coisa ali mesmo que dali não quer se expor não quer se mostrar.

A equipe da EVOT passou a dialogar com pessoas fora da escola e com a Igreja Católica. São José foi escolhido, segundo D'oci Gomes (2013) por ser o pai que foi:

[São José] é um grande pai que a gente não escuta. Ele em canto nenhum é um santo, pouco reverenciado. [É] o pai que acolheu o filho, [acolheu] uma esposa em situação bastante adversa porque o filho era do espírito santo, que não era dele e que ao mesmo tempo acolheu. Doou-se como homem, cuidou dessa família com o zelo exemplar, de forma extremamente silenciosa. E como é uma comunidade onde as mulheres tem mais força porque normalmente tem muitas crianças que o pai e a mãe são separados [...] Então, a gente resolveu escolher um grupo de pessoas, pessoas de todas as comunidades. Escolhemos São José com esse sentido filosófico, do pai que é extremamente presente [...] É um pai zelador [da] família [...] E como ele representa, também, os agricultores [...] É também uma caminhada de conscientização da importância do cuidar desse rio [o Gramame]. (GOMES, 2013)

A caminhada de São José trata-se de uma ação de conscientização ambiental que ressalta a religiosidade no sentido mais amplo, respeitando todas as manifestações do sagrado que se fizerem presentes. A caminhada chama a atenção para a preservação do rio que já foi o sustento dos agricultores e pescadores da região e é responsável pelo abastecimento de água, juntamente com o rio Mumbaba, da região conhecida como grande João Pessoa (compreende a capital paraibana, Cabedelo, Bayeux e parte de Santa Rita).

É, também, um momento de juntar as famílias do Vale do Gramame, de todas



Foto 30: Caminhada de São José (2011)

Fonte: Acervo da EVOT

as comunidades. A Caminhada de São José teria a presença da imagem deste santo e dos padroeiros/padroeiras das comunidades, consiste em cada santo sair de sua igreja. Segundo D'oci Gomes (2013), o objetivo maior da caminhada é “[...] fortalecer a unidade familiar. O princípio da caminhada é familiar, é ecológico [...]. As pessoas da comunidade se mobilizaram para tocar [...] adiante as ideias”.

As comunidades do Vale do Gramame vivem anualmente esse rito de fé, foi realizada em 2013 a 8ª Caminhada. Ressaltamos que a caminhada de São José tem bases nos santos católicos, entretanto, a consciência da diversidade religiosa abre os caminhos da convivência pacífica entre os praticantes da fé em suas mais diversas manifestações em torno do sagrado.

A caminhada ocorre com cortejo de carroceiros e caminhantes (**foto 30**) possui a participação de crianças e adolescentes da Escola Viva Olho do Tempo, entre outras, é encerrada, geralmente, na Ponte dos Arcos, com celebração de bênçãos das águas, coco de roda, cirandas, samba de roda, e muita cantoria de festejo à vida, à natureza e a família.

5.4 OFICINAS E NÚCLEO OLHINHO: **vivências e vivenciando**

A Escola Viva Olho do Tempo compartilha vivências e pesquisas sobre os mais diferentes temas com as crianças, adolescentes e suas famílias através de projetos pedagógicos de cursos, oficinas e encontros de arte identidade, música, inclusão digital, leitura, contação de histórias, circo e teatro.



Foto 31: Oficina: roda de Leitura (2011)

Fonte: Acervo da EVOT

São oferecidas, ainda, aos educandos da EVOT oficinas e palestras sobre: primeiros socorros, ministrada pelo representante da Instituição Núcleo de Treinamento em Resgate; sexualidade; roda de leitura; saúde bucal; higiene pessoal; percussão; circo; música, entre outras.

Assim, nos projetos pedagógicos das oficinas, as crianças e adolescentes contam, pintam, desenharam, cantam,



Foto 32: Oficina de circo (2011)

Fonte: Acervo da EVOT

instituições/parceiras, a exemplo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), entre outras.

As oficinas surgiram a partir das referências que se tinha sobre as pessoas, sobre as comunidades, ou seja, com a preocupação do que elas possuíam como referência de cultura e do que tinham e do

dançam, reciclam e registram sua história de vida, de sua família, de sua comunidade, dos mestres griôs. Participam de vivências e pesquisas sobre mitos, cantigas, danças, artes, saberes e histórias de vida que integram a sua educação não formal.

As oficinas são, geralmente, ministradas por pessoas que já têm vínculo de parceria/voluntariado com a escola e/ou até mesmo são enviados oficineiros que fazem parte de



Foto 33: Olhinho: higiene (2011)

Fonte: Acervo da EVOT



Foto 34: Turma verde: construção de máscaras (2011)

Fonte: Acervo da EVOT

não ter mais. Então, pensando na carência das comunidades, a EVOT iniciou suas atividades com oficinas que recuperassem as artes dos saberes locais, como a oficina de costura, oficina de doce de pimenta, oficina de licor dos amores, artesanato, porque a proposta da escola era montar um grupo de conversas, pois segundo Penhinha Souza (2013) “[...] enquanto

a gente estava aprendendo, a gente estava conversando, articulando ideias e articulando sonhos, porque um dos princípios das rodas era despertar na gente os sonhos”.

A EVOT oferece à comunidade do Gervásio Maia o Olhinho ou Núcleo da Escola Viva Olho do Tempo, bairro próximo à comunidade Gramame e faz parte do Vale do Gramame. Esse Núcleo foi criado com a intenção de se fazer

uma sede da escola em cada comunidade. Nasceu com a intenção de fortalecer os saberes e “fazeres” nessa localidade.

O Olhinho trabalha com crianças muito novas que não podem estar na EVOT (esta aceita crianças a partir dos 5 anos de idade). O Núcleo oferece atividade de conscientização da higiene pessoal, trabalho lúdico com pintura, expressão corporal, etc.



Foto 35: Olhinho: expressão corporal (2011)

Fonte: Acervo da EVOT

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, tratamos da reflexão sobre a imagem fotográfica produzida pela e na Congregação Holística da Paraíba Escola Viva Olho do Tempo¹⁹, como elemento de memória, patrimônio e identidade cultural das comunidades do Vale do Gramame, Paraíba. Diante de tudo que foi descrito, mostrado, fichado, observado, questionado, analisado, favorece agora dispor neste trabalho as nossas considerações finais.

O tempo determinado para este estudo nos fez perceber a necessidade de selecionarmos os documentos informacionais (as fotografias) com os quais iríamos trabalhar. Optamos pelo Projeto Ecoeducação, ano 2011, por conter as imagens em suporte digital e seria mais fácil o nosso acesso a elas (as fotografias de anos mais recuados no tempo são em suporte papel e requerem além do trabalho de descrição (representação da informação), ações de conservação e acondicionamento) e, ainda, abranger os seguintes eixos: prática dos saberes (ação grão); memória; cultura e patrimônio. Pois:

A cultura informacional deve ser compreendida no âmbito das políticas públicas voltadas à democratização do acesso à informação e ao conhecimento, não apenas de um ponto de vista operacional e numérico, mas, sobretudo, do ponto de vista de transformações efetivas na vida dos sujeitos sociais (MOURA, 2011, p.54).

A proposta de pesquisar este acervo produzido, construído e guardado por uma comunidade/instituição mostra-nos um vasto campo de elementos informacionais que, mesmo com uma única imagem, se consegue informações das mais surpreendentes. O acervo da EVOT expressa a intencionalidade da instituição e a forma que conseguiu estabelecer:

[...] a distinção entre os meios através dos quais as pessoas, de acordo com sua condição e o local onde vivem, são obrigadas a pensar e os processos de percepção, imaginação, recordação, ou outros mais, em que se envolvem quando decidem começar a pensar (GEERTZ, 2012, p.152).

No processo de descrição das imagens, além de trazermos os valores representativos das imagens em análise, conduzimos a reflexão da imagem como cultura material e imaterial e interligação com as práticas exercidas pelos seus personagens/atores para a recuperação das

¹⁹ Também conhecida por apenas Escola Viva Olho do Tempo (EVOT) e pode ser identificada como Organização Não Governamental (pela sociedade civil), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (título fornecido pelo Ministério da Justiça) e Ponto de Cultura (programa do Ministério da Cultura). Essas denominações aparecem no texto como sinônimas, referentes à mesma instituição.

vivências dos mestres griôs, da sua cultura, a partir da vivência das crianças e jovens das comunidades.

Elaboramos um catálogo referente às imagens fotográficas do Programa Ecoeducação do ano de 2011, essa ação têm como objetivo preservar as informações contidas nas imagens e facilitar o acesso a esse acervo tanto pela instituição como pelos pesquisadores. Nessa produção, ou melhor, para a descrição das imagens, utilizamos as vozes, depoimentos, testemunhos e memórias, dos que tiveram contato direto com as imagens produzidas e vivenciaram essa prática. Trazemos à tona, neste trabalho, por meio das entrevistas, o narrador, por vezes, criador e criatura, que “[...] não só informa, mas informa interpretando [...] quando as pessoas dão uma entrevista ou um depoimento a um pesquisador, [...] relatam fatos, interpreta-os” (MARTINS, 2009, p.13).

O reconhecimento da fotografia como documento social e informacional veio acompanhado da consciência de que a fotografia tem as limitações da visão socialmente situada do fotógrafo (este seleciona as ações que quer deixar para a posteridade) e da invisibilidade de várias dimensões da realidade social, como nos orienta Martins (2009). No nosso entender, a cultura da imagem sugere considerar a fotografia ou como objeto de conhecimento sociológico ou como “[...] instrumento (documento) de autoidentificação e de conhecimento de sua visualidade na sociedade, [para não ficarmos] limitados à polarização de um debate dos sociólogos, pesquisadores, divididos entre os que consideram que a fotografia é evidência e os que as consideram construção” (MARTINS, 2009, p.15-16). Em síntese, é uma memória em disputa contra o esquecimento gerado pelas políticas governamentais e de seus segmentos de poder, como nos diria Polak (1989), que objetiva a irrupção de uma memória, até então subterrânea, mas também geradora de esquecimentos.

Este estudo levou-nos à produção do catálogo do Projeto Ecoeducação, considerado como uma ação de não esquecimento, de memória. Memória de uma instituição, escola não formal, criada para atender crianças e adolescentes de comunidades carentes de ações do poder público, fundamentada em ações e sem utilizar-se de nomes de teóricos, mas colocando em prática uma ideia, ou seja, distribuir de forma informal os saberes e fazeres existentes na região, e, ainda, cercando-se de educadores sociais que tinham encerrado o estudo deles na 4ª série (hoje, 5º ano do ensino fundamental).

Nas imagens fotográficas do acervo da EVOT, destacam-se não só as pessoas, os lugares, os objetos, suas ações, suas produções artísticas, as produções ilustrativas (sobre o conto da Cebola de Xenxém); mas elas (as fotografias) e as entrevistas revelam que as ações da escola possibilitaram a ocorrência de transformações individuais:

Eu não sou paciente. Então, a conversa com os mestres possibilitou [que eu exercitasse] a paciência, me fortaleceu os valores, me fortaleceu o ouvir, me fortaleceu também essa coisa do brincar, porque o griô é um brincante, ele precisa ser um brincante, ele precisa ser um articulador, ele precisa ser um mediador e ele precisa ser, também, um agente cultural. Porque ele vai estar buscando possibilidades de editais, ele vai estar buscando possibilidades de estar inserindo saberes nesses espaços de discursões, a cultura popular, o patrimônio material então além de ser, de estar com o mestre eu estou participando dessas redes todas (SOUZA, 2013).

Mas também houve transformação coletiva:

[As] comunidades do Vale do Gramame tinham um distanciamento. Tinha muita gente que se conhecia, mas não tinha nenhum vínculo. [...] Ação que as três comunidades fizessem juntas, não tinha. Então, quando a escola chegou possibilitou algumas ações juntas, as comunidades começaram a se juntar. Então, tinha reunião que tinha gente de Mituaçu, gente de Gramame, gente de ponta de Gramame, gente de Engenho Velho, que se encontrava aqui. Pensavam junto as coisas para fazer junto. Aí, começou os projetos de São João Rural, encontro cultural, caminhada de São José, a Eco-corrida, a Eco-copinha. [Estes] foram muitas ideias que a própria comunidade foi dando: “Vamos fazer a Eco-copinha? Como é que a gente faz?. Junta todo mundo e faz”. “São João Rural como é que a gente faz?”. Aí, fez-se o São João Rural. Então, foi tudo. A gente começou a juntar mais as comunidades. Então, por isso, a denominação de Vale do Gramame, porque a gente não é mais Gramame, Mituaçu e Engenho Velho. É sim, mas a gente tem uma coisa maior que é o Vale, que é a gente pensar esse Vale todo, porque no Vale do Gramame a gente pensava muito individual (SOUZA, 2013).

E, ainda:

Houve um desenvolvimento na comunidade. A gente reconhece isso [...] De uma certa forma fomos agente desse desenvolvimento (CARVALHO, 2013).

Fazendo uma comparação deste trabalho com as práticas desenvolvidas na Congregação Holística da Paraíba – Escola Viva Olho do Tempo, é um estudo, ainda, em aberto, pois há diferentes possibilidades de se trabalhar com o acervo imagético da EVOT; esta ao registrar as suas práticas, os saberes populares, promove a cidadania, a identidade, a cultura e, por que não dizer, os “sonhos”, elementos imprescindíveis para todo e qualquer ser humano.

Na nossa construção de apresentar a fotografia como artefato moderno, como reflexo e como prova documental de práticas exercidas por pessoas dentro de uma instituição/comunidade, evidenciamos que:

Essas premissas básicas estarão orientando o processo de construção da ideia de informação como artefato cultural, como forma de criação e instituição dos significados ou ainda como modo de produção, controle e distribuição social dos bens simbólicos. E, por se tratar de uma leitura da informação pelo foco da cultura, convém lembrar o quanto o objeto antropológico hoje

se desloca das sociedades primitivas, endógenas ou exóticas, para o estudo de uma “cultura mundo” e suas questões comunicacionais/informacionais (MARTELETO, 1995, p. 1).

Na construção deste estudo sobre o objeto informacional, o acervo imagético da escola, destacamos os pontos relevantes: memória, territorialidade, saberes e fazeres como patrimônio cultural, ancestralidade, identidade, religiosidade, rituais e valorização da pessoa e da família.

Na EVOT a memória é resultado da elaboração coletiva do grupo, formado por criadores/fundadores, educadores sociais, membros das comunidades do Vale do Gramame, educandos. Ao trabalharem em conjunto, constroem referenciais comuns que, apesar de posicionamentos individuais ou de subgrupo (lembramos que no canto dos cirandeiros consta que a “alegria [é] de Engenho Velho”, mas o “cantar é de Mituaçu”), são eleitos como símbolos efetivos da trajetória de um grupo social, presente em “os Cirandeiros [são] do Vale do Gramame”. Essa memória é selecionada, valorizada, cultivada e transmitida. Esse processo de elaboração da memória inclui a resignificação de alguns elementos da cultura local, com o sentido de explicar o presente e de motivar as ações contemporâneas e futuras.

Revela-nos a mestra D’oci Gomes:

Observa-se nas imagens todas e quaisquer atividade se desenvolve em torno da roda, de um círculo. Toda e qualquer discussão ou conversa [é] formado a roda. O que representa para nós? O significado disso é que nessa instituição a gestão é compartilhada. As decisões são tomadas e compartilhadas por todos. Todos têm suas responsabilidades nos projetos que serão aplicados e assim acontece uma propagação dessa ideia de sonhar é possível, basta estudar, trabalhar e querer compartilhar, ajudar ao outro (GOMES, 2013).

Mais que gestão compartilhada, acreditamos que a Escola Viva Olho do Tempo realiza a memória compartilhada. A memória compartilhada recupera a ancestralidade e a idade do povo do Vale do Gramame e está presente em cada ação da EVOT, destacamos entre as várias existentes, as rodas de conversa. Nesses momentos, ocorre a elaboração/reelaboração conjunta da memória. A conversa em roda gera uma compreensão de que cada pessoa que se faz presente tem o que dizer, tem o que compartilhar, cada um tem seu ponto de vista a ser apresentado e deve ser compartilhado com o coletivo, ou seja, todos fazem parte do processo e da tomada de decisão da preservação da memória.

REFERÊNCIAS

AÇÃO GRIÔ. Ministério da Cultura, Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural. Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/category/cultura-e-cidadania/acao-grio/> Acesso em: 24 dez. 2013.

ALMEIDA, Carlos Cândido de; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Peirce e a ciência da informação: considerações preliminares sobre as relações entre a obra peirceana e a organização da informação. **VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Salvador, p.1-15, 2007.

ALMEIDA, Daniela Pereira dos Reis et.al. Paradigmas da Ciência da Informação: a recuperação da informação como ponto focal. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**. v.6, n.1, 2007.

ALMEIDA, Marco Antônio de. Mediação cultural e da informação considerações socioculturais e políticas em torno de um conceito. **VIII ENANCIB**. Salvador, p.1-15, 2007.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

AQUINO, Mirian de Albuquerque. A inclusão de afrodescendentes nas políticas de informação: por uma compreensão da diversidade cultural. **IX Encontro Nacional de Pesquisa em CI**. São Paulo, 2008.

AUMONT, Jacques. **A imagem**. Campinas, SP: Papirus, 2012. Tradução Estela dos Santos Abreu, Cláudio C. Santoro.

AZEVEDO NETO, Carlos Xavier. SILVA, Tahis Virginia Gomes da. ROCHA, Silvia Regina da Mota. Modelo semiótico – informacional como instrumento de recuperação da memória: interface entre ciência da informação e semiótica. **XI Encontro Nacional de Pesquisa em CI**. Rio de Janeiro, 2010.

_____. Informação e patrimônio arqueológico: formação de memórias e construção de identidades. **IX ENANCIB – Diversidade Cultural e Políticas de Informação**, São Paulo, 2008.

_____. Preservação do patrimônio arqueológico: reflexões através do registro e transferência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v.37, p.7-17; set./dez.2008.

_____. Informação e memória: as relações na pesquisa. **Revista histórica em reflexão**, Dourados, v. 1, n. 2, p. 1-19, 2007.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRASIL. Lei 10.639/03. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais para o ensino de história e cultura afro-brasileira. Brasília:MEC, 2004.

BUCKLAND, Michael K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science* (JASIS), v. 5, n. 5, p. 351-360, 1991. Campinas: Papirus, 1996. (Coleção Campo Imagético).

BUFREM, Leilah Santiago; SANTOS, Sandra de Felipe. O uso metodológico da etnografia: relevância no conhecimento da Ciência da Informação. **IX Congress ITKO – SPAIN**. Valência, março 2009. Disponível em: dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2923225.pdf. Acesso em: 28 jan. 2013.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011. Tradução Maria Letícia Ferreira.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. **V Encontro de Pesquisa em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, 2003. Tradução de Ana Maria Rezende Cabral et al.

CAPURRO, Rafael; BIRGER Hjørland. **O Conceito de Informação**. Perspectiva em Ciência da Informação, v. 12, n.1, p. 148-207, jan/abr. 2007.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 617p.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2 ed. Alges – Portugal: DIFEL S. A, 2002. Tradução de Maria Manuela Galhães.

CINTRA, Ana Maria Marques et. al. **Para entender as linguagens documentárias**. São Paulo: Polis, APB, 1994. (Coleção Palavra-Chave)

COULON, Alain. **Etnometodologia e educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira.

CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2003.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle Louzada de Mattos. Informação, memória, conhecimento: convergência de campos conceituais. **XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, 2010.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Classificação e valor na reflexão sobre identidade social, in CARDOSO, Ruth. **A Aventura antropológica: teoria e pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 69-92.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas, SP: Papirus, 1993. (Série Ofício de Arte e Forma). Tradução Marina Appenzeler.

ECO, Humberto. **Os limites da interpretação**. São Paulo: Perspectiva, 2012. Tradução Pérola de Carvalho.

_____. **Tratado geral de semiótica.** São Paulo: Perspectiva, 2009. Tradução Antonio de Pádua Danesi e Gilson Cesar Cardoso de Souza.

FINO, Carlos Nogueira. A etnografia enquanto método: um modo de entender as culturas (escolares) locais. Universidade da Madeira. p.1-10. Disponível em: <http://www3.uma.pt/carlosfino/publicacoes/22.pdf> . Acesso: 13 julh 2013

FLORES, Elio Chaves et al. **Africanidades Paraibanas.** João Pessoa: Grafset, 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. p. 33-78.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. Abordagens etnográficas **Métodos de pesquisa para Internet.** Porto Alegre: Sulinas, 2011. (167-203)

FREIRE, G.H. A; FREIRE, I.M. **Introdução à Ciência da Informação.** João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2009.

FREIRE, Isa Maria. Responsabilidade social da Ciência da Informação na perspectiva da consciência possível. **Perspec. Ci Inf.** Belo Horizonte, vol.1.n.1,p.41-62, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 2002. Disponível em: WWW.SABOTAGEM.REVOLT.ORG Acesso em: 24 jan. 2013.

GARCIA, Loreley G. **Mulheres e empreendedorismo no baixo Gramame (Paraíba):** uma leitura de gênero. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/viewFile/6812/4247> Acesso em: 21 nov. 2013.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A Interpretação das Culturas.** Tradução de Fanny Wrobel, revisão técnica de Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

_____. **O saber local:** novos escritos em antropologia interpretativa. Tradução de Vera Joscelyne. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. (Coleção Antropologia)

GONZÁLES DE GÓMES, Maria Nélida de. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 217-222, set./dez. 1993.

HABERMAS, Jürgen. **Passado como futuro.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.112 p. (Biblioteca Tempo Universitário nº 94)

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

KOBASHI, Nair Yumiko. Fundamentos semânticos e pragmáticos de instrumentos de representação de informação. **DataGramaZero** – Revista de Ciência da Informação – v.8,n.6,dez./07.

LAPIANTINE, F. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LARA, Marílda Lopes Gínez de. Algumas contribuições da semiologia e da semiótica para a análise das linguagens documentárias. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 223-226, set./dez. 1993

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos – Ensaio de Antropologia Simétrica**, Rio de Janeiro, Editora 34, 1994

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.

LIMA, Marcos Galindo, MIRANDA, Majory Oliveira, ROCHA, Vildeane Borba da. A memória e os sistemas memoriais. **XII ENANCIB**. Brasília, 2011.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade Interditada, Liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)**. Brasília: FCP, 2013.

LIMA, Maria de Lourdes; MURGUIA, Eduardo Ismael. Fotografia e Informação. **IX ENANCIB**. São Paulo, 2008.

LINDOSO, Dirceu. **Lições de etnologia geral**. Maceio: EDUFAL, 2008.

LOUREIRO, José Mouro Matheus. Socialização da informação: nadando contra a corrente. In: **Informação & Sociedade**. João Pessoa (PB) v.12, n.2, p.1-11. 2002.

_____. LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus; SILVA, Sabrina Damasceno Silva. Museus, informação e cultura material: o desafio da interdisciplinaridade. In: **IX ENANCIB**. São Paulo, 2008.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus; FURTADO, Janaína Lacerda; SILVA, Sabrina Damasceno. Dos livros às coisas: museus, coleções e representação do conhecimento científico. **VIII ENANCIB**. Salvador, 2007.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horiz. antropol.** vol.15, no.32, July/Dec. 2009

MAIMONE , Giovana Deliberali; SILVEIRA , Naira Christofolletti; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v. 21, n.1, p. 27-35, jan./abr. 2011.

MANINI, Miriam Paula. Imagem, memória e informação: um tripé para o documento fotográfico. **Domínios da imagem**. Londrina, ano IV, n.8, p.77-88, maio. 2011.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. *Ciência da Informação*. Vol 24, numero 1, 1995. pp.1-8.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, S. **Folclore: teoria e método**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1986.

MAUAD, Ana Maria. **Poses e flagrantes: ensaios sobre história e fotografia**. Niterói, RJ: EDUFF, 2004.

MAUSS, M. **Manual de Etnografia**. Lisboa: Portico, 1972.

MELLO, Porfíria Cabral de. Inventário 1869. (Manuscrito - Arquivo do Fórum Cível da Capital).

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução Eloá Jacobina. - 8a ed. -Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MOURA, Maria Aparecida. **Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas**. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2011.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. A linguagem como meio de representação ou de comunicação da informação. **Perspect.cien.inf.**, Belo Horizont, v.3,n.2,p.137-146, jul./dez.1998.

_____. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Inf.Inf.**, Londrina, v.1, n.2, p.37-45, jul./dez. 1996.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de; AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Artefatos como elementos de memória e identidade da cultura popular: um olhar sob a perspectiva da arqueologia social. In: FECHINE, Ingrid, SEVERO, Ione. (Orgs.) **Cultura Popular: nas teias da memória**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007. p. 27-51.

OLIVEIRA, Eliane Braga de. RODRIGUES, Georgete Medleg. As concepções de memória na Ciência da Informação no Brasil: estudo preliminar sobre a ocorrência do tema na produção científica. **IX ENANCIB**. São Paulo, 2008.

PACHECO, Leila S. Informação enquanto artefato. **Informare** - Cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da informação. Rio de Janeiro, ECO/UFRJ - CNPq/IBICT, v. 1, n. 1, p. 20-24, jan./jun 1995.

PEIRCE, Charles Sanders. Semiótica. Tradução José Teixeira Coelho neto. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**. São Paulo, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da Informação**. vol 24, n.1, 1995.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PONTO DE CULTURA ESCOLA VIVA OLHO DO TEMPO. Disponível em: <http://olhodotempoescolaviva.blogspot.com.br/> Acesso: 14 jan. 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. Colaboradores José Augusto de Souza Perez... et al. São Paulo: Atlas, 1999.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007. Tradução de Alain François et al.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. São Paulo: UNESP, 2009.

RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. Conceito de patrimônio cultural no Brasil do Conde de Galvéias à Constituição de 1988. In: MARTINS, Clerton (org.). **Patrimônio cultural: da memória ao sentido do lugar**. São Paulo: Roca, 2006.

SANTAELLA, Lúcia; NÖTH, Winfried. **Imagem: cognição, semiótica, mídia**. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 2008.

SANTO, Silvia Maria Espírito. Alguns elementos do problema entre colecionismo e contexto cultural. **XI Encontro de Pesquisa em Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SCHAEFFER, Jean-Marie. **A imagem precária: sobre o dispositivo fotográfico**. Campinas: Papirus, 1996. (Coleção Campo Imagético).

SILVA, Junia Guimarães e., MARINHO JUNIOR, Inaldo Barbosa. Socialização da informação: aportes da teoria da ação comunicativa. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 466-472, set./dez. 1996.

SILVA, Nayra Vicente Sousa da. **As condições de salubridade ambiental das comunidades periurbanas da Bacia do Baixo Gramame: diagnóstico e proposição de benefícios**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

SILVESTRE, Diego de Oliveira; PESSOA, Bruno Gomes da Silva; SILVA, Lúcia Maria Tavares da. **A Ecoeducação no Vale do Rio Gramame em João Pessoa, PB: a trilha ecológica da Escola Viva Olho do Tempo**. Disponível em: <http://www.ligiatavares.com/gerencia/uploads/arquivos/da45fa06021bb66a0789978733de2d5c.pdf> Acesso: 26 dez. 2013.

SMIT, Johanna W.; TÁLAMO, Maria de Fátima G. Moreira. Ciência da Informação: uma ciência moderna ou pós-moderna?. **Informação e contemporaneidade**: perspectivas. Recife: Néctar, 2007.

SMIT, Johanna W. **Análise documentária**: a análise da síntese. 2. ed. Brasília: IBICT, 1987. Disponível em:
<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1011/1/An%C3%A1lise%20document%C3%A1ria.pdf>
 Acesso em: 24 jan 2013.

SMIT, Johanna W. A representação da imagem. Informare – Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. **Ci.Inf.** Rio de Janeiro, v.2,n.2,p.28-36,jul./dez.1996.

TACCA, Fernando de. Imagem fotográfica: aparelho, representação e significação. **Psicologia e Sociedade**. 17(3), p.09-17; set/dez: 2005

TURNER, V. **Floresta de símbolos**. Niterói, RJ: Editora UFF, 2001.

ZEMAN, Jiri. O significado filosófico da noção de informação. **In: O conceito de informação na ciência contemporânea** – Colóquios filosóficos internacionais de Royaumont. Rio de Janeiro: Paz & Terra. 1970, p.154-179.

Entrevistas:

ANJOS, Rossana Pinheiro dos. João Pessoa, 4 de julho de 2013.

CARVALHO, Raquel. João Pessoa, 10 de dezembro de 2012.

DUARTE, Ivanildo Santana. João Pessoa, 10 de dezembro de 2012.

ELOY, Jacqueline. João Pessoa, 4 de julho de 2013.

GOMES, Maria dos Anjos Mendes (Mestra Doci). João Pessoa, 13 de dezembro de 2013.

NASCIMENTO, Stefany Silva do. João Pessoa, 24 de outubro de 2013.

RIBEIRO, Francelânia Andrade. João Pessoa, 4 de julho de 2013.

SOUZA, Maria da Penha Teixeira de (Penhinha). João Pessoa, 26 de novembro de 2013.

APÊNDICE

CATÁLOGO DO PROGRAMA DE ECOEDUCAÇÃO (2011)

APRESENTAÇÃO

A elaboração deste catálogo que agora apresentamos é parte do acervo de fotografias da Congregação Holística da Paraíba – Escola Viva Olho do Tempo (CHP-EVOT), localizada no Vale do Gramame/PB, que serviu de análise para esse estudo denominado **IMAGEM, MEMÓRIA E IDENTIDADE: O ACERVO IMAGÉTICO DA ESCOLA VIVA OLHO DO TEMPO, VALE DO GRAMAME-PB**. Constitui-se, também, objetivo deste estudo, pois a elaboração deste instrumento de pesquisa favorece a preservação da memória da EVOT e facilita o acesso e disponibilização de informações para outros pesquisadores interessados na temática.

Neste catálogo evidenciamos as práticas vivenciadas no *Programa Ecoeducação*. Este programa é constituído por vários projetos desenvolvidos pela EVOT com o intuito de melhorar, organizar e aprofundar suas ações, suas práticas educacionais e culturais. Escolhemos as imagens fotográficas referentes ao ano de 2011 pela facilidade em ter acesso a essa documental que se encontra em suporte digital.

O arquivo do *Programa Ecoeducação* se subdivide em 35 subpastas, com denominações definidas pela equipe da EVOT. Das 2.275 imagens/fotografias existentes, selecionamos 721 que constituem este catálogo, distribuídas da seguinte forma:

FICHA - 15 ANOS	44 imagens
FICHA - AÇÃO GRIÔ	07 imagens
FICHA – ACOLHIMENTO	13 imagens
FICHA – ALUNOS	75 imagens
FICHA – ANIVERSÁRIOS	30 imagens
FICHA - ATIVIDADES EM SALA	39 imagens
FICHA - ATIVIDADES ESCOLARES	02 imagens
FICHA - BLOCO LUZES DO VALE	61 imagens
FICHA - BRINCADEIRAS POPULARES	27 imagens
FICHA - CAMINHADA DE SÃO JOSÉ	01 imagem
FICHA - CEBOLA DE XENXÉM	06 imagens
(CHENCHÉM)	
FICHA – CIRCO	48 imagens

FICHA - CORAL	03 imagens
FICHA - DIA DAS CRIANÇAS	10 imagens
FICHA – ESPORTE	06 imagens
FICHA – EVENTOS	03 imagens
FICHA - FIM DE ANO	03 imagens
FICHA - FOTOS DAS TURMAS	10 imagens
FICHA - HORA DO LANCHE	18 imagens
FICHA - JOGOS EDUCATIVOS	07 imagens
FICHA – LEITURA	04 imagens
FICHA - LIVRO INFANTIL	18 imagens
FICHA - NUTRIÇÃO CARREFOUR	09 imagens
FICHA - OFICINA DE CANECAS	09 imagens
FICHA - OFICINA DE RECICLAGEM	13 imagens
FICHA – OLHINHO	29 imagens
FICHA - PALESTRAS	28 imagens
FICHA – PASSEIOS	24 imagens
FICHA – PERCUSSÃO	09 imagens
FICHA - QUADRILHA JUNINA (SÃO JOÃO RURAL)	31 imagens
FICHA – REFLORESTAMENTO	55 imagens
FICHA - REUNIÃO FAMILIAR	23 imagens
FICHA – REUNIÃO ALUNOS	02 imagens
FICHA – TEATRO	08 imagens
FICHA - TRILHAS AMBIENTAIS	34 imagens

As temáticas das fotografias, acima descritas, revelam outras possibilidades de estudos que não cabem neste trabalho que agora se encerra, mas abre caminhos para que outros pesquisadores possam trilhá-los.